



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**RODRIGO SOUSA FERREIRA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA DE  
EDUCAÇÃO HISTÓRICA: MAPAS AFETIVOS E USO DE FONTES HISTÓRICAS**

**FORTALEZA**  
**2024**

RODRIGO SOUSA FERREIRA

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA DE  
EDUCAÇÃO HISTÓRICA: MAPAS AFETIVOS E USO DE FONTES HISTÓRICAS

Dissertação apresentada ao Programa  
de Mestrado Profissional em História,  
como requisito parcial à obtenção do  
Título de Mestre em História.  
Área de concentração: Saberes  
Históricos no Espaço Escolar

Orientadora: Dra. Ana Carla Sabino  
Fernandes

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S698e Sousa Ferreira, Rodrigo.

O ensino de História Local no Ensino Médio como estratégia de Educação Histórica: Mapas Afetivos e uso de fontes históricas / Rodrigo Sousa Ferreira. – 2024.  
136 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes.

1. História local. 2. fontes históricas. 3. mapas afetivos. I. Título.

CDD 907.220711

---

RODRIGO SOUSA FERREIRA

O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA DE  
EDUCAÇÃO HISTÓRICA: MAPAS AFETIVOS E USO DE FONTES HISTÓRICAS

Dissertação apresentada ao  
Programa de Mestrado  
Profissional em História, como  
requisito parcial à obtenção do  
Título de Mestre em História.  
Área de Concentração: Saberes  
discentes no Espaço escolar.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Carla  
Sabino Fernandes

Aprovada em: 29/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Reginaldo Alves de Araújo  
Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

---

Prof. Dr. José Osmar Fonteles  
Universidade Estadual Vale do Acaraú  
(UVA)

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra, Ana Carla Sabino Fernandes que, em sua movimentada rotina de atribuições como coordenadora do ProfHistória lidando com atribuições administrativas, professora ministrante de disciplinas e orientadora de vários trabalhos, ainda aceitou com muita generosidade orientar de pronto este humilde mestrando. Sua meticulosidade, rigor (sem perder a ternura) e atenção aos mínimos detalhes, certamente foram fundamentais para balizar a escrita da dissertação, minha gratidão.

Ao Prof, Dr. Reginaldo Alves Araújo e ao Prof. Dr, José Osmar Fonteles por terem aceitado participar da banca de defesa, são duas pessoas por quem tenho grande admiração, e para mim é simbólico reencontrá-los neste momento de grande importância para minha trajetória acadêmica.

Aos Professores Dr. Jailson, Dra. Ana Amélia, Dra. Ana Rita, Dra. Gorayeb e a Dra. Adelaide pelos ensinamentos nas aulas às sextas e sábados, momentos inspiradores que contribuíram bastante com as leituras e discussões para este trabalho.

Aos professores que contribuíram com minha formação educacional desde a educação básica, especialmente os professores de História. Na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), tive minha formação enquanto professor de História e historiador na graduação, minha casa de formação, minha gratidão a todos os professores. Gostaria de mencionar, contudo, especialmente a Profa. Dra. Telma Bessa, quem me ofereceu a oportunidade de pela primeira vez integrar um projeto de pesquisa científica, daquela experiência carrego grandes aprendizados.

À Dorinha (Maria Auxiliadora de Medeiros), diretora escolar que me concedeu a primeira oportunidade de ingressar na docência, em abril de 2012, ainda no segundo ano da graduação, aquele momento foi um divisor de águas na minha vida. À Livramento (Maria Livramento Dias de Oliveira), diretora com quem trabalhei por oito anos da minha vida profissional, com ela adquiri muitos aprendizados sobre educação na prática.

Aos milhares de estudantes que lecionei em minha jornada de professor, nas escolas: Escola de Ensino Médio Dona Marieta Cals (Cariré), Escola de Educação Profissionalizante Deputado José Maria Melo (Guaraciaba do Norte), Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Josefa Braga Barroso (Miraíma) e atualmente, Escola de Educação Profissionalizante Sandra Carvalho Costa (Jijoca de Jericoacoara). Com meus alunos aprendi bastante, sem demagogia, Lidar com adolescentes diariamente ao longo de vários anos nos

permite contato direto com diferentes gerações de juventude, e isso é de uma riqueza tremenda. Este trabalho, sobre Ensino de História, sem eles não faria sentido.

Aos meus queridos colegas de mestrado que se tornaram amigos: Auriene, Germana, Tayná, Marley, Beatriz, Isick, Isaac e Savyo. Com eles, confirmamos que “aluno nunca deixa de ser aluno”, no Ensino Médio ou no Mestrado. Juntos, compartilhamos risadas, cafés, cervejas e segredos que o sigilo da história ensinada jamais poderá revelar.

À Me. Ana Karla Pontes de Souza, minha companheira de vida e revisora crítica, que testemunhou ao longo dos anos a luta que foi entrar no mestrado, e ainda maior, concluí-lo. Amo você!

Aos meus pais, Maria Francilene Sousa Ferreira e José Odaly Brandão Ferreira, duas pessoas a quem devo minha gratidão por me darem todas as condições de conseguir dedicar-me aos estudos sem preocupações, vocês fizeram de mim o que sou hoje, sem vocês não existiria o Professor Rodrigo Ferreira. Amo vocês!

## RESUMO

O fazer pedagógico dos professores de História na Educação Básica é marcado por desafios constantes. Nesse cenário, surgem também inovações docentes que buscam diversificar as metodologias, visando o engajamento dos alunos em um processo de ensino-aprendizagem que articule o cotidiano, o conhecimento histórico e os saberes dos discentes. Nesse contexto, o ensino de história local se configura como uma potente estratégia pedagógica para auxiliar na construção e no desenvolvimento de uma consciência histórica entre os estudantes da Educação Básica. Este trabalho propõe uma reflexão sobre o lugar a partir das experiências dos alunos de uma escola de ensino médio em Jijoca de Jericoacoara, município localizado no litoral norte do Ceará. Internacionalmente conhecido em função do turismo comercial, Jericoacoara é frequentemente representada como um paraíso primitivo, explorando suas belezas naturais como produto atrativo aos turistas. Através da análise de fontes históricas jornalísticas em sala de aula, utilizando conceitos elementares da historiografia, buscamos relacionar as representações do passado às memórias dos estudantes, familiares e moradores nativos de Jericoacoara. O objetivo é analisar o município sob uma ótica que se afaste da visão exótica, pitoresca e artificialmente forjada pela publicidade turística. As experiências relatadas neste trabalho também contaram com produções discentes, como os mapas afetivos. Estas representações cartográficas mobilizam afetos, lembranças, memórias familiares e a criatividade dos estudantes na reflexão sobre o passado de suas vidas, entrelaçando-o com o passado do lugar que moldou suas vivências.

**Palavras-chave:** História local; fontes históricas; mapas afetivos.

## RESUMEN

El hacer pedagógico de los profesores de Historia en la Educación Básica es notable por retos empeñosos. En el escenario también surgen innovaciones pedagógicas que buscan diversidad en las metodologías, reconociendo el involucramiento de los alumnos en los procesos de enseñanza y aprendizaje que aporte para su vida diaria, el conocimiento histórico como también los del aprendizaje. En ese contexto, la enseñanza de Historia del hogar estructura como un fuerte modelo estratégico pedagógico para agregar en la construcción y desarrollo de una conciencia histórica entre los estudiantes de la Educación Básica. Esta investigación propone un reflexión sobre el hogar a partir de las experiencias de los alumnos de una escuela de enseñanza secundaria en Jijoca de Jericoacoara, condado localizado en el litoral norte del Ceará. Internacionalmente conocido en función del turismo comercial, Jericoacoara es frecuentemente representada como un paraíso antiguo, explorado por sus bellezas naturales como producto atractivo a los visitantes. A través del análisis de fuentes históricas, periodísticas en el aula, utilizando conceptos esenciales de la historiografía, buscamos relacionar las representaciones del pasado a los recuerdos de los estudiantes, familiares y los poblados nativos de Jericoacoara. El objetivo es analizar el condado sob una mirada alejándose de la visión rara, peculiar y artificiosamente burlado por la publicidad turística. Las experiencias reseñadas en ese trabajo también tuvo aportes de los estudiantes, como producciones y mapas afectivos. Estas representaciones cartográficas movilizan afectos, recuerdos y la creatividad de los alumnos en la reflexión sobre el pasado de sus vidas, envolviéndolos con el hogar que moldeó sus experiencias de vida.

**Palabras claves:** Historia Local; fuentes Históricas; Mapas afectivos.



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Estudantes que já estudaram História Local ..... p. 53

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Diogo de Menezes .....	p. 63
Figura 2 - Monumento localizado na entrada de Jijoca de Jericoacoara....	p. 64
Figura 3 -Página de reportagem da Revista Manchete.....	p. 72
Figura 4 - Campanha publicada no jornal O Povo.....	p. 79
Figura 5 - Crônica jornalística de viajante, The Washington Post (1987 .....	p. 88
Figura 6 - Mapa afetivo produzido por aluno I.....	p. 104
Figura 6 - Mapa afetivo produzido por aluno II.....	p.106
Figura 7 - Mapa afetivo produzido por aluno III.....	p. 107
Figura 8 – Mapa Afetivo produzido por aluno IV.....	p.108
Figura 9 - Apresentação do mapa afetivo .....	p. 110
Figura 10 - Apresentação do mapa afetivo .....	p. 110

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1 - Respostas dos estudantes ao questionário a, item 1 ..... p. 53
- Quadro 2 - Respostas dos estudantes ao questionário A. Item 2 ..... p. 55
- Quadro 3 - Respostas dos estudantes ao questionário A. Item 3..... p. 56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
APA	Área de Preservação Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAEC	Núcleo de Arte, Educação e Cultura
NUGA	Núcleo de Geografia Aplicada
PCN	Parâmetros Curriculares Naciona
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Pe.	Padre
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PP	Partido Progressista
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Ceará
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR</b> .....	20
2.1	História enquanto ciência .....	22
2.2	A História local na historiografia .....	26
2.3	A História Local no ensino de História.....	32
2.4	Os riscos de idealizações reducionistas.....	34
2.5	O currículo da educação básica no pós-ditadura:.....	35
2.5.1	<i>Os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's</i> .....	35
2.5.2	<i>Ensino Fundamental (primeiros ciclos)</i> .....	36
2.5.3	<i>Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série)</i> .....	38
2.5.4	<i>Ensino Médio</i> .....	39
2.5.5	<i>Base Nacional Curricular Comum – BNCC</i> .....	42
2.5.6	<i>BNCC (fundamental)</i> .....	43
2.5.7	<i>BNCC (médio)</i> .....	47
2.5.8	<i>Documento Curricular Referencial do Ceará</i> .....	50
2.6	Experiências prévias de estudantes.....	53
2.7	Ensinar é transpor limites.....	57
<b>3</b>	<b>O LUGAR DA HISTÓRIA, E A HISTÓRIA DO LUGAR</b> .....	60
3.1	Conhecer para entender.....	60
3.2	Nicodemos Araújo, o narrador do Baixo Vale Acaraú.....	60
3.3	Jijoca de Jericoacoara.....	62
3.4	Indígenas em Jijoca de Jericoacoara.....	64
3.5	A nova invasão.....	70
3.6	Cultura histórica no ensino de História Local.....	74
<b>4</b>	<b>OS AFETOS DO LUGAR, NO PAPEL E NA TELA</b> .....	94
4.1	O lugar.....	98
4.2	O que são mapas afetivos?.....	100
4.3	Mapas afetivos produzidos pelos alunos.....	103
<b>5</b>	<b>SEQUÊNCIA DIDÁTICA: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL LOCAL</b> .....	113

<b>5.1</b>	<b>Introdução de conceitos.....</b>	<b>113</b>
<b>5.2</b>	<b>Análise de fontes históricas.....</b>	<b>113</b>
<b>5.3</b>	<b>Mapas afetivos.....</b>	<b>115</b>
<b>6</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>116</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
	<b>FONTES HEMEROGRÁFICAS.....</b>	<b>126</b>
	<b>APÊNDICE A - FONTE HISTÓRICA ANALISADA COM ALUNOS EM</b>	<b>128</b>
	<b>SALA DE AULA E QUESTIONÁRIO.....</b>	
	<b>APÊNDICE B - INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO MAPA</b>	<b>132</b>
	<b>AFETIVO.....</b>	
	<b>APÊNDICE C - PLANO DE AULA.....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sou filho de professora. A educação, portanto, esteve presente em minha vida desde cedo, ou melhor, o labor educacional, a vida atribulada de professor da educação básica. Inúmeras vezes presenciei minha mãe horas a fio corrigindo provas, preenchendo diários, lutando contra o relógio madrugada adentro.

Ser filho de professora tem suas vantagens, a bem da verdade, meu desempenho escolar certamente foi beneficiado pelo acompanhamento cuidadoso de uma mãe professora. Por outro lado, a cobrança sempre foi maior por esse motivo, ter professores que são colegas e amigos da mãe é manter um estado constante de alerta. Não raramente, ouvia a frase “sua mãe é professora”, acompanhada de sermões. Essas experiências marcaram minha vida estudantil durante quase todo o ensino fundamental. Refletindo sobre isto hoje, me dei conta sobre como isso era algo problemático. A confusão dos adultos em não conseguirem separar as personas de mãe e professora. Ora, para mim, minha mãe era uma figura afetiva de cuidado, amor, e não professora.

A despeito de alguns percalços, algumas pessoas marcaram minha trajetória estudantil de forma muito positiva. Para meu professor de História na sétima série (atual oitavo ano), eu tinha um grande potencial, que poderia ser melhor aproveitado. Professor Reginaldo Araújo<sup>1</sup>, era meu professor preferido, hoje doutor em História pela UFC, pesquisador de cultura política no Ceará Imperial. O professor convenceu minha mãe de matricular-me em uma escola privada renomada na região norte do estado do Ceará. Ali tive oportunidade de acessar um ensino de melhor qualidade, escola de boa infraestrutura e professores famosos. Contudo, o modelo de educação vigente não ultrapassava os limites de uma educação propedêutica, uma grande preparação para o vestibular, sem nenhuma preocupação com uma educação emancipatória. (Freire, 2000, p.34).

Enfrentei algumas matérias com bastante dificuldade, me faltava base para estar numa escola que cobrava alto desempenho em disciplinas que eu tinha pouca afinidade, e o ensino médio foi isso, uma luta terrível para acompanhar o ritmo da escola. Fiquei “de recuperação” algumas vezes, algo que nunca tinha acontecido antes na minha vida escolar. De certa forma considero que foi uma coisa necessária para minha formação, inevitavelmente precisei aprender a lidar com a frustração, e pude finalmente compreender que eu não era “tão

---

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/9808602377251879>

inteligente” quanto pensava. Havia bastante coisa que eu não sabia. Essa clareza hoje em dia está ainda mais forte na pós-graduação.

Desde cedo, ouvi minha mãe falar para não ser professor. Ela e meu pai não recebiam dizer que queriam ter um filho “doutor”, leia-se advogado ou médico. No início deste texto, mencionei o professor Reginaldo Araújo, de História, ele e o seu irmão, Raimundo Araújo<sup>2</sup> - também professor (hoje também doutor) em História, que não foi meu professor mas foi alguém de quem me aproximei bastante -foram duas pessoas que me inspiraram a cursar História. Inspiraram é a palavra mais adequada, sim, porque eles são as pessoas que para mim, desde jovem, representavam o ideal de professor de História, com aquela aura intelectual e fala eloquente em suas aulas-discursos. Estive em suas casas, e ali me despertava grande curiosidade as prateleiras repletas de livros, e entendia: dali vinha tanta inteligência, eles liam bastante. Eu queria ser assim também.

Apesar das investidas contrárias de minha mãe, eu não declinei, me inscrevi em História, passei no vestibular da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), e iniciei minha graduação em 2010. Sou professor desde 2012, inicialmente fui professor temporário, e só conquistei a aprovação num concurso público estadual em 2018, e fui empossado somente em 2021. Por todos esses anos como professor temporário convivi com as agonias de final de ano com a incerteza sobre a renovação do contrato, o temor constante da chegada de um efetivo a qualquer momento. A aprovação no concurso melhorou minha vida nesse quesito, e hoje, já estou prestes a ter minha estabilidade funcional publicada.

Desde 2015, quando coleei grau e obtive o título de licenciatura em História, o mestrado se tornou um objetivo. Como professor de História, me chamou atenção logo a opção do Mestrado Profissional. Lembro de ver uma postagem do Prof. Dr. Carlos Fico (UFOP) no facebook comemorando o lançamento do ProfHistória, notícia que recebi com muito entusiasmo. Fiz a seleção em 2016 na URCA, não fui aprovado. Tentei novamente em 2018 na UFRN, novamente não fui aprovado. Nessas duas tentativas, a reprovação foi uma notícia triste, mas recebida com tranquilidade. Desejava fazer o mestrado, óbvio, mas não sabia como fazer para conseguir continuar trabalhando, enquanto cursava mestrado em outro estado (caso da UFRN), ou ter que viajar o estado de uma ponta a outra (URCA). Os dias e horários das aulas eram sempre um problema. Por isso, fiquei muito feliz quando anunciaram a abertura de uma turma de mais um programa de mestrado profissional em ensino de história, desta vez no Departamento de História da UFC. Fiz a prova em 2020, a UFC tinha a maior concorrência do

---

<sup>2</sup> <http://lattes.cnpq.br/1286615362417929>



Brasil. Infelizmente, novamente não fui aprovado. Três tentativas sem êxito. A quarta tentativa, em 2021, veio em meio à terrível pandemia de COVID-19. A prova foi realizada virtualmente, e novamente a UFC com a maior concorrência do país. Dessa vez, logrei êxito, fui aprovado em segundo lugar, com uma maravilhosa nota 10 na prova discursiva. Finalmente, aprovado num curso de mestrado.

Optar pelo mestrado profissional em História foi uma escolha muito consciente. Neste curso, encontrei a oportunidade de realizar trocas bastante positivas com colegas de turma que são professores da educação básica como eu. Um curso de pós-graduação voltado ao ensino, para um professor que vivencia diariamente a sala de aula na educação básica, é uma oportunidade excelente para melhorar enquanto professor e pesquisador. As discussões em sala, reflexões, leituras, tudo isso alcança as escolas e chega aos jovens adolescentes do ensino médio com muita rapidez, essa é uma das maravilhas deste curso. Além disso, a flexibilidade concedida aos mestrandos pela compreensão de que são professores e pós-graduandos, ou seja, profissionais e acadêmicos, em jornada dupla, torna o curso mais humano e possível.

Desenvolver uma pesquisa sobre ensino de História Local para o Mestrado Profissional é uma opção relativamente premeditada na minha trajetória acadêmica, foi isso que pesquisei no TCC da graduação. Tive meu trabalho publicado na Revista Homem, Espaço e Tempo da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)<sup>3</sup>. Nunca consegui dissociar minha prática de pesquisa da prática docente, talvez isso seja uma limitação na minha formação, mas o fato é que sempre me interessei em como poderia articular o conhecimento adquirido na academia, à minha prática pedagógica enquanto professor da educação básica. Nisso, o ensino de História Local é um campo rico de possibilidades com metodologias ativas de aprendizagem, no qual o aluno é protagonista. O professor de História que tem ambições de estimular o senso crítico, a capacidade investigativa, e a análise de fontes históricas, para assim, oferecer aos estudantes instrumentos que lhe permitam um agir social referendado na ciência e na ética, e uma consciência histórica formada a partir de bons referenciais didáticos, tem na História Local uma alternativa bastante especial. Virou lugar comum falar sobre o professor precisar ser também, um pesquisador. Como nos diz Paulo Freire (2002):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e

---

<sup>3</sup>A ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA LOCAL: O PROJETO CARIRÉ ALÉM DOS MUROS NA EEM DONA MARIETA CALS <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/179>

me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, p.16, 2002).

Compreendemos, portanto, que através de uma investigação da história “próxima de nós”, é possível conferir sentido ao conhecimento histórico, numa construção feita pelos estudantes em formulações próprias sob a orientação do professor. As vivências trazidas pelos estudantes em suas narrativas, conectam o passado, presente e futuro, na medida que se interpreta o mundo social, suas práticas, e possibilitam a ampliação de significados sobre a vida, a comunidade e fatos históricos. Isso é o estímulo à formação de consciência histórica.

Ao interpretar o filósofo Jörn Rüsen, a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt discute:

Para Rüsen (2007), o trabalho com o conhecimento histórico na escola é fundamental na formação da consciência histórica, ou seja, no processo de interiorização como determinação de formas de organizar e dar sentidos às experiências individuais e coletivas dos jovens alunos. Essas experiências são importantes para a definição e inserção do sujeito em seu próprio destino (Schmidt, 2016, p. 108).

Através do ensino de História, é possível construir uma prática pedagógica que consiste no debate, exploração, negociação e complexificação da consciência histórica desenvolvida pelos estudantes ao longo de sua formação educacional, familiar (Cerri, 2011). Entendemos História Local como uma modalidade de estudos historiográficos sobre os sujeitos sociais circunscritos em seu espectro de ação voltados ao seus signos internos de existência, grupos sociais interagindo num recorte espacial mais restrito, que constitui-se como um lugar, no sentido literal, físico, mas também um conjunto de valores sociais compartilhados, às vezes conflitantes, mas que têm em comum o fato de estarem diretamente em interação.

Escolher desenvolver em sala de aula temáticas voltadas à história local, é uma opção deliberada do professor consciente das insuficiências do currículo formal, para dar conta da interpretação do mundo social vivenciado pelos indivíduos circunscritos naquele determinado ambiente escolar. Principalmente, caso esta escola seja localizada fora do eixo geográfico tradicionalmente estampado nos livros didáticos, a saber, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, algumas cidades mineiras, e no Nordeste: Recife, Salvador, e algumas outras ocasionalmente mencionadas.

Nesse viés, eu, enquanto professor de História me proponho neste trabalho a proceder numa pesquisa histórica, para coletar dados e produzir material didático com meus alunos. Esta é uma oportunidade para alunos e professores se engajarem na produção do conhecimento histórico, e por que não, também serem fontes e objetos de estudo? De tal forma,

é possível demonstrar através da prática como o conhecimento histórico é produzido, os pormenores metodológicos, a variabilidade de interpretações de fatos históricos, o rigor científico na tessitura dos fios narrativos fornecidos pelas fontes. A riqueza de saberes mobilizados nesta opção didático-pedagógica é muito diversificada e envolve os estudantes, aguça a argumentação, encoraja a produção escrita, científica, e fomenta a curiosidade intelectual.

*“Antes mundo era pequeno  
 Porque terra era grande  
 Hoje mundo é muito grande  
 Porque terra é pequena  
 Do tamanho da antena  
 parabolicamará  
 Volta do mundo, camará  
 Mundo dá volta, camará”*

(Gilberto Gil)

## **2 A HISTÓRIA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR**

Vivenciamos nas últimas décadas, uma intensa difusão de informação que se acelera cada vez mais à medida que os meios de comunicação se proliferam e adquirem novas formas. David Harvey chama de compressão de espaço-tempo, o fenômeno provocado pelo fluxo acelerado de informações. O que nos coloca sob “uma tensão e, às vezes, uma profunda perturbação, capaz de provocar, por isso mesmo, uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas” (Harvey, 2004). O geógrafo escreveu seu famoso livro “A Condição Pós-moderna” muito antes do advento da popularização da internet, smartphones e mídias sociais. Portanto, o que foi descrito, adquiriu novas dimensões e se aprofundou significativamente. Falando sobre os processos de aceleração do tempo, Koselleck diz:

A técnica de informação, graças aos computadores, será capaz de continuar a agregar dados de forma acelerada e transmitir dados do passado e do futuro, mas no processamento produtivo de informações o ser humano provavelmente continuará a depender de sua capacidade natural de recepção. (Koselleck, 2014, p.186).

No presente, a percepção de tempo está afetada profundamente pela efemeridade, fugacidade de acontecimentos, e como eles são fragilmente assimilados por nós, enquanto somos bombardeados por inúmeros outros acontecimentos. O horizonte de expectativas está cada vez mais num futuro próximo, imediatista, “tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças à aceleração” (Koselleck, 2006, p.321).

Hartog (2014) ao falar sobre a invasão do presente no horizonte do futuro, num contexto marcado pelo imediatismo da sociedade de consumo, da obsolescência acelerada por inovações diárias, escreveu: “O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. Os sinais dessa atitude não faltaram” (Hartog, 2014, p. 148).

O professor, assim como os alunos, também é um sujeito social permeável às inovações tecnológicas da modernidade, e da mesma forma, é afetado, vivenciando os prós e contras. Na sala de aula, disputamos atenção com vídeos curtos – *drops* – de até 2 minutos, no qual temas de grande complexidade são abordados de forma, digamos, sucinta demais. Esta aceleração da circulação de informação pôs na berlinda muitos profissionais e a pertinência de seu trabalho. Os professores não ficaram imunes a isto, e professores de História, especialmente, cotidianamente são questionados sobre a pertinência da disciplina no currículo escolar pelos estudantes, que são rotineiramente confrontados com uma realidade cada vez mais utilitarista e pragmática. Como a História pode contribuir no repertório cultural, intelectual, de um estudante em 2023? Essa é a reflexão que buscaremos realizar, sobre as possibilidades do ensino de História na contribuição do estabelecimento de um senso crítico na leitura da realidade social, no exercício de uma cidadania ativa, e a capacidade de perceber a historicidade no cotidiano de coisas aparentemente triviais.

A História possui uma longa trajetória desde sua gênese até sua consolidação nos quadros acadêmicos e científicos, assim como nas escolas. Faremos a seguir, um discurrir histórico do estabelecimento da História como ciência, disciplina escolar, e as modificações submetidas por seus profissionais ao longo do tempo, e como o ensino também foi afetado por estas mudanças. Até que medida os historiadores estavam preocupados em referendar sua prática perante à sociedade? Como os professores de História se relacionavam com o conhecimento científico produzido pelos historiadores, na sua prática em sala de aula? Pretendemos fazer um panorama sobre o entrelaçamento da História enquanto ciência e seus desdobramentos teóricos e metodológicos com diversificação de abordagens metodológicas e prismas teóricos, e quais as repercussões desses movimentos na disciplina escolar, a fim de buscar entender em alguma medida, os impactos no ensino de História.

Compreendemos que o professor de História é, antes de tudo, um pesquisador. Um artífice da historiografia, como ofício. Historiadores possuem em seu métier, uma gama variada de atividades que vão desde a pesquisa em arquivos, no tratamento de documentos, curadorias em museus, consultorias para empresas, serviços para bibliotecas, instituições culturais etc. Contudo, fundamentalmente, prevalece nesta gama de atividades do historiador,

a docência. Pretendemos analisar como o historiador/professor de História realiza seu ofício, e como estas facetas se relacionam.

## 2.1 História enquanto ciência

A História consolidou-se como disciplina científica no século XIX, e foi nas instituições do Estado que ela teve a estabilidade para se firmar solidamente, “a História e o historiador puderam ancorar-se nesse vínculo pedagógico da identidade nacional, resguardando para si o lugar da empiria e de uma certa reificação do passado” (Turin, 2018 p. 195). De tal forma, em função de sua utilidade na produção de narrativas fundacionais, forjamento de identidades, elevação de pessoas ao status de heróis, mitificação e elaboração de um ideal de cidadania que servisse aos interesses de um projeto de nação,

A disciplina histórica — sem que isso se desse de um modo puramente mecânico, bem entendido — apresentava-se como um saber essencial à forma política do Estado-Nação, uma vez que era em boa parte por meio dela que a soberania se efetivava em uma narrativa homogênea e homogeneizadora (Turin, 2018, p.195).

O escopo analítico referenciado somente em fontes escritas, de Estado, contribui para esta visão homogeneizadora. Um efeito do uso estritamente de documentos oficiais como fontes históricas, pela limitação de tais fontes, fez Clio, a musa da História, ecoar com sua trombeta uma sinfonia que ressoava apenas notas sobre os poderosos, homens de gabinetes, armas, clérigos, mantendo silenciados na orquestra, os sujeitos comuns, que numa visão elitista, eram de pouca relevância para as narrativas.

Na medida que a História se estabelecia enquanto disciplina científica, com um refinamento progressivo a partir do legado herdado pelos iluministas, até culminar com o estatuto de ciência ao final do século XIX, ocorre também sua institucionalização como disciplina escolar. Antes disso, havia um ensino de história vinculado fortemente à Igreja Católica, quando ainda não haviam se estabelecido os valores liberais de forma hegemônica, portanto, o estado laico, ainda não era algo consolidado, por conseguinte, o ensino laico menos ainda. Fonseca (2017), elucida:

A trajetória da História ensinada nas escolas não corresponde, necessariamente, à da História como campo do conhecimento, mesmo porque, durante muito tempo – da Idade Média ao século XIX -, parte dela confundiu-se com a história sagrada, isto é, com a história bíblica, que era ensinada nas escolas onde a influência de igrejas cristãs era significativa. (FONSECA, 2017, p. 21)

Finalmente, com a laicização do ensino, e a criação de sistemas de ensino públicos (Fonseca, 2017, p,23), como ocorreu na França levado a cabo pelo ministro Guizot, que promoveu uma massificação do ensino com vistas à moldar cidadãos conforme idealizavam, a educação passou a ser vista como assunto de Estado.

É somente a partir daí que a História como disciplina escolar se constituiu, fortemente marcada por uma perspectiva nacionalista, servindo aos interesses políticos do Estado, mas carregando também elementos culturais essenciais que incorporados, garantiam a consolidação dos laços entre parcelas significativas das populações, no processo de construção das identidades nacionais coletivas. (Fonseca, 2017, p, 25).

No Brasil – ou podemos dizer, na América portuguesa – até o final do século XVIII, o ensino ficou sob controle dos jesuítas, encerrando, com sua expulsão da colônia pelo Marquês de Pombal, em 1759. No *Ratio Studiorum*, o ensino era orientado fundamentalmente numa instrumentalização operacional com objetivo principal, a evangelização. (Fonseca, 2017, p.43).

A virada na política educacional se dá a partir da política ilustrada de Pombal, quando o Estado assumiu controle e definiu as diretrizes educacionais, trajetória semelhante ao que aconteceu em outros lugares, como citado no exemplo francês anteriormente. Nos anos subsequentes, o ensino de história voltou-se à colaboração na formação das elites dirigentes do país, especialmente após a Independência (1822), sem a tutela de Portugal.

No início do século XX, a História passou por uma significativa renovação com a Escola dos Annales, na França, quando os historiadores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre, pioneiramente propuseram uma abordagem diferenciada, utilizando uma miríade de novas fontes históricas – iconográficas, literárias, cultura material -, fazendo emergir novos sujeitos históricos, antes relegados à penumbra pelos documentos oficiais. Isso se deu também, por meio de uma metodologia de análise das fontes que superou a visão tradicional de que as fontes “falam por si”. A trajetória da Escola dos Annales foi marcada também por aproximações com novas disciplinas, efetivando o que chamamos de interdisciplinaridade.

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (Burke, 1997, p.89)

No que concerne ao ensino de história no Brasil, pouco se avançou em reflexo ao que ocorria na historiografia. No início do século XX, houve uma centralização administrativa da política educacional, nos anos 30 e 40, com uma padronização curricular de procedimentos metodológicos, indicação de conteúdos e uma predileção pelo ensino focado primordialmente na biografia de “homens notáveis”. Aprofundou-se este viés, após o golpe de 1964, com o acréscimo do controle ideológico e o cerceamento da autonomia docente.

A trajetória da disciplina histórica no campo acadêmico teve outras incursões no longo século XX, por exemplo, a História Social na segunda metade do século XX dedicou sua atenção às classes subalternas, grupos sociais e seus movimentos, além de aspectos do cotidiano, assim como, promoveu uma aproximação entre história econômica e história social, numa definição feita por Hobsbawn (2013, p.106). Nas últimas décadas, este campo da História se debruçou sobre diversos temas, tais como “dimensões culturais, de crenças, de costumes, de práticas, de tradições e de relações as mais diversas” (Batalha, 2022, p. 287).

Apenas na década de 1980, quando a Ditadura Militar dá sinais de crise, começam discussões mais ousadas sobre propostas de ensino de história que abordassem conteúdos mais plurais, e que buscassem fazer uma análise crítica da realidade social. Não sem enfrentar resistência. “Os embates defrontaram posições políticas distintas – à esquerda e à direita -, pois o projeto era, para uns extremamente radical, “ultrapolitizado” e “ultrassociologizado”; para outros era adequado à construção de uma sociedade democrática”. (Fonseca, 2017, p. 64). Alguns exemplos de manuais didáticos podem ser citados como reverberação dos desdobramentos e novas interpretações que propugnavam as novas pesquisas históricas:

exemplo obrigatório é a coleção *História das Sociedades*, que, em seus dois volumes, apresentava o conteúdo organizado de acordo com a evolução dos modos de produção, procurava inserir as “massas anônimas” na história e propunha questionamentos mais consistentes aos estudantes a respeito do processo histórico ocidental. (Fonseca, 2017, p. 65).

Os debates sobre ensino de história foram diretamente influenciados pelo momento político de reabertura democrática, e os protagonistas nestas discussões, eram pessoas ligadas às organizações de esquerda que lutavam pelo fim do regime. Percebemos nas novas concepções de ensino propostas, os contornos ideológicos:

As características dessa proposta, no entanto, relegaram o processo histórico brasileiro, de certa forma “encaixado” num processo mais amplo e sujeito às mesmas “leis” e generalizações impostas pelo modelo teórico adotado. Além disso, a substituição da cronologia linear da história tradicional pela evolução dos modos de produção acabou por não romper substancialmente com o



princípio etapista do programa tradicional, apenas abandonando um esquema fechado em função de outro, igualmente determinado. (Fonseca, 2017, p. 68).

Ora, de acordo com Fonseca (2017), os professores prescindiram de uma visão tradicional, e aderiram a outra visão, de sinal trocado, mas igualmente tradicional por se tratar de uma abordagem esquemática da História, vista como uma marcha à uma finalidade, uma teleologia, o triunfo inevitável de uma sociedade sem classes. No final dos anos 80, já pululam questionamentos do marxismo por historiadores com novos prismas, abordagens e repertórios conceituais. É possível que a explicação para a assincronia do ensino brasileiro e as discussões historiográficas em voga, esteja exatamente na censura do Regime Militar e o clima de opressão instaurado que impedia a livre discussão de ideias.

Nos anos 1990, houve a retomada do ensino de História e Geografia como disciplinas autônomas, e a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação lançou o alicerce sobre o qual se pavimentou a educação (Fonseca, 2003, p.26). Também houve nesta última década do século XX, a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que norteou a elaboração de currículos nos estados e municípios. A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também foi um marco importante na evolução da política educacional brasileira nos primeiros anos de redemocratização.

Nos anos 2000, na esteira do empoderamento de grupos minorizados socialmente, conquistas importantes foram alcançadas, como a promulgação da Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e a criação da Lei 11645/08 que torna obrigatório o estudo sobre a temática indígena. Ações afirmativas que possuem grande significado concreto do ponto de vista prático, no reconhecimento da existência e participação ativa destas populações na formação do país, e grande significado simbólico, ao efetivar na força da lei a atenção dos currículos escolares a povos anteriormente tratados como apêndices na formação da sociedade brasileira.

Diante destes fatos expostos, podemos fazer uma reflexão sobre quais os limites e avanços do ensino de História no intento de se justificar e consolidar-se enquanto disciplina escolar. Este questionamento sobre nosso ofício é uma realidade rotineira no ambiente escolar, num contexto de educação concebida por bancos com projetos de formação baseados numa concepção produtivista da sociedade, e isso está presente até mesmo no jargão utilizado: habilidades, competências. Conhecimentos são reduzidos a instrumentos que conferem aos estudantes capacidades de realizar tarefas práticas, funcionais. Sendo assim, podemos refletir sobre os motivos das autoridades interferirem tanto no currículo escolar, especialmente na disciplina História. Em que medida podemos ficar tranquilos de que estamos seguros?

Possuímos entidades e associações representativas de nossa categoria profissional, contudo, precisamos estar dispostos para além do formalismo legal de defender uma reserva de mercado para nós, defendermos a História de manipulações em várias áreas. Este é um combate travado em diversas frentes, nas redes sociais contra falseamentos históricos negacionistas em proliferação em progressão geométrica que devem ser combatidos por historiadores profissionais. Mas os ataques também podem partir do Estado, ao sabor de governos que se revezam com suas linhas políticas diversas no espectro ideológico, e tentam imprimir na educação sua visão de mundo parcializada, estes veem na História, ora uma aliada conveniente, ou mais frequentemente, uma ameaça perigosa (como deve ser, sempre, ao autoritarismo).

Estamos cientes da instrumentalização da disciplina histórica no âmbito escolar pelo Estado desde o século XIX. Na Era Vargas, o papel central da História na construção de uma memória nacional republicana veio por meio de celebrações cívicas, datas comemorativas, bustos de vultos ilustres e todos os ritos nacionalistas que uma jovem pátria precisa, na visão de autoridades, para obter credibilidade perante à sociedade. Porém, hoje, os professores não estão conformados (ou não deveriam estar) com este (ab)uso da História. Esta não pode ser a finalidade do nosso trabalho.

Hoje sabemos sobre a complexidade da História na apreensão da realidade sob várias perspectivas, multifacetadas, no âmbito cultural, político, social, econômico, artístico, psicológico, cotidiano, audiovisual, musical, ambiental, etc. No entanto, isto tudo é significativo e importante para o aluno? Como podemos justificar a defesa da permanência, da relevância, desta disciplina na escola?

Muitas dessas perguntas são somente retóricas, claro. Não existe resposta pronta ou fórmula mágica capaz de solucionar todos os problemas do ensino de história. Há, no entanto, grande proficuidade de ideias sobre metodologias ativas, ensino baseado em projetos, uso de mídias digitais, trabalho com fontes históricas em sala de aula, sala de aula invertida, ludicidade pedagógica. Aqui, neste trabalho, nos propomos a refletir sobre quais são as possibilidades no campo da História Local.

## **2.2 A História Local na historiografia**

A História Local é um campo da historiografia que já foi objeto de reflexão teórica por vários estudiosos. Começemos pelo historiador francês Pierre Goubert, da terceira geração dos Annales. A definição de história local segundo ele, é:

(...) aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como county em inglês, um contato italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês. (Goubert, 1988, p. 70).

Para Goubert prevalece uma concepção geográfica sobre o objeto de estudo da História Local, uma história que se debruça sobre um determinado espaço. Poderíamos dizer que o transpondo para a nossa realidade, de país continental, na ótica de Goubert, a história local seria a história de um município. Em partes, temos acordo, no entanto, compreendemos que história local não é só feita a partir de uma delimitação rígida geograficamente.

A História local possui uma dimensão espacial muito bem definida pois se refere à um sentido físico, concreto, cartografável, e por isso, além de somente um local, segundo Barros (2022), também se refere a um lugar. Neste sentido, entendido como um referencial preenchido por subjetividades, construções de afetos, ao qual se atribui sentidos e significados. O lugar possui uma dimensão subjetiva, pois pode ser preenchido por memórias, sentimentos positivos, lembranças que trazem conforto e alegria, ou também, pode ser o oposto, lugares de eventos traumáticos que remetem à angústias passadas, sofrimento. Estes sentimentos podem ser individuais, tratem-se de experiências que são guardadas em lugares íntimos da parede da memória, ou podem ser compartilhadas por um grupo.

O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. Assim, o lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos. Conforme uma metáfora que poderíamos tomar de empréstimo à Música, o lugar é o espaço objetivo sobre o qual se ergueu um acorde de subjetividades (Barros, 2022, p.25).

Uma história que se proponha a compreender o lugar, requer a compreensão de que lugares possuem significados diversos, tanto no presente, quando diferentes pessoas podem atribuir a um mesmo lugar utilidades diferentes, como serem atravessadas por memórias que conferem a determinado lugar, uma pluralidade de afetos, o lugar especial do primeiro beijo, o lugar onde casais se encontravam segundo relatos dos mais velhos. Neste caso, estamos nos referindo especificamente ao que chamamos de lugares de memória, e estes, no arcabouço da história do cotidiano, ou da história local, são de grande potência a ser desenvolvida com estudantes da educação básica. Contudo, antes, precisamos compreender melhor o que foi, como se constitui, e o que é História Local na historiografia, e no ensino de História.

Fazendo um histórico da história local, Goubert comenta sobre a produção de letrados e intelectuais na sociedade pré-industrial, num período em que as pessoas tinham sua mobilidade limitada por condições objetivas. Letrados e intelectuais franceses, dedicavam-se a

escrever sobre as tradições locais, narrativas laudatórias sobre ancestrais, relatos de feitos heróicos nem sempre tão bem fundamentados, ou somente listagens de atos administrativos. Era, portanto, uma produção limitada a pessoas leigas, sem familiaridade, de acordo com Goubert, com os procedimentos metodológicos da historiografia. “A fraqueza desses trabalhos pseudo-históricos explica em parte o descaso demonstrado pelos historiadores profissionais do início do século XX, em relação à história local – um emaranhado de genealogias oportunistas, glórias usurpadas e afirmações infundadas” (Goubert, 1988, p.71).

Hoje, contudo, já é reconhecida a importância destes cronistas locais, embora sejam amadores que se aventuram na história, estes escribas muitas vezes cumprem uma mediação importante entre fontes e historiadores. Às vezes, nos seus livros e crônicas que encontramos dados importantes sobre uma comunidade, pessoas, atos administrativos, acontecimentos considerados marcos, e até mesmo as listas nominais que enumeram cargos, às vezes desprezadas, contém informações que historiadores necessitam. O refinamento dessas informações cabe aos historiadores, dotados de repertórios conceituais, técnicas e procedimentos metodológicos aprendidos no fazer historiográfico. Os memorialistas ocasionalmente possuem acesso facilitado a arquivos, pessoas, e por laços comunitários, chegam em lugares que historiadores penam bastante. Sobre isso, Nunes ressalta:

Possuíam a grande vantagem da proximidade das fontes, cujo acesso por isso mesmo lhes era facilitado, conheciam com profundidade sua região e muitos organizaram arquivos pessoais e orais. Felizes os lugares que possuem obra dos memorialistas e escritores locais porque reunindo fontes documentais preciosas, eles servem de ponto de partida para a construção de uma história mais elaborada (Nunes, 2020, p.8).

De acordo com Goubert, havia na França um desprezo pela História Local, por considerarem que tratava de temas de pouca relevância. Ao ponto de fazerem inclusive uma distinção desta história, e a História Geral, que seria na visão de historiadores profissionais, uma história:

(...)política, militar, diplomática, administrativa e eclesiástica. Estudar o Estado envolvia o estudo dos estadistas; estudar a guerra possibilitava o estudo das proezas militares dos generais; estudar relações internacionais implicava na publicação de memórias de embaixadores; estudar religião levava à reconstituição dos feitos de papas e bispos, geralmente santos e devotos; o estudo da história administrativa (escrita a partir de registros burocráticos encontrados em Paris) era entendida como sendo o estudo da história de todo um povo (Goubert, 1988, p. 72).

Esta é a visão dos historiadores do século XIX sobre como se estuda a história de um país, nação e povo, para Goubert “a velha escola estava interessada em legisladores e não

no implemento das leis, naqueles que governam e não nos governados, no clero e não nos fiéis, nas memórias de homens letrados descrevendo seus países e não nas realidades desses mesmos países” (Goubert, 1988, p.73).

Historiadores franceses movidos pela insatisfação com os métodos históricos vigentes, na segunda metade do século XX, voltam-se à história local, agora com um olhar atinado por critérios técnicos de especialistas, não mais memorialistas leigos, ou historiadores comprometidos somente com questões concernentes às classes altas.

A volta à história local origina-se de um novo interesse pela história social — ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governavam, oprimiam e doutrinavam — pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes, estados (Goubert, 1988, p;73).

Estudos utilizando como fontes históricas, documentos paroquiais, cartoriais, censos demográficos, entre tantos outros, serviram para desfazer generalizações sobre determinadas regiões e períodos, que graças a análises com uma escala reduzida, permitiu-se uma visão mais complexificada e matizadas realidades sociais diversas. Para exemplificar, Goubert enumera várias monografias sobre temas diversos, tais como o sistema senhorial, costumes feudais, nobreza, comércio, entre outros. Análises usando fontes e métodos distintos dos tradicionais, permitiu trazer à lupa de investigação uma renovação dos enfoques sobre novos sujeitos, que pode ser atribuída em grande parte aos historiadores da Escola dos Annales, pois ela se apresentou como:

Crítica severa das ideias tradicionais e preconceitos elitistas, essa escola chamou atenção para novos grupos sociais e promoveu felizes associações interdisciplinares de historiadores e estudiosos de economia, psicologia, biologia e demografia. Essa nova geração, talentosa o suficiente para se fazer notar, foi quem possibilitou a recuperação dos estudos históricos a partir de novos métodos e ideias (Goubert, 1988, p.78).

Barros (2022) endossa o que Goubert afirma sobre a contribuição que a o diálogo com outras disciplinas proporciona à História, ao afirmar que a História se beneficia da interdisciplinaridade com a Geografia em prol de estudos renovados em novas searas:

O diálogo entre a História e a Geografia tem proporcionado, ao primeiro deste campo de conhecimento, oportunidades ímpares para a renovação de seu patrimônio conceitual, e ainda para a emergência de campos historiográficos que lidam com alguns dos mais essenciais conceitos geográficos, tais como o de lugar e região – para além do próprio conceito de espaço (Barros, 2022, p.23).

A discussão em torno da ideia de região iniciou na Geografia com a intenção de realizar uma descrição de características comuns de determinada área em aspectos físicos, econômicos e culturais.

Existe uma aparente confusão na definição sobre o que é História Local e História Regional. Barros (2022) propõe que esta distinção seja feita no Brasil em função do país possuir proporções continentais, e por isso, ser possível realizar uma divisão que em outros países menores, se torna mais complicado.

Existem estados brasileiros que poderiam abrigar dentro do seu território países europeus. A categoria História Regional no Brasil, portanto, podemos usar para nos referir a uma determinada delimitação espacial-geográfica que abrange um território mais amplo, e que possua dentro de si, diferentes sistemas que podem ser compreendidos separadamente, com suas próprias dinâmicas internas, e também interligados numa análise integrada entre estes. Por exemplo, sobre regiões como o Vale do Acaraú, Vale do Curu, Sertão dos Inhamuns e assim por diante.

História Local, se refere a um “lugar” mais específico, do ponto de vista de análise sobre algum aspecto cultural, social, político que atravessa uma determinada comunidade num “pequeno espaço”. É comum haver uma confusão desta abordagem com o que convencionou-se chamar de Micro-história. Porém, a micro-história constitui-se como uma modalidade que busca analisar algum problema historiográfico por meio de uma análise em escala reduzida, para compreender algum problema mais amplo. Na definição de Ginzburg:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por outro lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula (Ginzbourg, 1989, p.178).

Mais uma coisa que deve ser ressaltada, é sobre a autonomia do historiador em definir o lugar que será investigado. Para o historiador, esta divisão não é necessariamente a mesma que foi dada pela organização administrativa, que pode atender a interesses divergentes da comunidade. Primeiro, porque esta é mutável e transitória, limites municipais são modificados no tempo e pela vontade política, e há o risco de incorrer no anacronismo caso se analise uma manifestação cultural ocorrida em uma região, que outrora pertencia a outra localização. Segundo, um recorte de seleção de objeto de estudo pode se referir a mais de um local, bairros diferentes, municípios vizinhos, um território que converge em um determinado ponto. O historiador precisará esclarecer quais critérios utilizados para sua delimitação.

É preciso entender que a localidade/região possui dimensões e significados diversos, seus limites se recortam e se superpõem, de modo que estando em um ponto qualquer, estaremos ao mesmo tempo dentro de diversos conjuntos espaciais – físicos, econômicos, religiosos, culturais, ideológicos, etc. Esta compreensão é fundamental no ato de delimitação do espaço, pois todas essas influências deverão ser levadas em conta no momento da pesquisa (Nunes, 2020, p.6).

É notável para nós, portanto, que em nosso ofício de pesquisador exercemos certa autonomia para traçar recortes geográficos de acordo com o interesse de pesquisa, uma vez que no palco das relações humanas prevalecem as contingências, a variabilidade, o híbrido, e todas as diferentes terminologias que podem ser usadas para designar a ação humana, não é possível determinar uma configuração única e estanque para a sociedade.

Sobre isso, o geógrafo Milton Santos nos fala:

Quando trabalho com o mundo, utilizo todas as suas variáveis em um momento dado. Mas nenhum lugar pode acolher nem todas, nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares (Santos, 1988, p. 21)

Portanto, o lugar habitado é pulsão de vida, diversidade imensurável, e aí está uma das riquezas de se trabalhar sobre o lugar a partir das impressões trazidas por jovens estudantes: dezenas, centenas, um grande número de percepções que são emitidas sob óticas de diferentes posições sociais, arranjos familiares, fatores condicionantes, mas não determinantes.

O geógrafo Milton Santos ao refletir sobre paisagem, nos fala:

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (Santos, 1988, p. 21).

Para nós, historiadores, essa reflexão serve de mote para nos provocar sobre como a apreensão da realidade é permeada por condicionamentos, e para uma análise histórica sobre lugar, história local, é instigante confrontar o discurso oficial das autoridades sobre o que é o local, para os habitantes, para visitantes, e comparar com os olhares e percepções dos estudantes.

Uma potencialidade da História Local, é permitir compreensões sob outros vieses, de problemas que são estudados a partir de uma macroanálise. Isto revela a possibilidade de

observar com maior proximidade fenômenos que foram estudados numa escala maior anteriormente, portanto, ao percorrer um caminho diferente de pesquisa, poderá fornecer novos resultados com maior riqueza de detalhes, ou ainda, que apresente dinâmicas diversas das observadas em estudos prévios. De tal forma, há uma adição de novas configurações analíticas que poderão produzir outras narrativas históricas, não em antagonismo com estudos que versem sobre o “nacional”, mas sim, em complementaridade, numa articulação que constitui local/regional/nacional como categorias integrantes de uma compreensão amplificada da realidade social. Isto foi ressaltado por Viana (2020), como podemos ver a seguir:

A análise da história local permite perceber as diferentes modulações que configuram as relações entre grupos, indivíduos e instituições. Nesses termos, a perspectiva de produção do conhecimento histórico a partir do local favorece a observação do particular e constitui-se como campo privilegiado para construir versões diferentes da narrativa histórica. Dito de outro modo, a história local manifesta a relação de complementaridade do conjunto de experiências sociais e relativiza a hierarquia historiográfica de caráter fatual, descritivo e conteudista que condiciona o local ao regional e este, por sua vez, ao nacional (Viana, 2020, p. 23).

A história local permite novas configurações de análises que normalmente poderiam ficar restritas a visões dualistas, limitadas, que põem em confrontação categorias como local/global, centro/periferia, e propõe a utilização de chaves analíticas que integram conceitos, tais como redes, inter-relações, e etc.

### **2.3 A História Local no ensino de História**

Como veremos, a História Local no ensino de História esteve presente no currículo há muito tempo. Em análise, podemos nos reportar às reformas implementadas na década de 30, com a obrigatoriedade do ensino de História na reforma Francisco Campos, com instruções metodológicas que contribuem para “um processo de consolidação do código disciplinar da História” (Schmidt, 2012, p.80), numa valorização da disciplina como necessária e relevante na construção de uma cidadania em prol de uma nação coesa e funcional.

Uma reforma da Escola Secundária brasileira, em 1951 estabeleceu:

a valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; desenvolver um ensino intuitivo e crítico; focalizar os indivíduos como expressões do meio social e, principalmente, desenvolver os processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram recomendados (Schmidt, 2012, p.81).



No bojo do movimento escolanovista, o ensino da História estava movido por uma concepção de que aspectos do dia a dia contribuem para constituir saberes em prol da formulação de cidadãos críticos e conscientes. (Viana, 2016, p.26).

Na década de 60, com a proposição dos Estudos Sociais, houve uma diluição das disciplinas de ciências humanas, e a História passou a ser integrada à outras disciplinas, numa “concepção de currículo por círculos concêntricos: família, escola, bairro, cidade e país.” (Schmidt, 2012, p.84). A oficialização da imposição de Estudos Sociais no currículo veio com a lei número 5.692/71 no contexto do regime militar.

Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Ainda eram reforçadas pelo ensino de Estudos Sociais, noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento (Urban, 2011, p. 10).

Essa compreensão de progressividade no ensino de História, que parte do local, ao regional, nacional e assim por diante, contribui para uma desarticulação do que deveria estar integrado. Compreendemos que não é possível decifrar a realidade social com análises isoladas, e a História Local não pode deter-se nisso, seja no campo da pesquisa acadêmica, ou no ensino de História na educação básica, sob o risco de cair no erro crasso de identificar o mais próximo, conhecido, como algo isolado de contextos mais amplos, e oferecer explicações simplificadas e reducionistas (Schmidt; Canelli, 2004, p. 112). Entendemos, portanto, que a história local pode ser utilizada de maneira rasa e contributiva a perpetuar certezas equivocadas sobre acontecimentos históricos, como exaltar a ação de personagens considerados de maior primazia, e ocultar a ação de agentes relevantes, mas não detentores de patentes, sobrenomes proeminentes, títulos. Esta mesma história que evoca a ação heróica de D. Pedro I como bastião da independência, em seu cavalo branco entoando “Independência ou morte!”, eternizado na pintura de Pedro Américo, também pode ser utilizada para construir uma memória acerca de “emancipadores” de municípios, e se valer de tais narrativas para querelas políticas provincianas. É a deturpação da história que mobiliza sentimentos patrióticos, nacionais, ou telúricos paroquianos em reafirmar identidades excludentes, antagônicas, em oposição ao outro, o dessemelhante, bárbaro.

Convém refletir quais ideias são mobilizadas, se haverá a reprodução de uma história linear, factual, conformadora, ou uma história-problema, que busca desnaturalizar, ir a

fundo em busca da historicidade de identidades, nomes, ruas, praças, hinos, bandeiras, e compreender como acontecimentos ocorrem entremeados por processos históricos, complexos, que não podem ser topicalizados em enumerações memorizáveis, reproduzidas mecanicamente. “A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades” (Bittencourt, 2004, p. 169). Compreendemos, portanto, que a história local pode ser vista como:

(...) elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a história local pode ser vista como uma estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana (Schmidt; Cainelli, 2004, p.113).

#### **2.4 Os riscos de idealizações reducionistas**

É preciso tomar cuidado, contudo, para não excluir totalmente as “classes dominantes” das narrativas do ensino de História em prol de uma história “inclusiva”, ou engajada. Não podemos ser reducionistas e cair na armadilha de dicotomias que se fecham em si. É necessário exercitar a capacidade de refletir sobre a historicidade também dos grupos hegemônicos para compreendê-las no seu processo de formulação, interesses declarados e implícitos, as operações por trás da consolidação dessa hegemonia. Ao professor de História, não cabe exaltar a memória de “excluídos da história” em detrimento de outra, e sim agir como mediador no processo de aprendizagem para compreensão sobre como a pluralidade de sujeitos são partícipes do processo histórico num determinado espaço e tempo, numa trama de interesses diversos.

Isso não significa assumir uma posição de isenção no ensino de História, e sim, exercer o ofício de historiador/professor de História como se deve ser, com uma postura crítica e reflexiva. O professor Régis Lopes nos elucida essa questão a seguir:

Mas a história não é politicamente neutra e sua posição nos PCN aparece claramente, na medida em que se coloca como um saber que se contrapõe a todas as formas de dominação e exploração. A ética, nesse sentido, está no incentivo ao juízo reflexivo que abre espaço para a liberdade, inclusive para questionar a própria historicidade da história, levando-se em consideração que qualquer configuração do presente sobre o passado é parcial (Ramos, 2010, p.408).

Para efetivar uma proposta de ensino que seja crítica, reflexiva e ao mesmo tempo significativa para os alunos, podemos conectar o ensino de história ao que é tangível e presente no cotidiano, dessa forma será possível lançar um olhar historicizante sobre o trivial, comum, e desnaturalizar o que é aparentemente fixo, imutável. Este trabalho do historiador, que busca a partir do presente, da superfície, explorar as camadas ocultas pelo transcorrer do tempo, o passado, e desvendar os mistérios entrelaçados que moldaram nosso mundo, é em certa medida, o que também deve fazer o professor de história, cooperando através do papel de mediador de aprendizagem que o “*ser humano é um sendo, campo de possibilidades historicamente condicionado e abertura para mudanças* (Ramos, 2008, p.195).” Tomando este mesmo argumento, ao utilizar a História Local como estratégia de aprendizagem, nos propomos a historicizar o lugar, e juntamente aos alunos, compreender que ele não é, e sim ao longo do tempo constituiu-se e *tornou-se* o que é agora, numa sucessão de eventos que no calor dos acontecimentos, fugazes, juntaram-se e formaram o que chamamos de processo histórico, e portanto, o que é hoje, não continuará *sendo perpetuamente*, e nem é unívoco e unidimensional hoje, diante de uma pluralidade de subjetividades mobilizadas pelos sujeitos sociais que compõem o mosaico do pequeno espaço, território, ou simplesmente o lugar, sobre qual está sendo estudado, pesquisado, refletido.

## **2. 5 O currículo da educação básica no pós-ditadura:**

### ***2.5.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's***

O currículo da educação básica passou por uma série de modificações nos anos 90 durante os anos do governo Fernando Henrique Cardoso, que promoveu uma reformulação do ensino pautado pelas demandas do mercado numa lógica neoliberal que concebia a educação como etapa de formação de sujeitos aptos à inserção no mundo do trabalho, adquirindo conhecimentos necessários para o desempenho satisfatório em atribuições que requerem habilidades técnicas mínimas.

Por outro lado, num clima de consolidação das liberdades democráticas, pós-redemocratização, houve uma profícua interação entre o conhecimento acadêmico e o ensino nas escolas, com a inserção de debates historiográficos como conteúdos curriculares, apresentando acontecimentos históricos sob enfoques diversos, expressando a pluralidade de interpretações fruto de diferentes opções teóricas e metodológicas na pesquisa acadêmica.

No que se refere ao conhecimento histórico escolar, os currículos atuais são indicativos das transformações paradigmáticas do campo que envolve o conhecimento histórico como um todo. As aproximações entre a História ensinada e a produção acadêmica têm se intensificado a partir do final dos anos setenta, estabelecendo relações muitas vezes profícuas, mas que apontam para as dificuldades de consensos e ou definições simplificadas sobre os conteúdos e métodos de ensino (Brasil, 1997, p. 20).

E é nesta abordagem multifacetada do ensino, que abundam possibilidades de inovações criativas na pedagogia, se valendo dos diferentes estudos sobre os temas familiares aos historiadores sob novos prismas, e também, novas temáticas sobre as quais se debruçaram os pesquisadores.

O propósito do ensino de história segundo o PCN de 97 é contribuir para a formulação de laços de identidade e consolidação da formação da cidadania (PCN, 1997). No que concerne à História Local, isto é possível através de “reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo” (PCN, p.26, 1997). Esta consideração no documento exprime o papel que a história é convocada a desempenhar na educação básica, com atenção à formação da cidadania.

A identidade social também se tornou uma preocupação da educação básica, uma vez que “a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na sua localidade e cultura, quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade nacional e o mundo” (Brasil, 1997). Esta é uma construção que se constitui no âmbito relacional dos indivíduos, por meio da percepção do outro, e a elaboração de noções como “nós”.

### ***2.5.2 Ensino Fundamental (primeiros ciclos)***

Nos PCN's de 1997 a História local é mencionada como parte integrante do primeiro ciclo como uma etapa introdutória do ensino de História, de modo a situar o estudante no lugar de complexidade no qual ele se encontra ao estabelecer convívio em ambientes diversos além do seio familiar. Os jovens estudantes se deparam nesta nova condição com o regramento de horários novos para seu dia a dia e passam a viver de acordo com o tempo cronológico que disciplina a vida, ao mesmo tempo, ainda estão profundamente inseridas numa lógica de tempo natural, das necessidades fisiológicas, ou de atividades práticas: hora de tomar brincar, hora de tomar banho, hora de comer. Ou seja, lidam com várias temporalidades. Uma potencialidade nesta fase também é a dinâmica relacional do estudante com seus pares, e progressivamente, com a comunidade, na medida que se constroem elos de sociabilidade e

ocupação dos espaços físicos, lugares, com vivências nos atos de ser, existir, pertencer, criar e imaginar, e afinal, atribuir significados que são construídos por meio da vida. (Brasil, 1997).

A proposta explicitada no PCN corrobora aquela velha fórmula de círculos concêntricos que se iniciam do simples para o mais complexo, do micro para o macro, do local para o global. Aqui, a premissa é contribuir para uma compreensão da realidade social por meio de um diagnóstico que seja capaz de perceber transformações, rupturas e permanências e se sugere o trabalho com:

depoimentos e relatos de pessoas da escola, da família e de outros grupos de convívio, fotografias e gravuras, observações e análises de comportamentos sociais e de obras humanas: habitações, utensílios caseiros, ferramentas de trabalho, vestimentas, produção de alimentos, brincadeiras, músicas, jogos, entre outros (Brasil, 1997, p.40).

O documento prossegue com sugestões ao professor desenvolver pesquisas com os estudantes a fim de promover uma atividades que promovam a tolerância, uma concepção de sociedade sem hierarquização de povos e organizações sociais, com menção direta às comunidades indígenas, citadas como possibilidade de análise dos estudantes sob supervisão do professor.

As orientações chegam a ser instrucionais, com características de texto injuntivo, quando se coloca num quadro recomendações sobre como trabalhar a localidade: primeiro as diferenças e semelhanças entre os estudantes da turma (colegas de sala), suas famílias, profissionais da escola. Por meio de uma comparação, seria possível o estudante fazer identificação de diferenças e semelhanças, progredindo o escopo da análise para diferentes grupos sociais. Em seguida, procederam para a pesquisa sobre os modos de vida no passado da localidade, buscando perceber rupturas e semelhanças. Também são sugeridos na análise as transformações materiais na comunidade, como construções, e na vida imaterial, as artes e expressões culturais. O professor é destacado como fundamental em todo procedimento, com supervisão minuciosa: “É necessário que o professor oriente e acompanhe passo a passo a realização desses procedimentos pelos alunos, de forma que a aprendizagem seja bem-sucedida.” (Brasil, 97) Percebe-se que o procedimento didático sugerido se desenvolve ganhando contornos de maior complexidade (Brasil, 1997, p. 41).

De acordo com Fonseca (2003, p. 94):

A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam,

lutam e resistem nos diversos espaços de vivências: em casa, no trabalho, na escola etc. (Fonseca, 2003, p. 94).

A proposta de avaliação para o fim do primeiro ciclo é verificar se o aluno consegue “Reconhecer algumas semelhanças e diferenças no modo de viver dos indivíduos e dos grupos sociais que pertencem ao seu próprio tempo e ao seu espaço”. Neste primeiro ponto avaliativo, se coloca como meta, perceber se o aluno é capaz de apreender a realidade social, localizar-se temporalmente no presente, e fazer diagnósticos de modos de vida.

### ***2.5.3 Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série)***

Os PCNs de História do antigo ensino fundamental, na segunda etapa, chamadas de 5ª a 8ª série, previam como objetivos

conhecer realidades históricas singulares, distinguindo diferentes modos de convivência nelas existentes; caracterizar e distinguir relações sociais da cultura com a natureza em diferentes realidades históricas; caracterizar e distinguir relações sociais de trabalho em diferentes realidades históricas; refletir sobre as transformações tecnológicas e as modificações que elas geram no modo de vida das populações e nas relações de trabalho; localizar acontecimentos no tempo, dominando padrões de medida e noções para distingui-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade; utilizar fontes históricas em suas pesquisas escolares (Brasil. 1998, p.54).

Observamos que nesta etapa, as propostas se complexificam, e já se aborda a relação da humanidade por meio de categorias como trabalho, modificação da natureza, técnica e tecnologia, e se introduz conceitos elementares do conhecimento histórico como a noção de temporalidades relacionais, e inclui, também, o uso de fontes históricas nas pesquisas escolares.

O documento não cita explicitamente o ensino de História Local, como foi expressamente escrito no documento sobre o primeiro e segundo ciclo (1ª a 4ª série), no entanto, ao falar sobre a importância de estudar sobre distintas realidades históricas, e modos de convivência estabelecidos nestas, é possível incluir o uso da História Local. Com um adendo, nos objetivos estão propostos o estudo de novos conceitos relacionados a trabalho, cultura, transformações tecnológicas, a abordagem sobre a realidade histórica local pode abranger estes temas, trazendo mais profundidade aos estudos da comunidade. A análise de fontes históricas como alternativa na realização de pesquisas escolares abre um leque de possibilidades que capazes de trazer à sala de aula uma miríade de temas que podem abordar desde a história da escola, com fontes obtidas em acervo próprio, não raramente esquecidos em prateleiras

empoeiradas, até fontes obtidas através da colaboração da comunidade, familiares, como fotografias, materiais didáticos, documentos em geral, além de pesquisas na internet.

#### ***2.5.4 Ensino Médio***

No documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, publicado em 2000, são apresentadas as competências e habilidades da disciplina História, e no tópico Investigação e compreensão, são mencionados:

\* Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos.

\* Atuar sobre os processos de construção da memória social, partindo da crítica dos diversos “lugares de memória” socialmente instituídos (Brasil, 2000, p. 28).

O tema da identidade se apresenta no âmbito das operações que requerem do estudante uma atitude ativa no processo de aprendizagem, quando menciona “investigação e compreensão”, afasta uma postura de passividade, que coloca o estudante na posição de receptáculo de conteúdo. Concretizar isso, no entanto, é um desafio. Temos algumas pistas sobre como fazer isso. No nível do ensino médio, a faixa etária dos estudantes varia entre 14 e 17 anos, com algumas distorções de série-idade que podem trazer jovens com 18 anos. São, portanto, dotados de um certo grau de desenvolvimento de operações mentais complexas que permitem a proposição de atividades mais desafiadoras.

A reflexão sobre identidade na História enquanto disciplina escolar, já foi discutida anteriormente quando falamos sobre a trajetória desta ciência como instrumento do Estado no forjamento de memórias coletivas a fim de estabelecer consensos sobre figuras heróicas e glorificações de atos do Estado. Contudo, ao pensarmos sobre o papel da História atualmente, precisamos ultrapassar esse limite. O documento PCN do Ensino Médio, ao falar sobre identidade na área de Ciências Humanas, destaca que “os conhecimentos da área devem contribuir para a construção da identidade pessoal e social dos educandos” (PCN, 2000, p. 11). Isso se dá através de procedimentos, como reconhecer o diferente ao passo que se estabelece também a aceitação e o repúdio aos preconceitos. A História, especialmente, é citada como fundamental na construção desta identidade coletiva, na medida que estuda sobre um passado “um passado que os grupos sociais compartilham na memória socialmente construída” (Brasil, 2000, p.12). É defendido no documento que se dê ênfase ao ensino de História do Brasil relacionando ao que convencionou-se chamar de História Geral, no intuito de localizar os

sujeitos no contexto da coletividade compartilhada em aspectos culturais, sociais e históricos, como resultados de acontecimentos que desembocaram na realidade social que coexistimos hoje.

Sobre o avanço da massificação cultural, resultado da globalização que avança sem parar sobre o mundo, o documento alerta sobre os riscos de perdas de identidades territoriais e culturais, numa defesa de preservação destas (Brasil, 2000, p.13). Isto escrito no ano de 2000.

Hoje, 23 anos depois, podemos refletir acerca da problemática tomando como suporte teórico o antropólogo mexicano Nestor Garcia Canclini (2019, p.304), que segundo ele “as culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis”, ao falar sobre a quebra da rigidez da separação entre o popular e o erudito, com a possibilidade de formular a própria coleção hoje em dia usando dispositivos de reprodução comumente chamados de “pirataria”. O antropólogo, à época, se referia aos videocassetes, fotocopiadoras. O que falar hoje então, da internet? Downloads, streamings? Não foi possível deter o avanço da tecnologia, e conseqüentemente, os efeitos da globalização não foram impedidos, e hoje em dia, qualquer jovem com o uso de um smartphone e conexão à internet, consome produções artísticas-culturais de vários lugares do mundo. Isso significa que houve uma perda de identidades? Este viés de interpretação não soa condescendente e de algum modo até mesmo paternalista. O papel do ensino das disciplinas de Ciências Humanas na educação básica, especialmente a História, é blindar os jovens de influências culturais externas?

Temos hoje em dia vários exemplos de comunidades tradicionais que utilizam a internet, as redes sociais, para proliferar seus saberes e modos de vida, exatamente com o intuito de lutarem por sua preservação. A arte, música e entretenimento, da mesma forma, ganharam novas configurações como resultado de misturas culturais prolíficas. Para citarmos um exemplo, a artista Brisa Flow, mulher ameríndia, filha de artistas chilenos, cita como suas influências Mercedes Sosa, Violeta Parra, Racionais, Lauryn Hill, Tupac (Sarmiento, 2023). A artista usa sua música com elementos de rap, música eletrônica, para denunciar violências das populações originárias latino-americanas, e especialmente na música “Fique viva”, fala sobre os riscos da mulher indígena em áreas urbanas: “São dias e noites de amor e guerra/Fique viva, fique viva!/A linha de Fronteira se rompeu/Bala trocada, bala achada/Essa bala procura a cor, procura amor”. Esta canção pode ser usada por professores de História que queiram abordar temas relacionados à violência colonial do passado, em relação à persistência da luta indígena contra a violência na contemporaneidade. Segundo Nestor Garcia Canclini, é equivocado pensar na tradição e modernidade como opostas, pois são complementares. “Nem a



modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade” (Canclini, 2011, p. 239).

Esta reflexão serviu para explicitarmos a importância de fazer uma leitura crítica sobre os documentos curriculares que são elaborados pelo governo na área da educação básica. Evidentemente, são muito importantes na medida que funcionam como norteadores, documentos consultivos ou de normatização, mas é necessário que professores os conheçam, leiam, compreendam seus pressupostos teóricos e sejam capazes de fazer uma análise deles.

Podemos falar sobre manifestações culturais da comunidade local ao desenvolver pesquisas voltadas à História Local, sem cair no discurso da folclorização, exotismo.

Na perspectiva de relação com os grupos sociais que compartilha o convívio, o ensino de História atua, de acordo com o PCN, na percepção do indivíduo a partir de suas relações pessoais, afetividades, e seu engajamento com determinados valores no concernente à marcadores como classe (Brasil, 2000).

Também defende a consolidação de conceitos trabalhados em níveis anteriores do ensino, como “diferença” e “semelhança”, e agora noções mais complexas sobre “tempo histórico”.

A noção de identidade constantemente é retomada no texto, como por exemplo, no trecho que aborda-se a relação estabelecida entre História e Memória, a fim de sanar uma alegada “amnésia social” que obstaculiza a formação de identidades individuais e coletivas. É defendida uma noção de cidadania cultural, que passa por entre outros elementos, a preservação de obras humanas que sejam significativas para a coletividade. Aqui, propõe-se uma discussão sobre os lugares de memória, um dos objetivos do Ensino Médio como citado anteriormente. A formulação de uma Memória social a partir de festas, monumentos, pode ser analisada no ensino médio através da mediação do professor sobre o Patrimônio Cultural. O documento afirma:

A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os 27 nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido” (Brasil, 2000, p. 26)

Ora, certamente esta é uma excelente oportunidade para debater com os estudantes sobre História Local, aí podemos analisar a cidade, as ruas, monumentos, prédios públicos, homenagens. Assim como, é possível investigar sobre as possibilidades de compreensão dos estudantes sobre a utilidade, pertinência, sobre a preservação de bens patrimoniais que são ou não tombados. O estudo sobre a própria comunidade a partir dos lugares, entendidos para além

das delimitações físicas e espaciais, mas sobretudo, como lugares de sensibilidades e histórias, vividas, vivas, pulsantes. Esta é uma possibilidade de compreender também a cidadania cultural citada no documento, por uma perspectiva crítica e histórica, como fruto de uma dinâmica de poder e conflitos que surgem dentro da própria comunidade.

A importância de analisar o presente enquanto constructo social e histórico é a possibilidade desnaturalizar o que aparentemente está dado como fixo e eterno, e cooperar que os estudantes assumam um protagonismo ativo, através de pesquisas orientadas que abordam sobretudo temas de relevância para a comunidade local, com problemáticas emergindo dos aprendizados adquiridos em sala de aula.

Voltando ao documento, na página 13 ele afirma que é objetivo das Ciências Humanas no Ensino Médio: “Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.” Esta parte é mencionada como própria da Geografia, e como já discutimos, a História e Geografia se relacionam bastante quando falamos sobre História Local. A territorialização dos acontecimentos históricos é necessária tanto para a delimitação do objeto a ser estudado, como procedimento metodológico e passo necessário para atribuição de sentido pelos estudantes sobre o que será estudado sobre sua comunidade: quando aconteceu, e neste caso, onde aconteceu.

### ***2.5.5 Base Nacional Curricular Comum - BNCC***

O documento da Base Nacional Curricular Comum começou a ser debatido a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014, que estabeleceu como prioridade a instituição de um currículo comum ainda no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Por trás dessa agenda, há vários atores organizados, entidades civis ligadas à educação, e grupos da iniciativa privada como o Movimento Todos pela Educação, Fundação Lemann, Movimento pela Base, Instituto Unibanco (Aguar; Dourado, 2019).

A proposta de padronização curricular tem sua deflagração sob a gestão do ministro Cid Gomes, titular do MEC em 2015, mesmo sob críticas de diversas entidades ligadas à educação básica, que reivindicavam a priorização de outras pautas, como a universalização da Educação Básica. Teve seguimento sob outros titulares como Janine Ribeiro e Mercadante, com a participação de especialistas de universidades e profissionais, porém, isto foi interrompido após a deposição da presidenta, e com a titularidade da pasta sob o comando de Mendonça

Filho, que impõe um documento elaborado por um comitê unilateralmente, efetivado através de uma Medida Provisória, suspendendo toda discussão e acúmulos precedentes.

Com efeito, sob o comando do MEC pelo titular José Mendonça Filho, a BNCC vai ser redirecionada, com a ruptura da concepção de educação básica, que tinha sido uma conquista da sociedade brasileira. Rompe-se, assim, com a organicidade da educação básica, e o MEC constituiu um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria Executiva, que vai apresentar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da BNCC relativa à educação infantil e ensino médio, consagrando, então, a divisão. Na sequência, o Comitê Gestor acatou ato do Governo Federal, que emitiu uma medida provisória para efetivar a reforma do ensino médio, desconsiderando não só as ações em curso do governo anterior, como também os projetos em discussão no Congresso Nacional. Assim, encaminhou ao CNE a BNCC do ensino médio, reafirmando a divisão da educação básica (Aguiar; Dourado; 2019, p.34).

É comum surgirem tentativas de modificações nos sistemas de ensino e no currículo, ao sabor das movimentações de grupos políticos no governo, essa disputa hegemônica por poder político no comando do Estado, vem também com uma disputa hegemônica de agenda política na área cultural e educacional. Como diz Kátia Maria Abud:

A olho nu, são os aspectos curriculares as faces mais representativas das políticas públicas na área educacional. São também o caminho mais fácil para a intervenção do poder político na educação, como resultado de pressões de grupos hegemônicos da sociedade civil, por isso reformas curriculares não são fatos incomuns entre nós. A cada troca de grupos em nossos órgãos de poder, a cada posse de novos líderes políticos, surgem propostas de modificação de sistemas de ensino, a introdução de novos métodos ou simplesmente troca de conteúdos, especialmente no ensino de Ciências Humanas (Abud, 2017, p. 14).

Este foi o contexto da elaboração e implementação deste documento, de maneira verticalizada, acelerada e abrupta, atendendo a interesses econômicos de elites locais, alinhadas ao modelo educacional concebido politicamente no norte global, em um “um processo impositivo, estruturalmente agendado com base em interesses socioeconômicos do desenvolvimento do capitalismo global” (Hypólito, 2019, p.191). Está vigente, e devemos analisar como ele influencia a educação básica, quais são seus pressupostos, principalmente no que concerne à nossa disciplina, História. Para nós, que nos propomos a desenvolver ações voltadas ao ensino de História Local, há risco da homogeneização cultural, e o empobrecimento da diversidade curricular (Hypólito, 2007).

### **2.5.6 BNCC (fundamental)**

De forma similar aos PCNs dos anos 90, a BNCC propõe para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 1º e 2º anos, uma abordagem inicial partindo da realidade imediata dos estudantes, a fim de formular uma compreensão sobre noções de “Eu, Outros e Nós”. Corroborando com o documento anterior, a BNCC destaca:

uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida (Brasil, 2017, p. 404).

A criança pode ser inserida nesses estudos iniciais sobre História refletindo sobre a família, vizinhança e cidade, coadunando para o estudo da História Local nas séries posteriores, 3º e 4º anos, onde é sugerido estudar sobre o lugar:

No 3º e no 4º ano contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural. Nesse momento, também são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos (Brasil, p.404, 2017).

A proposta neste novo documento traz uma preocupação mais consistente com valores de sociabilidade, ao buscar construir nos estudantes noções básicas de convívio e cidadania, assim como conteúdos específicos que discorrem sobre a vida humana, por assim dizer, a história propriamente dita. Isto vem ser ratificado ao falar do 5º ano:

Essa análise se amplia no 5º ano, cuja ênfase está em pensar a diversidade dos povos e culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos (Brasil, 2017, p. 404).

A preocupação em salientar a diversidade está permeando o documento em vários momentos, o que evidencia a cultura hegemônica no tempo de produção do texto, com a proeminência das discussões sobre relações étnico-raciais na sociedade e em escala reduzida, na escola, local de educação formal, mas também, de introdução de valores e comportamentos, por meio do currículo formal e do currículo oculto.

As habilidades propostas a serem desenvolvidas no 1º ano que convergem com o ensino de História Local são:

(EF01HI01) Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.

(EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.

(EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.

(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.

(EF01HI06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços (Brasil, 2017, p. 407).

Compreendendo possibilidades de estudos sobre a história familiar, da comunidade a partir de memórias, relatos orais, sendo possível até mesmo convidar familiares a participarem das atividades pedagógicas, envolvendo-os em projetos relacionados à História Local.

No 2º ano, são trazidas habilidades que se complexificam, tais como:

(EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.

(EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário.

(EF02HI05) Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado.

(EF02HI06) Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois).

(EF02HI08) Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.

(EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados (Brasil, 2017, p.409).

Observa-se que se ampliam as possibilidades, com o trato no uso de fontes obtidas no âmbito familiar e na comunidade, historicização de objetos, entendimento sobre preservação ou não de determinados objetos, a fim de compreender as escolhas deliberadas e (in)conscientes da memória.

No 3º ano, temos as habilidades:

(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.

(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

(EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.

(EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.

(EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam. (Brasil, 2017, p. 411)

A menção à fontes de diferentes naturezas, nos indica que o documento sugere apresentar aos estudantes algumas linguagens diferenciadas, à medida que a cognição do estudante se desenvolve, o professor pode diagnosticar quais possibilidades são exequíveis, como estudo de obras de arte, poemas, fotografias, pinturas, etc. Comparar diferentes pontos de vista sobre acontecimentos locais, confronta o estudante com a comparação, e assim, distinção sobre posições acerca de temas sensíveis. É preciso ressaltar a menção específica às culturas africanas e indígenas, em cumprimento às leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Já está explícito no texto para esta série também, a educação patrimonial, na catalogação e reflexão sobre escolhas políticas de tombamento. A observação de nomes de ruas, traz a discussão sobre a cidade como fonte ao ar livre. A compreensão sobre o lugar se amplia, e dialoga com a região, e ainda, cita-se a diversidade de grupos sociais que compõem o quadro social.

Nas habilidades do 4º ano, os conteúdos se expandem para temas relacionados à História Geral, mas a discussão ainda permite algumas relações com a comunidade local, como mostram as habilidades previstas:

(EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.

(EF04HI03) Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.

(EF04HI11) Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional) (Brasil, 2017, p. 413).

Nas discussões levantadas nesta série, observamos a possibilidade de identificar como o ser humano modifica sua vida por meio da migração e, em consequência, da comunidade em que vive. Podem ser desenvolvidas atividades com os estudantes sobre sua história familiar, pesquisando sobre a origem de seus pais, se são migrantes ou não. A observação sobre mudanças na cidade, podem ser feitas através de fontes históricas de diferentes tipos.

No 5º ano, as habilidades que abrem possibilidades para discussão sobre História Local são:

(EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.  
 (EF05HI09) Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes fontes, incluindo orais (Brasil, p. 415, 2017).

A análise dos marcos de memória pode abrir um leque de possibilidades na discussão com os estudantes sobre monumentos, datas comemorativas, demarcação de espaços públicos por meio de nomes de indivíduos associados a grupos sociais dominantes. A comparação novamente se faz presente, desta vez falando sobre tempo presente, o que permite aos estudantes compreenderem a disciplina histórica como algo que não se prende ao passado, pelo contrário, tem o presente como pressuposto para suas reflexões, e serve como instrumento para compreensão sobre a realidade social vivida aqui e agora, construída por meio de um processo histórico complexo, que vem sendo estudado por eles ao longo dos anos até esta série.

### **2.5.7 BNCC (médio)**

O Ensino Médio concebido nos marcos da BNCC compreende as disciplinas História, Geografia, Filosofia e Sociologia de maneira integrada, e portanto, define competências e habilidades que perpassam as quatro disciplinas sem demarcá-las isoladamente.

Segundo o documento, o Ensino Médio visa aprofundar e explorar questões abordadas no Ensino Fundamental, com maior complexidade, dadas as maiores capacidades cognitivas dos estudantes (Brasil, 2018, p. 561). As categorias que deverão ser tematizadas e problematizadas no Ensino Médio são: Tempo e Espaço; Território e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura, e Ética; Política e Trabalho.

Para a compreensão do tempo, a proposta é uma abordagem além da cronologia, abarcando noções simbólicas e abstratas em diferentes sociedades. O espaço, indissociável do tempo, está relacionado no documento à compreensão sobre a ocupação, movimentação de povos e grupos sociais. O espaço também é lido como “lugar” onde se dá “a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (Brasil, 2018, p. 563)”. Ainda nesta linha de raciocínio, relacionado o currículo à discussão sobre História Local, o documento possibilita um diálogo com a categoria de Território, entendido como porção

territorial “sob domínio de um grupo e suporte para nações, estados, países. É dele que provêm alimento, segurança, identidade e refúgio. (Brasil, 2018, p. 564)”. Esta é uma linha de discussão interessante para se pensar sobre História Local a partir das tensões entre grupos sociais na ocupação dos espaços na esfera física e simbólica, problematizando principalmente a formulação de uma identidade associada ao lugar, na reflexão sobre a hegemonia de concepções uniformizadoras, e a disputa em confronto com concepções que emergem de conflitos, grupos marginalizados socialmente, ou que estão em posição de desvantagem na representação simbólica da manifestação de identidades, expressas através do discurso oficial emitidos pelo *status quo*, e em narrativas que compõem a idealização de mitos fundacionais que pretendem sedimentar tipificações estereotipadas sobre uma comunidade que agrega uma diversidade que às vezes não é reconhecida.

As cidades enquanto categoria são analisadas no documento sob a ótica da territorialidade, que agrega entre outros aspectos, expressões culturais identificadas com determinados grupos:

As músicas, as festas e o lazer podem aproximar, mas podem também separar, criar grupos com culturas específicas ou circuitos culturais ou de poder. As fronteiras culturais são porosas, móveis e nem sempre circunscritas a um território específico (Brasil, 2018, p. 564).

Esta é uma provocação interessante que pode ensejar abordagens pedagógicas que fomentem o protagonismo estudantil na aprendizagem, por meio do mapeamento de manifestações culturais das comunidades às quais pertencem os estudantes, e refletir junto a eles sobre em que medida se sentem sensibilizados por estas expressões culturais como elementos de representatividade, e tocados por afetos de pertencimento. Isso é arrematado no trecho a seguir, que diz:

o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças (Brasil, 2018, 565).

A categoria Sociedade é entendida no documento como uma formação de organização de grupos humanos em determinado Território, balizados por normas de conduta. Nessa interação entre indivíduos, se estabelece uma concepção de mundo e atribui-se significados ao mundo, ao mesmo tempo em que este processo de socialização significa um compartilhamento de valores, configurando identidade uma identidade coletiva que é relacional, capaz de estabelecer uma diferenciação entre Nós e os Outros (Brasil, 2018, p. 565).



Uma aprendizagem que deve ser garantida aos estudantes, é a capacidade de reconhecer as diferenças e semelhanças no seu próprio grupo social, que não é homogêneo, e outros, localizados no seu mesmo território, a fim de promover uma convivência harmônica, aonde prevaleça a ética e uma conduta de respeito.

A BNCC prevê 6 competências específicas para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, sendo elas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 570).

É notório para nossa análise, que é possível discutir temáticas voltadas ao ensino de História Local contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de todas estas competências, com destaque especial para algumas, tais como a 1 e 2.

Na competência 1, temos uma abrangência enorme de temáticas possíveis, e segundo o próprio documento é visado nesta competência, contextualizar e analisar com complexidade a realidade, fugindo de modelos dicotômicos, e dotar os estudantes da capacidade de operacionalizar conceitos elementares, tais como etnicidade, memória, identidade, territorialidade, e etc (Brasil, 2018). Na BNCC, cada competência possui suas habilidades a serem desenvolvidas, e nesta em específico, podemos propor um enfoque especial nas:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias

filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 572).

Na competência 2, trazemos novamente o conceito de Território e territorialidade, e compreensão sobre a complexidade das tensões que se relacionam em disputas de poder para fixar fronteiras e alocação de grupos populacionais em determinados espaços, ou melhor, lugares, e atribuir-lhes elementos de identidade compartilhada. Entre as habilidades que pertencem a esta competência, destacamos para o ensino de História Local:

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis (Brasil, 2018, p. 573).

Como discutimos anteriormente, fronteiras, limites territoriais, são construções históricas e sociais que sofreram variabilidade ao longo do tempo. O que está definido pelas autoridades oficialmente para fins administrativos, nem sempre corresponde ao que vivenciam as comunidades na vida real, principalmente quando adentramos na complexidade dos valores sociais, identidade, pertencimento. A diversidade, o compartilhamento de elementos identitários, rivalidades não-violentas que se manifestam através de ritos e simbologias, são coisas que desafiam visões tradicionais sobre territórios e fronteiras.

### ***2.5.8 Documento Curricular Referencial do Ceará***

O Documento Curricular Referencial do Ceará foi publicado em 2021, e serve como norteador para a elaboração do currículo pelas escolas estaduais do Ceará. No parágrafo 537, são enumerados alguns objetivos das disciplinas de Ciências Humanas, sendo:

- 1 Reconhecer que o conhecimento produzido na escola é parte de uma aprendizagem interdisciplinar.
2. Partir das aprendizagens essenciais para construir na prática procedimento de pesquisa escolar que possibilitem a produção competente dos mais diferentes textos, metodologias e múltiplas visões de mundo.
3. Valorizar o patrimônio natural, artístico cultural e toda produção sociocultural da humanidade.
4. Respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos e equânimes.
5. Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais (Ceará, 2021 p. 219).

A concepção de escola defendida pelo documento estadual, é uma escola que produz conhecimento a partir da interdisciplinaridade, enfatizando a aprendizagem, portanto, coloca o aluno como sujeito central na produção deste conhecimento. Os saberes discentes são adquiridos em diversos ambientes além das instituições formais de ensino. Os jovens trazem consigo conhecimentos adquiridos na sociabilidade familiar, igrejas, convívio social, e hoje em dia, como nunca jamais visto antes, terá amplo repertório de informações provenientes da internet, mídias sociais, aplicativos de mensagens instantâneas. Contudo, este conhecimento vem difuso, desordenado, às vezes até mesmo conflitante. De acordo com Paulo Miceli (2021, p. 38): “convém lembrar que não é apenas a escola, - e nela o professor de História – a responsável pela educação dos cidadãos, pois as bases dessa formação já são trazidas à sala de aula pelos estudantes”.

A internet pode trazer informação sobre um fato histórico, mas o questionamento, a análise crítica, a reflexão sobre uma questão contemporânea latente em comparação a fatos históricos, isto quem faz com propriedade, autonomia, é o historiador, o professor de História. Nesse aspecto, ainda somos insubstituíveis. Miceli nos diz sobre isso:

Por isso, conquanto não se deva negligenciar as experiências de vida dos alunos, parece óbvio que elas podem ser mais bem aproveitadas a partir dos conhecimentos e da sensibilidade que conformam a consciência do professor de História (Miceli, 2021, p. 40).

O professor de História munido de seu arcabouço teórico, formação, princípios políticos e ideológicos, confere ao ensino de História uma característica peculiar. Os professores “deverão subsidiar o aluno do ensino médio com categorias de análise que servem como instrumentos para leitura, compreensão e resolução das diversas situações por ele

vivenciadas em seu cotidiano” (Ceará, 2021, p.220). Estas análises do cotidiano são, neste trabalho, a investigação sobre a História Local, partindo de questões que provocam inquietação no presente, no cotidiano, tomando o hoje como ponto de partida para as interrogações de pesquisa, isto é, a história-problema.

O documento cearense, ao falar especificamente sobre o ensino de História, traz:

Ao fazer da História um meio da/o aluna/o compreender a realidade que o cerca, o professor torna-se um agente ativo de sua transformação em um ser múltiplo e consciente do seu papel social. Sobretudo, quando percebemos que os discentes estão inseridos em um contexto marcado pela complexidade de uma sociedade com fortes contrastes sociais e econômicos, que incentiva o individualismo, a competitividade e o hedonismo, opondo-se a valores como a colaboração e a solidariedade (Ceará, 2021, p. 229).

Compreende, portanto, que a disciplina de História tem como objetivo, ser um instrumento de compreensão da realidade, e coloca o professor no papel de agente transformador, visto como um papel social. E coloca esta tarefa, em oposição à realidade social vivenciada pelo estudante, portanto, em contraposição aos valores da sociedade liberal burguesa, que privilegiam sentimentos de individualismo, competitividade e hedonismo, à medida que nós, professores de História, precisamos fomentar sentimentos que os enlaçam em solidariedade. É de se questionar, contudo, como a escola convive com rotineira pressão para alcançar resultados excelentes nos indicadores obtidos através de avaliações externas que mensuram (questionavelmente) a qualidade do ensino, ao mesmo tempo que se preocupa com a formação humana do estudante como um sujeito solidário. A historiadora Kátia Abud reflete sobre esta questão:

Em torno da História, giram os conhecimentos que nos permitem perceber o pertencimento ao tempo e local em que vivemos. As concepções históricas com as quais travamos conhecimento na escola terão, certamente, papel importante na elaboração de nossas visões de mundo e dos conceitos que nos levarão a atitudes e comprometimentos (ou ao descompromisso) em relação às transformações do mundo em que vivemos (Abud, p. 15, 2017).

A disciplina História tem uma potencialidade de mobilização de afetos e engajamento dos professores, capaz de concretizar grandes realizações no âmbito escolar, no ensino, como na comunidade, quando este conhecimento escolar transpõe os muros e chega à comunidade, seja através dos estudantes que fazem a profusão dos saberes adquiridos, ou através de meios de divulgação que ampliam a ressonância do que é feito pelos professores e alunos.

Mas os estudantes não são tábula rasa.

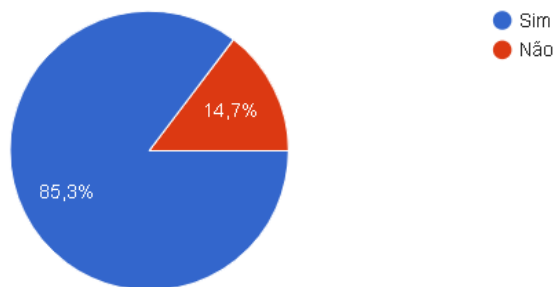
## 2.6 Experiências prévias de estudantes

Como vimos, o ensino de história local é previsto no currículo da educação básica em vários documentos nos diferentes níveis de ensino. Em alguns, de forma mais explícita, em outros, de forma transversal como possibilidade de abordagem sobre conteúdos diversificados.

A fim de detectar o conhecimento prévio dos estudantes que irão vivenciar as oficinas propostas por nossa pesquisa, aplicamos um questionário que foi respondido por adolescentes matriculados na primeira série do ensino médio, todos da Escola Estadual de Educação Profissional Sandra Carvalho Costa, localizada no município de Jijoca de Jericoacoara, na região do Vale do Baixo Acaraú. Os estudantes são residentes também do município vizinho, Cruz.

Responderam ao questionário 75 estudantes, todos da 1ª série do Ensino Médio. Destes, 64 estudantes afirmaram já terem estudado sobre a história local de seu município ou comunidade, enquanto 11 não.

Gráfico 1 – Estudantes que já estudaram História Local



Fonte: Acervo do autor

No questionário foi solicitado que os estudantes relatassem como foi a experiência, as metodologias utilizadas pelos professores. Esta é uma forma de tentar compreender como a história local já foi aprendida pelos estudantes anteriormente, para além de diagnosticar a aplicação real do currículo formal, como também para balizar nossa prática nas oficinas que serão desenvolvidas.

Quadro 1: respostas dos estudantes ao questionário 1. Item 1.

ESTUDANTE	RESPOSTA

1	Em nosso município tem um projeto chamado: HISTORIOGRAFANDO O MEU MUNICÍPIO, este projeto se desenvolve entre os alunos de ensino infantil ao fundamental das escolas de Jijoca. As ações desse projeto são através de aulas de arte, história, geografia, religião... em que são trabalhados aspectos económicos, culturais, artísticos e históricos sobre o município. E na disciplina de história conhecíamos a origem do nome Jijoca, primeiras famílias e origem da cidade desde sua emancipação até os dias de hoje.
2	Meu professor abordou, apenas em sala de aula, como foi o processo de povoamento do Preá. Ele também trouxe relatos da família dele, que é formada por pescadores que descendem dos primeiros pescadores da região. Ele mostrou registros e imagens.
3	Trabalhos dinâmicos como: maquetes, desenhos feito à mão, parodias, músicas, fotografias, leitura de textos ou relatos. A experiência foi agradável pois além de ser dinâmico o aprendizado foi bem trabalhado em relação a história do município.
4	No município de Jijoca de Jericoacoara quando chega o mês no aniversário da cidade sempre tem uma projeto nas escolas do município que se chama historiografando o município, a atrás disso todo mês de março estudamos e fazemos várias atividades relacionadas a nossa cidade
5	Através de apresentações dos alunos, cartazes, vídeos do município, visitas de campo (Passeios na Lagoa do Paraíso, De Boa na Lagoa, nas praças, na igreja Matriz, prefeitura municipal e etc), aulas dinâmicas ( brincadeiras pedagógicas sobre a história do município).
6	estudamos brevemente, reconhecendo somente a história política do município.
7	Não tive aulas sobre a história local no meu fundamental.

No quadro acima, temos algumas respostas apresentadas pelos estudantes. Alguns relataram que não estudaram história local, outros, que estudaram somente história política do município. As experiências relatadas mencionam principalmente aulas sobre origem do município, toponímias e vida política, lugares comuns no ensino de história local. Muitos, contudo, relataram terem participado de projetos, aulas de campo, realizado entrevistas e observado fotos como registros históricos. No município de Jijoca existe um projeto chamado “Historiografando o meu município”, e anualmente os estudantes realizam pesquisas sobre a sua comunidade sob a supervisão dos professores. Temos, portanto, estudantes que já vivenciaram experiências no ensino de história local, com práticas dinâmicas e diversificadas.

No questionário, alguns estudantes relataram não terem estudado sobre história local, portanto, destinei a eles uma pergunta indagando se eles gostariam de estudar sobre história local, e qual seria, segundo a percepção deles, a importância destes estudos. Veremos algumas respostas desses estudantes no quadro a seguir:

Quadro 2: respostas dos estudantes ao questionário A. Item 2

	Sim, pois isso é importante para melhor desenvolver uma identidade cultural através de um maior imaginário sobre a história local, entendendo também as suas próprias origens.
	Sim, pois é um passo importante para entendermos melhor os costumes e crenças que permanecem até os dias de hoje, como eram os antigos moradores da região e como se comportavam em um todo como sociedade.
	Sim. Saber sobre sua ancestralidade e seus antepassados é de uma honra imensa, além de necessária para a formação do indivíduo.

Fonte: acervo do autor

Há uma compreensão pela maioria dos estudantes sobre a história local ser importante. As justificativas variam entre curiosidade sobre o passado, costumes dos mais velhos, e alguns citam aspectos mais complexos, sem contudo, demonstrarem domínio do uso de alguns conceitos.

No questionário, há uma sessão que pede aos estudantes para definirem o que são fontes históricas. No início do ano letivo há aulas introdutórias sobre as bases elementares da história e historiografia, e provavelmente por isso, muitos alunos apresentaram domínio e segurança para dar as respostas.

Quadro 03: respostas dos estudantes ao questionário A. Item 3.

1	São documentos ou vestígios materiais ou imateriais produzidos pelos seres humanos ao longo do tempo.
1	É tudo aquilo que foi produzido por humanos no passado e nos dias de hoje, essas fontes são classificadas em materiais (documentos, fotos, esculturas, pinturas, cerâmicas, etc...) e imateriais (músicas, relatos, danças, etc...).
3	Documentos ou vestígios materiais ou imateriais produzidos pelos seres humanos ao longo do tempo e indispensáveis para o historiador estudar o passado.
4	“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente.
5	Fonte histórica é tudo aquilo em que o ser humano faz/fez, que faz lembrar as histórias antepassadas, são tipo de fontes históricas: materiais e imateriais. Exemplos de fontes materiais: cartas; jornais; revistas entre outros, já as fontes imateriais são exemplos de pinturas rupestres; danças; costumes; religião etc.

Fonte: acervo do autor

Ao lidar com lembranças pessoais dos estudantes, uma coisa muito importante é primeiro entender que ali reside não somente narrativas pessoais, individuais, mas testemunhos sociais que se vinculam a narrativas da comunidade, na medida que compartilham memórias que se entrelaçam. Reside aí a possibilidade até mesmo de se fazer uma operação inversa da historiografia local, ou das obras de memorialistas que versem sobre fatos da comunidade. É



como ver os fios desencapados de um eletrônico e entender os mecanismos que lhe dão funcionamento. Esta é a proposta que torna nossa pesquisa inovadora e com um diferencial frente ao que os alunos já vivenciaram anteriormente nas escolas do ensino fundamental.

## **2.7 Ensinar é transpor limites**

Ser professor da educação básica é um desafio diário, principalmente nas escolas públicas, local onde não raramente, se enfrentam muitas dificuldades como escassez de recursos, má infraestrutura, violência, e tantas outras condições que tornam o trabalho do professor, mais penoso do que normalmente é. Mesmo assim, vários profissionais praticam a rebeldia e contra todos os reveses, educam, e educam com amor, para a liberdade. Não cabe aqui fazer um libelo ao professor herói, idealização que às vezes é usada como instrumento para justificar má remuneração e condições precárias de trabalho. Porém, o que move professores no dia a dia, além das necessidades materiais, é a vontade que emerge do desejo de colaborar com a formação de uma sociedade melhor, por meio dos jovens que serão as futuras gerações de adultos. Por isso, os professores buscam inovar, criam alternativas, dinamizam suas aulas, e para além do professor *show man*, - o que também é um péssimo modismo na nossa profissão – desenvolvem metodologias que promovem um ensino de qualidade, como todos os estudantes devem ter e merecem. Conseguir isso, no entanto, significa transpor vários obstáculos que se impõem no caminho, entre eles, o comodismo e a limitação ao tradicional, o apego irrestrito ao básico que é definido pelos currículos entregues pelo Estado.

Sabemos que documentos curriculares geralmente são produzidos por especialistas que estão nos quadros universitários, intelectuais recrutados pelo Estado para elaborarem políticas públicas, normatizações e prescrições sobre diversos assuntos, inclusive, como deve proceder no seu ofício, o professor da educação básica. Esta hierarquização do saber já foi refletida inúmeras vezes, e o estudioso Paulo Miceli fala sobre isso em artigo quando reflete que o professor “Perdeu o gosto da liberdade, assim como acontece aos pássaros engaiolados há muito tempo e aos animais domesticados, que dificilmente vão longe de quem os pôs ou manteve na prisão” (2021, p. 48).

Praticar um fazer docente que seja inovador, vibrante e entusiasme alunos e nós, professores, requer principalmente disposição para formação contínua, troca de saberes, e não falamos aqui, de cursos estéreis que às vezes superiores mandam professores se inscrever. Primordialmente, professores de História precisam ser leitores vorazes, e buscarem sempre aprofundamentos sobre temas que estão presentes no dia a dia da sala de aula, seja o conteúdo

regular presente no livro didático, ou provocações que os alunos trazem, o professor deve estar munido de repertório amplo de conhecimentos que permitam o estudante explorar ao máximo nossa disciplina. E por que não, também, levar aos estudantes livros que fazem sua formação? Compartilhar o mundo da leitura com os estudantes é algo simples, mas com uma potência enorme.

Como dizer Paulo Miceli, para renovar o ensino de História é preciso:

Coragem de superar programas oficiais, burlar vigilâncias, criar e aceitar novos desafios e experiências. É necessário ter coragem de lutar de todas as formas para que, na voz de seus profissionais, a História ganhe respeito e importância, mesmo que isso pareça impossível (Miceli, p. 51, 2021).

Neste trecho acima, particularmente me chama atenção quando o professor fala sobre os programas oficiais. É comum ouvirmos professores criticarem os documentos curriculares, falarem jargões sobre serem feitos por quem nunca deu aula, e etc. Contudo, quantos realmente leram os documentos? É de grande potência refletir sobre esses textos como constructos sociais, artefatos imbuídos de sentidos e valores de uma determinada época e lugar social, ou seja, fazer uma análise crítica sobre eles, mas isso não significa encará-los com irreduzibilidade e descartar previamente tudo para manter uma pretensa postura “crítica” irrefletida. Observamos que existem sim, nestes documentos muitas coisas pertinentes. Também possui limitações. Mas o professor de História é quem está na sala de aula, é dele a ação final, o poder de tomar decisões sobre o ensino real, o currículo que estará *sendo ensinado*, na prática.

Precisamos ter o entendimento, sobretudo, acerca de como as instituições são reprodutoras de lógicas perversas que contribuem para a perpetuação de nosso *status quo*, e o professor, se não estiver atento, pode contribuir para isto mantendo-se numa prática de ensino que não busque ir além dos limites do que está estabelecido formalmente pelos técnicos educacionais, os documentos, burocracia escolar, o currículo formal. Como diz Mészáros:

O impacto da lógica incorrigível do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no domínio educacional mudaram desde os primeiros dias sangrentos da “acumulação primitiva” até ao presente, em sintonia com as circunstâncias históricas alteradas (Mészáros, 2008, p.35).

Nos propomos, portanto, a contribuir para a formação dos estudantes de forma a romper a lógica reprodutiva do capital, que exerce dominação sobre todos através de seus mecanismos econômicos, de exploração, mas também, por meio de mecanismos simbólicos, seja através da linguagem, do referendamentado de determinados saberes em detrimento de

outros, assim como uma educação que sirva somente aos interesses hegemônicos. É necessário fazer uma educação que não seja feita somente com o propósito de “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes”. (Mészáros, 2008, p. 35). Uma educação que consiste efetivamente numa busca pela emancipação do pensamento dos alunos, e não um lugar onde “eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas produtivas que lhes são atribuídas” (Mészáros, 2008, p.44).

O autor supracitado traz em suas reflexões, uma epígrafe de Paracelso, que diz “aprendizagem é a nossa própria vida”, e defendendo esta máxima, diz:

muito do nosso processo continuado de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser prontamente manipulados e controlados pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. (Mészáros, 2008, p.53).

Nossa proposta de trazer para o ensino de História Local, as experiências e vivências dos estudantes expressas através de suas memórias relacionadas aos seus arquivos pessoais, familiares, valoriza este aprendizado adquirido fora dos espaços formais, traz para dentro da escola, o legítima, referenda, e contribui para a construção do conhecimento histórico de forma ativa, da fonte ao conteúdo histórico. Abrir a instituição escolar formal para que os alunos possam apresentar seus questionamentos e inquietações dos jovens estudantes sobre a realidade social que vivenciam, e ao mesmo tempo, analisam, sob um olhar historicizante, é contribuir para uma mentalidade de mudança, em oposição à manutenção da ordem capitalista.

## **3 O LUGAR DA HISTÓRIA, E A HISTÓRIA DO LUGAR**

### **3.1 Conhecer para entender**

Para reconstruir uma historicidade através de uma nova perspectiva, utilizando novas fontes e os saberes discentes, é necessário conhecer o que a tradição historiográfica, a produção acadêmica e o saber dos memorialistas locais já produziram sobre o lugar.

Compreender a historicidade do local/lugar sobre qual se pretende ensinar a história aos estudantes da educação básica, requer debruçar-se sobre as pesquisas já realizadas por outros estudiosos, e felizmente, abundam informações à disposição sobre este lugar. Não pretendemos fazer uma compilação de informações que se coloque na posição ousada de ser completa, total, mas pelo menos, consideramos necessário expor parte do que já foi produzido de conhecimento sobre Jericoacoara, principalmente para esclarecer com atualizações, o que a historiografia local, na figura de escritores como o memorialista Nicodemos Araújo, optou por apresentar em sua obra.

### **3.2 Nicodemos Araújo, o narrador do Baixo Vale Acaraú**

Nicodemos Araújo é o mais profícuo escritor sobre a região do Baixo Vale Acaraú, com muitas obras escritas sobre Acaraú, município onde nasceu, mais precisamente no distrito Santa Cruz (que posteriormente se tornaria o município de Bela Cruz, após desmembramento de Acaraú), e as cidades circunvizinhas que são derivadas de desmembramento desta. Debruçou-se sobre a literatura, poesia, genealogia e história, com vasta obra a respeito dos municípios nascidos a partir da emancipação de territórios pertencentes à Acaraú. Algumas das obras são: O município de Bela Cruz (1987); Santana do Acaraú (1985); Almofala e os Tremembés (1981); Jericoacoara (1987); O município de Cruz (1989); Bela Cruz – De Presídio rústico a Cidade (1967); O Município de Acaraú (1940). É quase impossível mergulhar na historiografia da microrregião do litoral norte do Ceará sem se deparar com o nome de Nicodemos Araújo. Por isso destinamos um tópico a este autor, que será tantas vezes mencionado neste capítulo. Nicodemos passou somente 13 meses na escola recebendo educação formal, é o que dizem seus biógrafos<sup>4</sup>. Sua formação intelectual foi por ele mesmo

---

<sup>4</sup> ARAÚJO, Vicente Freitas – O Carpinteiro das Letras: perfil biobibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo, Tanoa Editora, 323p., 2004.

atribuída à imprensa escrita, onde aprendeu e tomou gosto pela escrita, tendo fundado jornais e mantido contato com jornalistas nas redações, adquirindo conhecimento, emulando estilos de escrita, tornando-se portanto, um escritor.

Em sua trajetória de vida “Fora caixeiro, oficial de registro civil, vereador (ainda em Santa Cruz), fundou e escreveu para jornais locais, secretário da Prefeitura Municipal de Acaraú, prefeito interino, delegado censitário, inspetor escolar, poeta, membro correspondente da Academia Sobralense de Estudos e Letras e “historiador” (Freitas, 2018)”. Construiu, portanto, a partir do que se pode inferir de suas diferentes funções e cargos públicos ao longo da vida, uma rede de sociabilidades complexa e com presença de pessoas notáveis, influentes, o que impõe a ele um conjunto de elementos de comportamento e posturas que influenciam na sua escrita.

Como diz Michel de Certeau (2013), todo historiador está inserido em um lugar social que se manifesta no discurso construído em sua escrita, numa operação historiográfica que articula lugar, análise e construção de texto. Nicodemos Araújo não é historiador de formação, mas também está inserido num universo de homens letrados que mantêm um código de comportamento, vernáculo, estilo, e isso é reproduzido por ele, a fim de se manter familiar a este universo, ser parte dele.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 2013, p. 47).

Isto é abordado pela historiadora Gleiciane Freitas em sua dissertação, defendida em 2018, que discute sobre como o autor foi influenciado por sua rede de sociabilidades na escrita, que mantém um tom predominantemente conciliador (Freitas, p. 24 2018). Aqui, veremos isso também, e mais, como às vezes o tom de sua escrita pode soar laudatório e enaltecido de vultos ilustres. Sua escrita possui muitas características da historiografia do século XIX, e reproduz aquele modelo de cronologia, genealogia e efemérides. De acordo com Freitas (2018):

o autor privilegia em sua escrita a noção de progresso, linearidade, cronologia rígida, ênfase em acontecimentos e sujeitos. A própria ideia de progresso é estabelecida como meta a ser alcançada por todas as cidades sobre as quais escreve. A população deve se unir, entender-se como comunidade, empreender determinadas ações para alcançá-lo. (Freitas, 2018, p. 13).

### 3.3 Jijoca de Jericoacoara

O território que corresponde ao município de Jijoca de Jericoacoara está localizado no litoral norte do Ceará e foi objeto de muitos debates historiográficos entre estudiosos que debruçavam-se sobre documentos na busca por desvendar a verdadeira primazia do descobrimento, sobre quem foram os autores, e em qual lugar chegaram. Raimundo Girão introduz esta discussão em sua obra *Pequena História do Ceará*, afirmando que possivelmente, Vicente Yanez Pinzón, navegador espanhol, teria desembarcado em Jericoacoara em 1500, lugar que ele teria batizado de Cabo de Santa Maria de la Consolacion (Girão, 1984 p. 29), antes mesmo da chegada de Cabral em 22 de abril de 1500, como ficou registrado na historiografia oficial. Praia de beleza exuberante que atrai turistas do mundo todo, Pinzón teria atribuído a Jericoacoara o epíteto de Rostro Hermoso. Os letrados demoraram a discutir por muito tempo esta informação, envolvendo nomes como Varnhagen, Duarte Leite, Pompeu Sobrinho, Capistrano de Abreu e Guarino Alves. Outras localizações foram cogitadas, como Aracati, Mucuripe, Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco (Varnhagen, 1975; Pompeu Sobrinho, 1951; Guedes, 1975; Oliveira, 1993 *apud* Araújo, 1987). É curioso observar o afincamento com que estes temas eram debatidos, o desejo de afirmar que “foi nas desvestidas praias do Ceará que o homem europeu viu, pisou e sentiu a terra brasileira, pela primeira vez.” (Girão, 1984, p.30). Esta mesma narrativa se mantém presente nos escritos de Nicodemos Araújo, acarauense que escreveu a obra *Jericoacoara* (1987), na qual registra:

A enseada de Jericoacoara, que limita no mar a costa cruzense com o município de Camocim, tem lugar de especial relevância na história do Ceará e até do Brasil. Para registrar algumas notas sobre os fatos históricos acontecidos naquela praia, no transcorrer dos anos e dos séculos, achamos conveniente começar pelo primeiro navegador que cruzou o oceano e pisou a costa brasileira no Ceará. É que, como é sabido, em dezembro de 1499 o mareante espanhol, Vicente Yanez Pinzon – o mesmo que comandara o navio “Nina”, da frota de Cristovão Colombo, quando este viera descobrir a América – “zarpou do porto de Palos”, chefiando uma flotilha de quatro caravelas, e veio aportar em um ponto qualquer do litoral brasileiro, antes que o jovem almirante português, Pedro Alvares Cabral, desse por descoberto oficialmente este maravilhoso País do Cruzeiro. (Araújo, 1987, p. 77).

Essa informação é mencionada por Nicodemos Araújo logo no início de sua obra, na seção em que enumera excertos de vários estudiosos ilustres sobre Jericoacoara, se referindo a Guarino Alves, que diz “o promontório de Jericoacoara, por mim identificado como o famoso



Conforme pode ser percebido, a costa norte do Brasil não foi abandonada pelos portugueses, tampouco por outros estrangeiros. Se o regime de ventos e correntes dificultava a comunicação com outras capitâneas portuguesas, facilitava, contudo, a chegada à região do Caribe, frequentada por mercadores, corsários e piratas, os quais negociavam com os indígenas da Costa Leste-Oeste, onde, conforme os documentos e crônicas apresentados, havia um comércio reiterado entre esses nativos e os europeus (Borges, 2010, p. 257).

### 3.4 Indígenas em Jijoca de Jericoacoara

A presença indígena na região é inegável, a começar pelo nome do município, que segundo a tradição oral local, reproduzida por todos como verdade, é fruto da junção dos nomes de um casal de indígenas, Ji, o homem, Joca, a mulher, que sendo de aldeias rivais, juntaram-se e formaram sua própria aldeia, dando origem à Jijoca. Esta é uma história que se apresenta no espaço público da cidade, logo na entrada do município, em um lugar bastante discreto, ofuscados pelo enorme letreiro “Eu amo Jijoca de Jericoacoara”. O casal ocasionalmente é lembrado também pelas autoridades em datas festivas, como no 19 de abril, antigo Dia do Índio, hoje, por reivindicação, é o Dia dos Povos Indígenas.

Figura 2 - Monumento localizado na entrada de Jijoca de Jericoacoara, 2023



Fonte: Acervo do autor



O topônimo de Jericoacoara, segundo Nicodemos Araújo (1987) é de origem tupi, e o escritor enumerou vários possíveis significados, tais como Refúgio das Tartarugas, Baía das Tartarugas, Agulha das Tartarugas, ou ainda Refúgio dos Papagaios, Buraco de Aves Variadas, e até mesmo “jacaré dormindo”. A pesquisadora Viana (2018), resume:

Segundo Pompeu Sobrinho, o topônimo Jericoacoara ou “Jeriquaquara” foi registrado desde o começo do século, mas provavelmente já existia desde o final do precedente. Etmologicamente, é expressão Tupi que significa Yurucua, tartaruga; e quara, buraco, refúgio ou esconderijo (POMPEU SOBRINHO, 1945, p.186). Segundo Oliveira (1993, p.114), a grafia correta seria Jericuacuara: o quelônio era chamado Juru = Boca + Coara = Buraco, justamente porque é parecida com um buraco; no caso do promontório, Jurucoara + Coara, isto é Buraco das Tartarugas. Valendo, nesse caso, para a enseada como imaginavam os marítimos ou para a Pedra Furada, como apêndice de promontório. (Viana, p. 127, 2018).

O local também era chamado até recentemente, de Serrote, principalmente pelos moradores locais, numa referência ao promontório ali presente, entretanto, o nome Jericoacoara se superpõe com a chegada dos novos colonizadores, os empreendimentos turísticos.

Com relação a menção a presença indígena em documentos europeus, temos referências no século XVII sobre povos tremembés na região, segundo relatos de religiosos jesuítas e capuchinhos, como relatado por Yves d’Evreux, no que descreve:

São valentes os Tremembés e temidos pelos Tupinambás (...) alimentam-se ordinariamente de peixe, porém vão à caça quando lhe apraz; não gostam de fazer casas e hortas, moram debaixo de choupanas, preferem as planícies às florestas porque com um simples olhar descobrem o que está às suas vistas. Não conduzem após si muita bagagem, pois contentam-se com os seus arcos, flechas, machados, um pouco de cauí, algumas cabaças para guardar água e umas panelas para cozinhar a comida (Evreux, 2002 [1613], p.179).

Nicodemos Araújo (1987), ao falar sobre os “primeiros povoadores” de Jericoacoara, escreve:

A Revista do Instituto do Ceará, Tomo III, p 108, nos dá ciência de que “a 14 de junho de 1614, o Capitão Manoel de Sousa Eça, que acabara de repelir uma investida das forças francesas ao Fortim de Nossa Senhora do Rosário, naquela enseada, necessitando de munições e receando ser atacado no dia seguinte, fez reduzir a pelouros os pratos de estranho que encontrou no arraial” Como é sabido, aqui no Brasil a palavra arraial significa aldeia, povoado, etc. Assim, naqueles remotos tempos, Jericoacoara já contava um número de habitantes suficiente para merecer a denominação de arraial. Está claro. O que em verdade não sabemos, é a procedência da gente que então povoava aquela afastada localidade marítima. (Araújo, 1987, p.85).

Nicodemos Araújo (1987) nos oferece algumas possibilidades para explicar a origem “desta gente”, alude ao Pe. Lira para dizer que seriam “povos que ficavam após as contínuas paradas de barco no local (p.86)”, especula se não seriam migrantes que vieram se estabelecer em fazendas de criação de gado, em seguida supõe que seria mais factível se tratarem, de pescadores, e finalmente, menciona os povos nativos como possibilidade, mas somente após esgotar várias hipóteses, e com uma ressalva: “é provável que predominassem os nativos, formando um amálgama com passageiros de embarcações que ali faziam paradas, e que porventura se deixavam ficar, por diferentes motivos” (Araújo, 1987, p.86). Cogitar a presença indígena naquele local, para nosso letrado, é em último caso, fruto e, se houver, de uma mistura racial que diluísse o elemento indígena.

Ainda tomando os estudos de Viana (2018) como embasamento, trazemos também o relato do francês Claude d’Abbeville, que esteve nesta região em 1614 por 13 dias esperando melhores condições de navegação antes de prosseguir viagem ao Maranhão:

Beirando uma terra baixa, chegamos ao cabo das Tartarugas, [grifo nosso] distante dessa montanha quinze léguas mais ou menos, e ai ancoramos às cinco horas da tarde. Esse cabo se encontra a dois graus e dois terços de altura e dez graus e um oitavo de variação da agulha. O lugar é muito belo, maravilhosamente agradável, com excelentes frutos 132 para comer e grande quantidade de caça. O mar que banha essas costas e os lagos da terra firme é abundante de peixes de inúmeras espécies, cousa admirável pela variedade e pela diferença com os nosso. Nesse lugar permanecemos cerca de 13 dias à esperar de mar alto para irmos ao Maranhão. Durante nossa estada no lugar, nossos companheiros matavam o tempo caçando e pescando (Abbeville, 1975 [1614], p.49 *apud* Viana 2018, p. 131).

A praia de Jericoacoara foi ponto estratégico na disputa entre franceses e portugueses na guerra pelo Maranhão, ou também chamada, França equinocial. Para esta finalidade, o português Jerônimo de Albuquerque foi designado pelo governador geral da colônia portuguesa na América, Gaspar de Sousa, e fixou-se ali com homens, onde erigiram o Forte de Nossa Senhora do Rosário em 1613, na qual celebraram missa no dia 5 de outubro (NUGA/UECE<sup>5</sup>, 1985, p.27). Esta base militar serviu para acoitar homens portugueses que partiram para enfrentar os franceses no Maranhão, Jerônimo onde se demorou por alguns dias aguardando Martim Soares Moreno, que não apareceu, e por isso, decidiu se retirar a Pernambuco, deixando dezenas de homens guarnecendo o forte. O forte teria sofrido ataques

---

<sup>5</sup> Núcleo de Geografia Aplicada – Pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). No decorrer de duas décadas de profícua atividade, alunos e professores realizaram numerosos trabalhos de pesquisa e extensão, destacando-se o Estudo de Lagoa Encantada, os estudos básicos que deram origem à APA de Jericoacoara, o Diagnóstico da situação sócio-espacial da Favela do Guaribal, além de múltiplas atividades de campo e de movimentos em defesa do meio-ambiente.

de nativos em 1614, que conseguiram repelir a ofensiva. Fragilizados, receberam socorro de Gaspar de Sousa, que enviou reforços de 300 homens sob o comando de Manoel de Sousa Eça, chegando ali em 9 de junho (Araújo, 1987, p.88).

Nos documentos, o nome do lugar é grafado de diversas maneiras:

Alguns viajantes do século XVII descrevem a praia usando o nome Jericoacoara com grafias diferentes; Alexandre de Moura, capitão-mor e piloto da armada na “Jornada do Maranhão”, refere-se a Gericoacoara em seu roteiro (1615); no ano anterior (1614), o governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa, escreveu Jaracoara e Diogo de Campos grafa Geriguaguara. Bento Maciel Parente registra, em memorial de 1926, o nome de origem tupi sob forma de Jurcoaquara. Nos mapas quinhentistas ordinariamente prefere-se o nome português de Buraco das Tartarugas; o cartógrafo Albernaz registra Juroquaquara e escreve ao lado como Agulheiro das Tartarugas (talvez derivado do espanhol agujero, buraco. (NUGA/UECE, 1985, p.27).

Voltando à rusga entre franceses e portugueses, aludindo à Revista do Instituto do Ceará, tomo VIII, Nicodemos Araújo fala de sangrenta batalha:

Chega a Jericoacoara, de uma pra as duas horas da tarde, um navio francês, de duzentas toneladas, mais ou menos, sob o comando do sr. Du Prat (os índios chamavam Corymal), trazendo a seu bordo trezentos homens, para a colônia do Maranhão e doze missionários capuchinhos, entre os quais Frei Acângelo de Bembrock . Vinha do Cearpa, onde teve notícia do Forte do Rosário. (Araújo, 1987, p. 89)”.

O relato segue com ares de épico heroico, dando conta que 18 portugueses enfrentaram 200 franceses, vencendo-os bravamente. Os soldados têm seus nomes enumerados para registro do grande feito.

Após esta batalha, os portugueses decidiram em alguns meses, abandonar Jericoacoara e seguir caminho ao Maranhão, mas antes, teria sido celebrada ali uma missa em 05 de outubro de 1614, em deferência católica, pois o forte foi destruído para não servir a outros forasteiros que aportassem naquela praia.

Em 1639 ou 1640, novos visitantes europeus chegaram em Jericoacoara, desta vez, holandeses. Teriam construído também um forte sob o comando do Capitão Jacob Evers, servindo como entreposto de guerra. Contudo, em 1644 teriam sido atacados pelos tabajaras, todos foram mortos (Araújo, 1987, p.94). Nicodemos Araújo se embasa em vários estudiosos para dar solidez às suas afirmações, neste caso, cita Carlos Studart Filho, Álvaro Gurgel de Alencar e Gustavo Barroso.

Estas informações são muito importantes, porque possibilitam aos professores de História trazerem uma abordagem global sobre eventos históricos que estão presentes no

currículo escolar, que normalmente são ensinados sem vinculação com o lugar dos estudantes, que às vezes não conseguem estabelecer uma conexão com os acontecimentos aparentemente tão distantes e desconexos de suas vidas. Assim, colocar Jericoacoara na rota dos desdobramentos que envolveram impérios ultramarinos na disputa por territórios, possibilita trazer o holofote da história para mais próximo de nós.

O distrito Jericoacoara foi formalmente criado pela lei municipal nº 94, de 29 de junho de 1923, quando pertencia à Acaraú. Elevada à vila foi criada pelo decreto federal nº 311, de 2 de março de 1938. Tinha como principal atividade econômica o cultivo de cereais e mandioca, e a atividade pesqueira (Araújo, 1971, p. 336). Somente na década de 1980, Jericoacoara passou a pertencer ao município de Cruz, quando da sua criação (Lei nº 11.002, de 14 de janeiro de 1985). E em 1991, é realizado plebiscito para emancipação de Jijoca, que era distrito de Cruz, e após o endosso popular, conquistou a emancipação, tendo Jericoacoara como seu distrito, desmembrando-se definitivamente da cidade de Cruz, nascia o novo município, Jijoca de Jericoacoara através da lei de nº 11.796, de 06 de março de 1991.

Quando Jericoacoara ainda era um simples distrito isolado de Acaraú, nos anos 30 do século passado, os residentes de Jericoacoara mantinham comunicação e transações comerciais principalmente com a cidade de Camocim por meio de embarcações pela costa litorânea, pela ausência de uma estrada que ligasse a localidade à sede municipal, Acaraú.

Galvão (1995) menciona que conversou com um morador do Preá, povoado vizinho à Jericoacoara, que relata ter visitado a vila em 1934 acompanhado de seu pai, ano que a seca assolou a região, para levar alimentos, e segundo ele “as crianças e adolescentes jericocoarenses não usavam roupas, eram próximas do estado de índios” (Galvão, 1995, p. 38).

A presença indígena do passado não tão distante de Jericoacoara, parece ter sido soterrado pelas dunas do esquecimento, e já na década de 80, parecia ser algo que deliberadamente os moradores repelem, como nos revela o antropólogo Alessandro Gagnor Galvão (1995):

Antes dos atuais habitantes, Jericoacoara fora habitada por “ninguém”: por índios, dizem após a insistência da pergunta. Tais índios teriam sumido com a “domesticação” e o “melhoramento da família”. Tal passado indígena, obviamente existente, não parece ser “emicamente” significativo para os nativos, e é mais lembrados pelos forasteiros do que pelos jericocoarenses, o que indica uma necessidade urbana de referenciar-se aos índios, necessidade desta traçável pelo menos desde o romantismo literário brasileiro (Galvão, 1995, p.35).

Compreendemos, portanto, que os moradores locais não se sentem representados por este passado indígena, não se identificam. Galvão (1995) relatando uma conversa em campo, revela: “Uma nativa fala que, quando se casou e veio de Camocim (cidade portuária de influência regional, nas redondezas de Jericoacoara), a aldeia “era melhor, mas faltava civilidade”, que para ela é o mais importante (Galvão, 1995, p. 88). Esta opinião demonstra que há entre os nativos a concepção de progresso civilizacional de “primitivo ao moderno”, visão evolucionista sobre organização social que estabelece hierarquias entre sociedades consideradas “atrasadas”, e “modernas”. A civilidade, neste contexto, também pode significar minimamente uma infraestrutura básica, acesso à serviços essenciais e equipamentos públicos que deem suporte à comunidade. Os especialistas que escreveram o documento da APA de Jericoacoara em 1984, destinaram uma seção para falar sobre os aspectos humanos no território, no qual descrevem “Os aspectos educacionais e de saúde estão ainda em uma fase muito elementar, com a educação limitada apenas a alfabetizar e a saúde tratada principalmente através de práticas caseiras não orientadas” (NUGA/UECE, 1985, p. 101).

Conforme Galvão (1995, p. 88), durante sua pesquisa de campo ele ouviu nativos se referirem ao passado como uma época de atraso, e num diálogo foi surpreendido por uma nativa que afirmou preferir redes de pano às redes de náilon, ao passo que ele tentou sem sucesso, convencê-la do contrário. O fato é que as redes de pano são mais confortáveis. A visão de uma Jericoacoara primitiva, pura, ingênua, intocada pela ganância da modernidade, em alguns aspectos corresponde mais às expectativas de turistas do que ao desejo de moradores nativos. Esta concepção idealizada está presente na reportagem do repórter Hermann Nass em seu texto para a Manchete, que finaliza assim:

Sem dúvida alguma, caso se concretizem esses projetos comunitários e os de preservação ambiental, as futuras gerações também poderão conhecer esse pontinho no mapa. Um ponto por demais belo e primitivo para ser destruído por sedes insaciáveis de lucros, ou de lazer. (Manchete, 1984, edição 1697)

O desejo de preservar é legítimo e nasce de uma intenção positiva, mas vem acompanhada de um conjunto de condicionamentos sobre o que confere ao lugar, a justa denominação de “paradisiaco”, “natural”. Segundo Galvão (1995), os nativos pós-boom turístico são conscientes disso, e participam da trama de narrativas para conseguir manter esta imagem que atrai turistas, e conseqüentemente, rendimentos para a vila:

Os nativos manipulam a ideia de Jericoacoara como um Paraíso estragado pelos turistas, mas sabem da importância do turismo para a obtenção de melhorias. Antes do turismo, havia migrações periódicas partindo de Jericoacoara por causa da seca. Houve resistência contra as redes de náilon,

como houve contra o turismo; mas ambos, hoje, são essenciais para os pescadores. (Galvão, 1995, p. 88)

Até mesmo os turistas que “descobriram” Jericoacoara primeiro, reivindicavam este pioneirismo como elemento que os tornavam especiais, algo mais do que turistas, se referindo ao período em que para chegar em Jericoacoara, depois de uma viagem de horas em veículos sem conforto, era necessário caminhar por 24 km a pé, com burros carregando a bagagem atravessando as dunas. (Galvão, 1995) A idealização sobre um lugar idílico, de belezas naturais intocadas, pode ser um produto comercial lucrativo a ser vendido por agências de turismo, entretanto, isto não pode ser penalizador para os moradores locais. Conforme Galvão (1995):

Para os turistas, e para a Jericoacoara construída pela indústria turística, um dos principais temas é o Paraíso Tropical, ponta de um percurso de livres-associações onde se encadeiam mulheres seminuas, cavalcadas na praia, o Jardim do Éden e o pecado original que corrompe este Jardim (Galvão, 1995, p. 83)

Um recenseamento feito pelo NUGA/UECE em 1984 constatou que muitos jovens emigraram de Jericoacoara por falta de emprego (UECE/NUGA, 1985 p. 101). O relatório do NUGA/UECE (1985) demonstrou a precariedade da vila na metade da década de 80 relatando:

A situação média e sanitária é extremamente precária. Cabe salientar que em casos de emergência, tais como parto, acidentes graves etc, as pessoas estão sujeitas a riscos de vida em virtude da distância aos centros de atendimento médico, seja Camocim ou Acaraú. Também não existe nenhum tipo de assistência médica periódica, como ocorre na maioria dos pequenos povoados. Quando a população precisa de uma consulta, tratamentos ou pequenas cirurgias (ligações de trompas) recorrem a vários expedientes, sendo comum a troca de votos de eleitores por uma consulta ou tratamento médico. Observa-se inclusive uma defasagem do eleitorado local para outros municípios. (NUGA/UECE, 1985, p.106).

Esta era a situação da vila, que rodeada de belezas naturais e rica biodiversidade, amargurava com o desamparo das autoridades públicas. Longe demais da sede municipal, sem estrada que ligasse o distrito à Acaraú, isolada por dunas móveis e limítrofe ao Oceano Atlântico, a alternativa viável era utilizar pequenas embarcações costeando o litoral em direção a Camocim se houvesse alguma emergência. Todo tipo de transporte e locomoção neste período pré-invasão turística desenfreado, era primordialmente feito pelo mar.

### **3.5 A nova invasão**

Jericoacoara vivia sua rotina de vila de pescadores rodeada por dunas, morros e o mar, vigiada pelo imponente serrote que solenemente observa a comunidade e impede que as moradias sejam soterradas pelas areias da dunas. Em 1984, os moradores locais, eram cerca de 500 pessoas descendentes de patriarcas pioneiros e adventícios, sobrevivendo substancialmente do extrativismo marinho, tendo na pesca sua principal atividade de subsistência, sem a utilização de dinheiro.

A volta das canoas é uma verdadeira festa. Quase toda a vila desce para a praia. Mulheres portam sacolas e trazem doces, tapioca, peixe frito e farinha, rapadura e água. Alimentarão seus parentes ou trocarão os alimentos pelo peixe fresco. Um bom peixe pode valer refeição com sobremesa e café. Alguns comercializam com dinheiro, mas estes são, quase sempre, de localidades vizinhas ou até de cidades maiores. Na vila o dinheiro tem pouco valor. (Manchete, 1984, edição 1697).

A pesca era realizada em grupo, dividindo da seguinte forma: para o dono da embarcação, 25%, do restante, metade era retida pelo dono da rede e a outra metade era repartida entre quatro pescadores, felizmente, o peixe costumava ser farto. (Fonteles, 2004, p. 135) Os pescadores se preparavam para a pesca reunindo itens básicos como redes, samburás, água, um pouco de cachaça, cigarros – e vão para as canoas (Manchete, 1984, edição 1697).

Conforme Fonteles (2004):

A pesca era feita por pescadores simples, artesanais, buscando o sustento para si e sua família. Alguns, mais aventureiros ou por pura da necessidade, iam à pesca na risca, outros ficavam mais próximos da praia. A solidariedade era constante entre eles. Os que não conseguiram entrar no mar, por motivos justificados nas práticas locais, recebiam apoio dos companheiros. Essa experiência continua existindo, mas em menor escala após a chegada do turismo (Fonteles, 2004, p. 134).

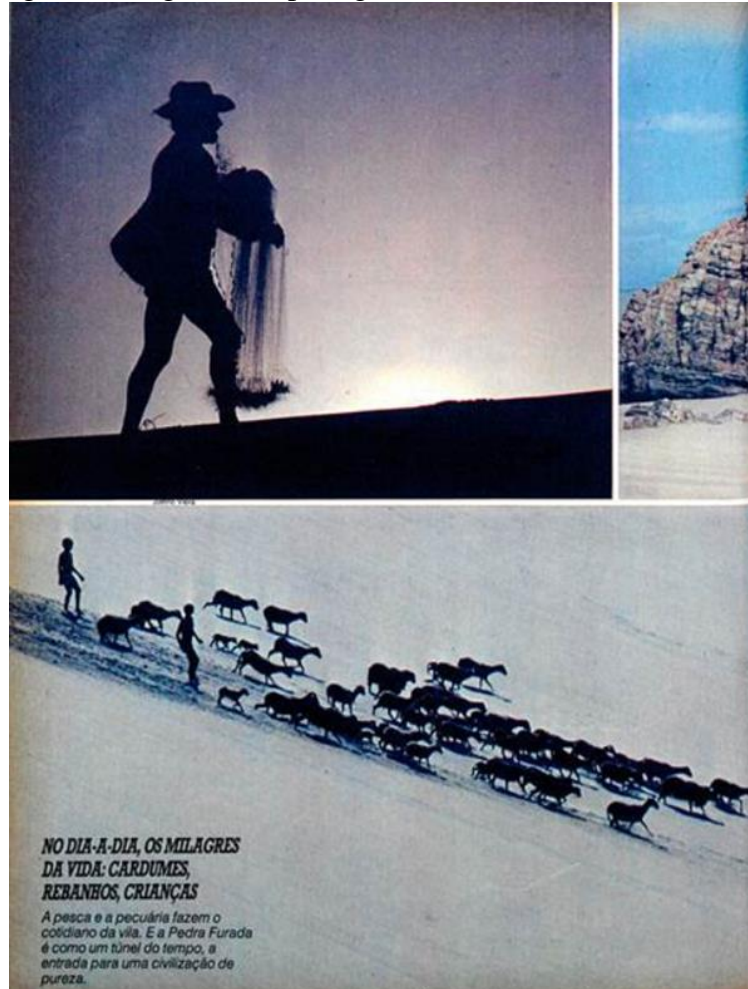
Segundo Lima e Silva (2004):

Anteriormente, os nativos só conheciam a pesca, o companheirismo, a vida pacata e calma, os valores e os costumes, sabendo e conhecendo o valor do uso do ambiente natural que os rodeava. Mas, com a chegada do turismo de massa, comumente depredador, o valor de troca conseguiu sufocar o valor de uso da terra tornando quase que um processo irreversível. (Lima e Silva, 2004, p. 36).

Os comércio consistia basicamente na troca de produtos como farinha, goma, milho e castanha, que eram utilizados para obter peixe, coco e utensílios de trabalho nas pequenas 15 mercearias existentes na vila (NUGA/UECE, 1985, p.104). “Também havia intercâmbio comercial entre pescadores e agricultores de comunidades vizinhas. Os primeiros forneciam o

pescado, os segundos abasteciam o mercado local com gêneros de primeira necessidade e frutas da região: manga, banana, caju, laranja, etc” (Fonteles, 2004, p. 136). Na vila também havia pequenos rebanhos de animais como ovelhas, porcos, galinhas e patos.

Figura 3 - Página de reportagem da Revista Manchete, 1984



Fonte: Revista Manchete, edição 1697, 1984, p. 68

O antropólogo Alessandro Gagnor Galvão esteve em Jericoacoara em 1991, e os animais ainda eram criados soltos na vila, dividindo espaços com turistas que já se faziam presentes, segundo ele:

A pequena aldeia recebeu seus primeiros turistas na década de 1970. Desde então, o número desses visitantes aumenta a cada ano, oriundos do Brasil e do exterior, chegando por vezes a quadruplicar, ou quintuplicar, a população local. Os turistas, às vezes são vistos como sujeira: “agora ficou limpo”, diz um velho morador, referindo-se ao fim do feriado e à debandada de turistas. A superlotação, nas épocas de pico turístico, deixa Jericoacoara cheirando a lixo e urina; tal sujeira, entretanto, incomoda menos os nativos do que as gestões da indústria do “turismo ecológico”, a qual inclusive pressiona para impedir que os nativos criem animais soltos, coisa que sempre fizeram, e ainda fazem, para irritação dos turistas, os quais gostariam de ver as ruas de areia



livres das fezes suínas, bovinas, caninas, caprinas, equinas, muares e galináceas. (Galvão, 1995,p.35).

Observamos que a atuação de agentes externos à vila incomodava a vida cotidiana tentando interferir pressionando para abandonar hábitos insalubres como a criação de animais soltos, entretanto, a presença de turistas também provocava perturbação dos moradores locais, que enxergavam nestes forasteiros, também um tipo de sujeira, seja metafórica, ou literal (produzida por dejetos e lixos). A imprensa, por outro lado, falava o contrário, que os moradores já estavam habituados a conviver com os turistas, como traz a reportagem na Revista Manchete de 1988, escrita por José Augusto Lopes: “Os nativos já se acostumaram a conviver com turistas dos mais diversos países, dando um toque cosmopolita a uma das mais primitivas e preservadas paisagens do mundo (Manchete, 1988, p. 92)”. Segundo Lima e Silva (2004, p.36), este é o principal legado dos turistas na vila: “O que resta da atividade turística para os nativos de Jeri é apenas o lixo, a poluição das praias e do núcleo urbano, além da degradação dos seus valores ambientais e culturais, destruindo a identidade e os costumes deste pequeno povoado.” Se a vila já corria riscos de contaminação por doenças devido aos hábitos insalubres, o rastro de lixo deixado pelos turistas não acrescentava positivamente.

No relatório da APA de Jericoacoara, consta uma seção dedicada à Saúde e Saneamento, e nela os estudiosos também alertaram para os riscos de criar animais soltos:

Porcos – Criados soltos nas ruas, aumentando a sujeira e prejudicando a saúde através do crescimento de uma população desenfreada do parasita *Tunga penetrans* (bicho do pé). Existe também a criação de ovelhas, patos e galinhas, que colaboram com o aumento da sujeira nas ruas. (NUGA/UECE, 1985, p. 107).

A chegada do elemento normatizador, ordenador, da vida urbana, da ciência, apontava hábitos e práticas que os moradores locais de Jericoacoara precisavam abandonar em prol da saúde e higiene. Transpondo para a relação que estabelecem os turistas com os nativos, o antropólogo Galvão (1995) diz:

Dentro do campo discursivo de Jericoacoara, existe uma formação que chamo de iluminista, na qual os turistas tendem a ocupar o lugar de pedagogos dos nativos (ensinando normas de higiene, saneamento, política etc). Obviamente, os nativos também têm coisas a ensinar aos turistas; mas aqueles que não sabem fazem o papel de professores – os únicos modelos que já viram ocupar este “lugar de fala” são os turistas. A maior parte do jericoacoarenses jamais frequentou uma escola. (Galvão, 1995, p. 65).

Esta é a tônica do relatório da APA, que por um lado alerta para o risco da aculturação, do abandono das práticas curativas tradicionais, mas por outro deseja admoestar

sobre a maneira adequada dos nativos fazerem coisas que já fazem há décadas. Isto acontece porque, assim como os turistas, os cientistas:

Ao aprenderem com os nativos, tendem a se colocar na posição de quem aprende algo com a natureza, e não com uma pessoa autorizada a ensinar. No máximo, o turista concede em comportar-se como um embaixador do mundo urbano que colhe informações – algumas interessantes – com esses selvagens de raciocínio geralmente nebuloso. (Galvão, 1995, p. 65).

### **3.6 Cultura histórica no ensino de História Local**

Utilizando o método de pesquisa qualitativa na análise de fontes históricas em sala de aula, conseguimos realizar uma aula na qual foi possível dialogar com os estudantes num processo mediado por documentos, fotografias e textos jornalísticos sobre Jericoacoara. O procedimento contribui para o processo de cognição histórica na medida que leva os jovens a perceberem seu próprio lugar a partir de um cruzamento de fontes, memórias e conhecimento histórico científico do professor. Os estudantes enquanto sujeitos locais, que conhecem a própria comunidade descrita pelas fontes, fazem comparações, menções à familiares, à vivências próprias, individuais e compartilhadas, e fundamentalmente se situam enquanto protagonistas ativos no processo de ensino-aprendizagem, capazes de articular as dimensões do passado, presente e futuro de forma crítica.

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem (” (Bodgan; Biklen, 2013, p.48).

A aula se desenvolve, portanto, como um texto com várias bifurcações, possibilidades, e o professor precisa ter habilidade para não perder o tino de pesquisador e ficar atento aos comentários positivos, negativos, discordâncias, relatos, pois todos são dados que podem ser analisados a posteriori na pesquisa, e o professor está ali, no redemoinho de acontecimentos que atravessam seu objeto de estudo. Nesta abordagem de pesquisa, “nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (Bodgan, Biklen, 2013, p.49).

Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos. (Bodgan, Biklen, 2013, p. 48).

Para realizar isto, é necessário reiterar sempre que possível, com clareza e objetividade, que a aula é uma pesquisa em andamento, e contar com a adesão voluntária dos sujeitos presentes no campo – a sala de aula. De acordo com, Chizzotti (2003):

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (Chizzotti, 2003, p. 221).

A reportagem do jornalista Hermann Nass - publicada na Revista Manchete -, que esteve em Jericoacoara para conhecer de perto a comunidade e descrever suas belezas, e defender sua preservação das garras da voracidade do lucro, é uma boa fonte para ser utilizada em sala de aula, e fizemos isto. Projetamos a página da revista utilizando recurso multimídia, e fizemos a leitura conjunta, intercalada por comentários, análises, e principalmente, provocando os estudantes a perceberem as mudanças e continuidades na vila de Jericoacoara. Uma das estudantes reconheceu seu avô numa fotografia, ficou impressionada, e disse que o pai ainda é pescador, mas não mora mais em Jericoacoara, mudou-se para a praia vizinha, Preá, como muitos moradores migraram por motivos diversos, a maioria porque venderam terrenos, casas, deixando a vida para trás e buscando outro lugar para recomeçar.

Fiquei muito surpresa ao ver meu avô, não sabia que ele iria aparecer na reportagem. Faz bastante tempo que não o vejo, e aquela imagem me fez ficar feliz, porque lembrei dos tempos que ele contava suas histórias em alto mar. Meu avô, naquela época, era considerado um dos maiores pescadores de Jericoacoara e todos conheciam ele. Conte para minha mãe e minha tia, elas também ficaram chocadas por não saberem da existência dessa reportagem com a foto dele e ficaram muito felizes. (Relato por escrito da aluna Y).

Ao analisar a reportagem como fonte histórica junto aos estudantes, é possível observar o contraste com a realidade atual, em que a vila está equipada com vários estabelecimentos comerciais, hotéis, bares e restaurantes, e o dinheiro já não é mais algo estranho e sem valor aos moradores locais. Isso é constatado pelos estudantes que unanimemente apontam o turismo como principal atividade econômica geradora de riqueza e fonte de renda. Alguns mencionam as belezas naturais e as paisagens como riqueza também, o que pode ser interpretado por diferentes perspectivas: riqueza do ponto de vista material, passível de gerar lucro, e riqueza compartilhada pela comunidade como patrimônio natural. Os moradores que tiveram oportunidade de lucrar com a venda de terrenos com o advento do

turismo comercial, o fizeram, mesmo que isso significasse deixar sua moradia, e ir para outro lugar - como o avô identificado pela aluna - para humildes moradias serem substituídas por luxuosas pousadas.

A pesca, que era a principal fonte de renda da comunidade, cedeu lugar ao turismo, embora alguns moradores ainda persistam como pescadores mesmo enfrentando dificuldades, em função, principalmente, da falta de apoio do poder público (Lima e Silva, 2004, p. 36).

Ao questionar os alunos diante das informações expressas no documento, obtivemos algumas respostas interessantes, algumas por escrito num instrumento didático contendo um questionário a partir da análise da fonte. Estas foram algumas respostas dos estudantes sobre a riqueza mais importante para a comunidade hoje em dia:

- De certa forma, a grande riqueza da região era a pesca, sim. Mas agora temos o turismo que também é uma grande riqueza da vila, pois a beleza local ganhou mais visibilidade.
- Bem, obviamente não vai ser a mesma como de 20, 40 anos atrás até porque a comunidade crescer, não é mais um povoado de 500 pessoas, é de muito mais.
- A grande riqueza de Jeri era a pesca. Hoje em dia a pesca também pode ser uma de suas riquezas, assim como os seus pontos turísticos, como por exemplo a pedra furada que atrai muitos turistas gerando assim muito dinheiro.

No texto de Nass, a festa da volta das canoas é um momento sublimemente descrito, e um trecho despertou minha atenção especialmente: “As crianças também são atraídas pelo movimento e vêm tentar conseguir alguns peixes menores, rejeitados. Aos poucos a praia volta à calma habitual.” (Manchete, 1984, p. 91). Perguntei aos estudantes quando analisamos esta fonte, se isto é algo ainda possível de acontecer hoje em dia, dar de graça peixes para alguém, alguns responderam que não, mas alguns surpreendentemente responderam que isso é algo que permanece acontecendo em algumas datas festivas religiosas como na Semana Santa. Constatamos, portanto, que algumas práticas perduraram em Jericoacoara, mesmo após tantas mudanças provocadas pela atividade turística. Uma aluna também trouxe um relato interessante “Minha avó Maria José, de 60 anos, ela vai a busca da pesca nos locais Mangue Seco, Guriú e Jeri, na maioria das vezes ela compra os peixe e às vezes ela troca alimentos com os pescadores, como bolo, banana, farinha.”

É comum ouvirmos pessoas falarem que ocorreu em Jericoacoara um processo de aculturação dos nativos, entretanto, essa concepção tem viés um tanto quanto reducionista, e até mesmo, preconceituoso, por considerar que as pessoas são passivas na dinâmica da interação cultural com turistas e adventícios. Isto é mencionado no relatório produzido pelos

pesquisadores que ofereceram embasamento técnico e científico para a criação da APA de Jericoacoara. Segundo eles, já em 1984 ocorria em Jericoacoara:

A aculturação acelerada, provocada principalmente pelo fluxo de turistas, faz com que já ocorra início de uma descaracterização dos padrões culturais. Exemplo disto é a desvalorização da prática da medicina caseira em substituição por hábitos adquiridos. (UECE/NUGA, 1984, p.102).

Ora, no contato estabelecido entre duas ou mais pessoas, ocorre em via de mão dupla, a transmissão de valores e comportamentos que podem ou não ser adquiridos por ambos. Quando ocorre esta aquisição, ela não se dá de forma pura e integral, na verdade, é produzida uma amálgama que resulta numa forma distinta das duas originais, compondo o mosaico de elementos constituintes do indivíduo, relacionado à coletividade.

Os nativos, em 1984 foram surpreendidos com a presença de estranhos fazendo medições de terrenos com intenções de começar um loteamento para venda, era a ameaça da especulação imobiliária e o turismo predatório se apresentava sorrateiramente na pacata comunidade pesqueira.

Mas não é só de beleza e tranquilidade que vive o lugar. Em junho de 1983 os moradores tiveram uma desagradável surpresa: cercas de arame farpado esartejaram as dunas próximas à vila, indo até o mar. Houve ameaças aos nativos. Uma cerca chegava a partir o cemitério ao meio (Manchete, 1984, edição 1697, p.71)

A comunidade tomou iniciativa de se organizar para deter a tomada das terras pelos invasores, que ameaçavam a pacata vila também provocando danos à natureza, e afetando a principal fonte de renda dos nativos, a pesca. Barcos pesqueiros surgiram no mar arrebatando a fauna marinha de forma predatória enquanto a população assistia revoltada e impotente os estragos causados, fato que lhe ocasionou incalculáveis prejuízos.

Há alguns meses a baía foi invadida por doze barcos pesqueiros grandes, com suas redes de malha fina, para captura de camarão. Essas redes, de arrastão, levaram tudo: camarões, peixes grandes e pequenos, lagostas, caranguejos e principalmente o alimento do fundo do mar. Alguns pescadores contam que, para tirar 200 quilos de camarão, os barcos arrastavam quase dois mil quilos de pequenos peixes, que eram devolvidos mortos ou mutilados. Eles preveem que a fauna marítima levará no mínimo seis meses para se recuperar (Manchete, 1984, EDIÇÃO 1697, p. 70).

Este fato perturbou a vila que tinha a pesca como principal estrutura ocupacional da população, que segundo o NUGA/UECE em 1985 ainda tinha uma prática artesanal (1985):

Esta ainda é desenvolvida artesanalmente, sendo usados como principais equipamentos: a caçoeira, tarrafa, linha de mão e fundamentalmente a canoa que leva os pescadores ao mar. Existe ainda a pesca de curral, sendo este dispendioso em sua construção; o seu uso fica restrito a algumas pessoas de melhores condições financeiras(NUGA/UECE, p. 102, 1985).

É neste momento que emerge nesta história um personagem um tanto controverso na trama de Jericoacoara, o jovem vereador acarauense João Jaime Neto, sobrinho do prefeito, um estudante de 23 anos que à época cursava Direito na Universidade Federal do Ceará (Araújo, 1987, p. 58). O memorialista Nicodemos Araújo nos apresenta João Jaime como um generoso político compadecido pelos apelos dos pobres pescadores, uma imagem um tanto romantizada e tuteladora: “E tomou a sério, sobretudo, pelo desejo de amparar aquela gente tão carente naquele momento, e porque aquela enseada, pela sua beleza natural e pelas suas características própria, constituía, como constitui, talvez a mais importante atração turística do litoral cearense (Araújo, 1984, p.58).”

Iniciava então, uma empreitada para conseguir do governo federal, o decreto de uma Área de Preservação Ambiental (APA) em Jericoacoara. O vereador, se antecipando, articulou junto ao prefeito um decreto municipal declarando a praia um lugar de utilidade pública (Decreto nº 03/1983), impedindo qualquer construção na área sem a autorização do poder público municipal.

A reportagem publicada na Revista Manchete (1984), menciona o vereador:

O Vereador João Jaime de Andrade de Acaraú interessou-se pelos problemas de Jericoacoara e criou um projeto de preservação ecológica para a região. Levou o caso à Câmara Municipal e, com o apoio do prefeito, conseguiu aprovação do decreto-lei que considera a praia de utilidade pública (Manchete, 1984, edição 1697, p.71).

É seguro afirmar que a defesa de um paraíso natural é uma boa vitrine para um jovem político que deseja ascender em sua carreira, e certamente, João Jaime aproveitou muito bem esta oportunidade, dando entrevistas e personalizando a pauta, convergindo para si todo o protagonismo e visibilidade. Para não ser tachado como um ecologista inimigo do desenvolvimento, João Jaime aproveita para frisar sua percepção sobre o lugar, e ainda faz promessas para cativar o eleitor, e o leitor da revista de circulação nacional:

O vereador não se considera um antiprogressista. Além de lutar pela aprovação do decreto-lei, encaminha, com os pescadores, a construção de uma maternidade no povoado, onde também funcionará um hospital. Três parteiras locais receberão cursos de aprimoração em Fortaleza e um médico estará

periodicamente em Jericoacoara. As obras já começaram (Manchete, 1984, edição 1697, p. 71).

A descrição do vereador como protetor da comunidade, da natureza e dos pobres moradores locais é como um panfleto político e uma ode escrita à posteridade, para gravar uma imagem positiva deste homem como o responsável pela preservação da praia, um líder vanguardista. Os moradores são mostrados como leigos e néscios sobre a importância de sua própria comunidade:

João Jaime Neto, então, teve de combater em duas frentes: a primeira, era conscientizar a comunidade jericoacoarense, despertando nela um amor mais atuante pela sua terra, a fim de que aquela boa gente não se deixasse corromper; a segunda, era promover uma intensa procura de apoio, de colaboração, de quem o ajudasse (Araújo, 1987, p. 62).

Figura 4 - Campanha publicada no jornal O Povo



**Vamos salvar esta praia.**

Jericoacoara, o lugar onde os jacarés dormem ao sol. A praia perdida entre dunas, lagoas e serrotes, no litoral norte, município de Acarau. Jericoacoara, a vida de uma gente em plena comunhão com o planeta Terra, em profunda sintonia com seus valores mais profundos. Jericoacoara está ameaçada. E a hora e a vez de salvá-la. É tempo de preservar suas dunas, as de areias brancas ou ocre, na constante mutação ao sabor dos ventos. É tempo de preservar seus coqueiros, as palmas que embalam canções, o toque de oásis na paisagem. É tempo de salvar suas águas sempre azuis, a pesca abundante, o sal que se acumula nos rochedos. É tempo de manter um estilo de vida simples, voltado para suas raízes. É tempo de amar esta gente, esta paisagem. Jericoacoara pode ser salva. Para isto contamos com você. Vamos lutar para transformar Jericoacoara em Área de Proteção Ambiental. É um gesto de amor e de defesa deste pedaço de paraíso.

PELA TRANSFORMAÇÃO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. ACARAU - CEARÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU  
ADM. JOÃO JAIME FILHO

**O POVO**

Fonte: Jornal O Povo 05 de maio de 1984.

A imagem acima foi publicada no jornal O Povo por iniciativa da Prefeitura de Acaraú, que na época, tinha como prefeito o tio homônimo do jovem vereador, João Jaime.

Chama atenção o texto com teor preservacionista, com discurso em defesa da ecologia e dos recursos naturais. A menção à ameaça que se avizinhava, urgindo a necessidade de salvar Jericoacoara. A defesa da vida simples, parece idealizar um modo de vida idílico que cristaliza a população nativa num ideal parado no tempo. O escritor Nicodemos Araújo (1985), em sua obra Jericoacoara, enfatizou fortemente o papel de João Jaime Neto na campanha pelo decreto da APA:

Esse jovem que, antes de tudo, é um apaixonado pela terra acarauense, numa entrevista que nos concedeu, informou que conheceu Jericoacoara em julho de 1983, e ficou deslumbrado pelas maravilhas dessa praia privilegiada. E, quando mais tarde aquela comunidade o procurou para defender sua baía ameaçada, não pensou duas vezes; integrou-se na causa. Adiantou, porém, que “as forças antagônicas”, isto é, aqueles que teimavam em pretender aproveitar Jericoacoara para fins lucrativos, era gente rica e de notável prestígio social e político. Tanto que elementos pertencentes a essas forças chegaram a aconselhá-lo a desistir de seu intento, porque ele “era apenas um vereadorzinho de Acaraú” (Araújo, 1987, p. 61).

A descrição do papel do então vereador, hoje deputado, João Jaime, é repleta de adjetivos enaltecedores, e coloca-o no lugar de salvador, é a ele quem os moradores impotentes e indefesos recorrem no pedido de socorro para proteger a praia, o modo de vida local, contra os poderosos, “gente rica e de notável prestígio social e político”. É uma imagem de Davi contra Goliás. Contudo, João Jaime Neto não era simplesmente um “vereadorzinho de Acaraú”, sua família possuía longa tradição na política acarauense, havendo familiares seus como chefes do executivo local desde a década de 1950 (Araújo, 1971, p. 68). Outro indício disto, é a facilidade de trânsito nos círculos de poder em Brasília que demonstrava o vereador, em contato com pessoas do alto escalão civil do governo militar:

Tentando conseguir o resultado que o problema exigir, teve ele de efetuar três viagens à Brasília. Felizmente, na capital da República ele contou com a boa vontade do dr. Paulo Nogueira Neto, a quem foi apresentado pelo dr. Renato Aragão, representante da SEMA no Ceará, e que lhe deu efetivo apoio. O Senador César Cals de Oliveira, então Ministro das Minas e Energia, também se interessou vivamente pelo caso, apresentando o jovem licurgo acarauense ao Ministro Mário Andreazza, que igualmente manifestou sua simpatia pela solução do problema (Araújo, 1987, p. 62).

Obter acesso às entranhas do poder com a mediação de tantos “doutores” num regime fechado como a Ditadura Civil-Militar, certamente não é a prerrogativa de mero “vereadorzinho”. Mesmo assim, as tais “forças antagônicas” segundo Nicodemos Araújo continuaram agindo para impedir a salvação da praia:



Sim. Um serviço de sabotagem igualmente bem organizado, vinha agindo no sentido de que a burocracia fosse procrastinando seu andamento até o Palácio do Planalto. Os organizadores não contavam com a tenacidade de um jovem inteligente e teimoso, que abraçara uma causa justa e pretendia leva-la a bom termo, a despeito de quaisquer empecilhos que se lhe antalhoassem à passagem.

E João Jaime Neto, mais uma vez bateu à porta do Ministro César Cals de Oliveira. E este o atendeu de pronto, designando um seu assessor de confiança para acompanhar a tramitação do processo nas seções competentes, até a instância final (Araújo, 1987, p. 63).

Novamente, elogios ao jovem vereador por sua pretensa obstinação em defender a praia e os nativos, recorrendo ao gabinete ministerial do conterrâneo cearense, César Cals, que também foi senador da República e governador do estado do Ceará. Em nenhum momento há menção à mobilização comunitária, ação dos nativos, sequer uma nota de rodapé.

Para justificar a criação da APA, foi necessária a realização de estudos e levantamentos científicos das características do clima, solo, ambiente, fauna, flora, recursos hídricos, costumes da população e etc. Isto foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) pelo Núcleo de Geografia Aplicada (NUGA), do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (Sudec).

Muitos aspectos físicos foram identificados e catalogados a fim de dar robustez ao relatório, entretanto, estes não são o foco da nossa pesquisa. Os aspectos humanos, estes são interessantes para nós, e a descrição das casas da vila chamam atenção:

Construídas de pedras, formam o tipo original, desde o povoamento inicial da vila. Ainda hoje, a população continua construindo suas moradias de pedras, que são retiradas do mesmo que serrote que deu origem à localidade. Aparecem também com grande frequência as casas de taipa e palha, que descaracterizam o padrão arquitetônico mais antigo. Estas últimas pertencem comumente a pessoas paupérrimas e geralmente vindas de outras localidades (UECE/NUGA, 1984, p.105).

Hoje em dia é possível observar o impacto do turismo na comunidade de Jericoacoara. A descrição do relatório é bastante diferente do que se vê na vila no presente, que já está com inúmeros empreendimentos hoteleiros com construções muito grandes, de alvenaria, formando um aglomerado urbano bastante numeroso e movimentado, mais até mesmo do que a sede do município atualmente, Jijoca de Jericoacoara. No início da invasão de turistas, as casas dos moradores eram as acomodações de hospedagem para pessoas que buscavam conhecer o paraíso. Na reportagem de Nass para a Revista Manchete, é citado o:

sobrado de Dona Maria, o único da vila. O segundo andar transformou-se em pequena pensão para os primeiros forasteiros que chegaram a Jericoacoara há certa de quatro anos. Dorme-se em rede e dona Maria aluga os armadores (ganchos). O cardápio é do mar, ou seja, peixe, camarão, arraia, polvo, caranguejo, delícias. Sal não falta, já que ele pode ser colhido facilmente nas praias. De outras regiões chegam a farinha e o arroz (Revista Manchete, 1984, edição 1697, p. 71).

Os alunos questionados sobre quem seriam os tais “forasteiros”, mencionaram que seriam os “primeiros turistas”, ou “primeiros visitantes”, marcando a inauguração da movimentação turística em Jericoacoara nos anos 80, o que revela uma consciência clarificada sobre o passado da praia.

Sobre o estado atual das acomodações em comparação às descritas na reportagem apresentam-se relatos como:

- São pousadas confortáveis, oferecendo luxos e regalias aos seus clientes, geralmente cobrando caro por tais serviços. (Aluno a)
- Os forasteiros são os turistas que vinham e ainda vem de outros lugares para visitar o local, hoje em dia esses forasteiros se acomodam em hotéis e pousadas. (Aluno b)
- Hoje em dia é melhor, existem muitos hotéis em Jericoacoara (Aluno c)
- As acomodações são pousadas de condições melhores, tem camas, boa vista e localização, refeições diversificadas e mais. (Aluno d)
- Hoje em dia não há apenas uma “estalagem”, mas diversos hotéis caros e “cinco estrelas”, com visitantes dos quatro cantos do mundo. (Aluno e).

Inicialmente, aquelas humildes instalações eram as únicas opções para os turistas, que às vezes compartilhavam também os mesmos hábitos dos moradores nativos enquanto estivessem coabitando com eles, num experimento social no mínimo curioso, como descreve Galvão (1995):

Adolescentes paulistas tornam-se hóspedes de pessoas habitualmente vistas, nas cidades, nos papéis de empregadas domésticas ou peões de obras. Nativos veem crianças turistas gastarem numa compra, ou num passeio a cavalo, uma quantidade de dinheiro para os gastos de um mês (Galvão, 1995, p.38).

Esse contato cria novas camadas de sociabilidade em Jericoacoara, pois amplia as redes de interações para turistas e nativos, cada um em seu ângulo percebendo uma nova dimensão da realidade que não era familiarizado, ou pelo menos, agora tem a chance de conhecer de muito mais perto. O turista vivencia uma experiência de imersão num modo de vida rurícola, em contraste com seu *ethos* urbano de cidade grande, isto lhe servirá de que? Uma história interessante para contar aos amigos, a sensibilização diante das limitadas condições de vida de pessoas muito humildes, uma gama de possibilidades. Para o nativo, se defronta com a abissal diferença social que não está habituado a ver no seu cotidiano, pois conforme estudo realizado pela UECE/NUCA (1985, p.101), não havia “acentuadas divisões de classes, com

uma população de características particulares e homogêneas em suas atividades”. Constatava-se ali um nível de vida de baixo padrão econômico, porém:

Não se observou neste grupo o fenômeno da fome quantitativa, a propósito, suas principais refeições são pouco variadas. A quantidade é suficiente, observando-se ainda que todas as famílias, mesmo as que não são de pescadores, alimentam-se duas vezes ao dia, não faltando portanto o alimento diário (UECE/NUCA, p. 103).

Finalmente, em 1984 foi criada a APA (Área de Proteção Ambiental) de Jericoacoara em decreto federal expedido no dia 29 de outubro de 1984 pelo último presidente da Ditadura Civil-Militar João Figueiredo, criando a primeira Área de Preservação Ambiental do Ceará, e a segunda do Nordeste (Araújo, 1987). A decisão é registrada por Nicodemos Araújo como uma conquista vinculada principalmente ao vereador João Jaime Neto: “Parabéns aos paladinos desse cometimento, na pessoa do Vereador João Jaime Neto, que, com sua obstinação e seu espírito de luta, provou a sua fibra de jovem idealista, sério e capaz, e a quem nunca faltou o apoio integral do Prefeito João Jaime Filho.” (Araújo, 1987, p.65) O ex-vereador, hoje em dia é deputado estadual, filiado ao Partido Progressistas (PP), e consta no seu perfil no site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará que:

Pertence à tradicional família política da região do Vale do Acaraú. Desde a mocidade milita na política.

João Jaime sempre foi dedicado aos movimentos pela preservação do meio ambiente e destacou-se na luta pela criação da APA (Área de Proteção Ambiental) de Jericoacoara, bem como pela emancipação do município de Cruz, do então distrito de Jijoca que foi elevado à categoria de município com o nome de Jijoca de Jericoacoara (ALCE, 2020).

O político que notabilizou-se por sua atuação em defesa de Jericoacoara, pôs em seu currículo o feito do qual aparentemente orgulha-se até hoje. João Jaime é proprietário de uma pousada em Jericoacoara, dono de muitos terrenos, alguns às margens da Lagoa de Jijoca na sede do município, é certamente um empresário bem-sucedido no ramo do turismo graças ao patrimônio natural da região. Galvão (1995) em seu trabalho etnográfico, menciona um certo cearense dono de uma pousada que foi o mentor da criação da APA de Jericoacoara, junto aos nativos que se opuseram ao loteamento da praia por invasores. “Penso que o interesse do dono da pousada, ao apadrinhar o decreto, foi preservar e monopolizar Jericoacoara como fonte de renda turística” (Galvão, 1995, p. 136). Na época, foi criado um Conselho Comunitário integrado por nativos para lutar pela criação da APA, organização que não foi citada em nenhum momento sequer por Nicodemos Araújo em seu livro sobre Jericoacoara. As discussões se pautavam na questão ambiental, com moradores movidos pelo desejo de proteger o lugar em

que viviam. Os demais moradores, que não faziam parte do Conselho, não participavam das discussões por falta de acesso à informação, mas entendiam muito sobre o seu próprio lugar, manejando com cuidados a natureza para extrair dela o seu sustento (Fonteles, 2015, p. 57). Não eram permitidas pessoas que não fossem nativas no Conselho Comunitário, hoje, ainda ativo, ele passou por reformas em seu estatuto e já integra “forasteiros”: empresários, associações e estrangeiros que residem no local, porém, não são aceitos no cargo de Presidente, conforme Artigo 3º do Regimento:

Podem ser associados ao Conselho Comunitário todos os habitantes e domiciliados em Jericoacoara, no mínimo há 5 (cinco) anos, maiores de 18 (dezoito) anos e capazes para todos os atos civis.  
Parágrafo único – O cargo de Presidente do Conselho Comunitário somente poderá ser ocupado por pessoa nascida na comunidade de Jericoacoara (Fonteles, 2015, p. 57).

Com a divulgação de Jericoacoara pela imprensa, a repercussão da criação da APA, as atenções se voltaram à praia pacata que passou a receber cada vez mais turistas anualmente. Segundo Fonteles (2015, p. 57) “A criação da APA foi motivo de euforia para a imprensa e para empresários do turismo que começavam a se interessar por Jericoacoara, saudada como um paraíso.” Na mesma medida que aumentou o fluxo de pessoas, também cresceram os investimentos e surgiram novos hotéis e pousadas, alguns em áreas irregulares, o que exigiu a ação de órgãos públicos para coibir estas construções. O artigo 8º do decreto da APA de Jericoacoara determinava: “Visando manter o padrão cultural e paisagístico da região, não serão permitidas construções que descaracterizem os componentes arquitetônicos locais ou que prejudiquem a paisagem regional típica.” (Brasil, 1984).

Mesmo assim, foram observadas violações do decreto que foram reportadas pela imprensa, e sobre as quais, as autoridades prometeram tomar providências:

Depois de recuperar as belezas das praias de Fortaleza, determinando a retirada das barracas de comércio ao longo da orla marítima, a Procuradoria-Geral da República no Ceará vai agir agora contra a devastação na praia de Jericoacoara, considerada a mais paradisíaca do Estado, distante 400 km de Fortaleza. O procurador Meton Vieira Filho encaminhará à Justiça Federal para demolir as construções de comerciantes feitas irregularmente em Jericoacoara, que é uma área de preservação ambiental (Correio Braziliense, 1987, edição 08952, p. 93).

Essa notícia publicada no jornal do Distrito Federal, demonstra que logo após, mesmo com a área protegida, empreendimentos surgiram desordenadamente em Jericoacoara. As construções ameaçavam a praia mais “paradisíaca” do estado do Ceará, este título

reproduzido na imprensa e pelas empresas de turismo aparentemente atrai mais turistas, o que alimentava cada vez mais o crescimento descontrolado da vila e o fluxo de turistas, coisas que são diretamente interligadas. No mesmo jornal, em edição anterior, são divulgadas as belezas naturais do Ceará numa propaganda para atrair turistas, e mais uma vez se reforça o ideal primitivista sobre as praias:

Praias onde reinam a tranquilidade e o nativismo e a simplicidade do seu povo. Ao longo de toda a costa, há praias para todos os gostos, desde o ambiente ecológico, que mais parece um santuário da natureza, em função da sua beleza incomum e dos cuidados do poder público em preservá-lo, até a agitação e o “progresso” da vila de Canoa Quebrada, que já perdeu os encantos de comunidade de pescadores para se tornar o paraíso dos turistas brasileiros e estrangeiro (Correio Braziliense, 1987, edição 088896, p. 37).

A menção à Canoa Quebrada como paraíso dos turistas que já perdeu o encanto de comunidade de pescadores, parece uma confissão culposa por um mal feito, e exhibe a concepção que os lugares não pertencem mais aos nativos, e sim aos turistas, é o paraíso deles, para desfrute deles. Galvão (1995) em seu trabalho conta que ouviu de um turista em Jericoacoara que o lugar iria, assim como Canoa Quebrada, tornar-se um “bordel de Fortaleza” (p. 91). De certa forma, nesta reportagem, é expresso esse mesmo ponto de vista, como se Jeri ainda fosse um lugar que não foi corrompido pelo pecado e ainda guarda o “encanto de comunidade de pescadores”. No mesmo texto, segue:

Jericoacoara, no lado leste, está mais perto do Piauí. Saindo de Fortaleza toma-se a BR 116 para se chegar a Canoa Quebrada, onde há um posto telefônico, com sistema DDD e DDI e hospedagem em pousadas e casas de pescadores ao preço de 150,00 a diária, por pessoa, ou nos chalés, para cinco pessoas, com a diária a Cz\$ 500. Jericoacoara tem seu acesso mais difícil: de Fortaleza, segue-se pela BR-222, até o município de Umirim. Daqui pega-se uma rodovia estadual, passando por Itapipoca, Amontada, Marco, Bela Cruz e Cruz, num percurso de 300 km, em que se gastam quase 6 horas. No município de Cruz, ao qual pertence Jericoacoara, o distrito de Gijoca é passagem obrigatória para quem deseja chegar a Jericoacoara, pois é lá que se pega uma condução que enfrenta estrada de areia e morros – o único caminho para a praia. A hospedagem é em pousada e casa de pescadores, que cobram Cz\$ 100,00 por diária individual. (Correio Braziliense, 1987, ed 088896, p.37).

A comparação entre Jericoacoara e Canoa Quebrada chama atenção principalmente pela descrição do trajeto que é necessário ser percorrido para chegar aos destinos, sete horas de viagem de Fortaleza até o “paraíso” Jericoacoara, que chegava a totalizar cerca de 7 horas.

O jornal A Tribuna, em reportagem de 1987, também faz uma descrição:

Jericoacoara, onde a natureza a dotou de atrativos que a transformou em Zona de Preservação Ambiental. Lá, o visitante pode fazer passeios pelas dunas e

ainda praticar esqui na areia. O pôr do sol nesse local é fantástico e obedece todo um ritual com as pessoas aplaudindo o espetáculo da natureza. O acesso é bastante difícil e transforma numa grande aventura descobrir aquele paraíso selvagem. (A Tribuna, 1987, edição 00256, p. 60).

A reportagem frisa que se trata de uma área protegida, mas ao mesmo tempo fala que sugere que se pode fazer passeios pelas dunas, que também estavam protegidas pelo decreto presidencial. Passear pelas dunas a pé, não causa impactos significativos, entretanto, os passeios em veículos motorizados, principalmente os bugres, causam danos e prejudicam as dunas.

Os textos das reportagens citados até o momento, todos citam a dificuldade de acesso à Jericoacoara, inicialmente somente era possível caminhando, com animais carregando bagagens, e depois, o uso de motorizados passou a ser o principal meio de transporte, mas somente camionetes, que conseguem atravessar o trajeto difícil. Não existe, até hoje, estrada pavimentada que liga a vila a outros lugares, este é um cuidado que foi mantido para evitar impactos às dunas, à vegetação, e todos os outros elementos que compõem o patrimônio natural que justificou a criação da APA em 1984. Essa preocupação já estava presente no sentimento dos moradores desde então, como diz a reportagem a seguir

Os pescadores discutem a construção ou não de uma estrada permanente até Acaraú. Muitos acham que, caso se facilite o acesso, a praia será invadida por turistas. Se por um lado trazem dinheiro fácil, por outro podem descaracterizar totalmente Jericoacoara (Manchete, 1984, edição 1697, p. 71).

Analisando de maneira conjunta o trecho acima destacado, perguntamos aos estudantes se a ausência de uma estrada pavimentada impediu a invasão de turistas em Jericoacoara, e qual o motivo do temor dos moradores caso construíssem esta estrada, obtivemos respostas como estas:

- Não, já que podemos ver Jeri hoje em dia tomada por turistas. Os moradores temiam a descaracterização da vila. (Aluno x)
- Não. Porque eles não sabiam quem eram aquelas pessoas e principalmente porque eles queriam as terras que os moradores diziam ser preciosas e intocáveis. (Aluno y)
- Não. Não impediu pois Jeri foi dominada por hotéis e pousadas de gringos. Os moradores temiam essa invasão por conta de Jeri ficar lotadas de pousadas e acabando com a beleza e essência natural de Jericoacoara. (Aluno z)

Notamos que os estudantes aferem a partir do documento que havia um desejo dos moradores de manter costumes e hábitos de vida, uma suposta “essência”, como se a introdução de pessoas estranhas à vila perturbasse uma ordem natural das coisas que existiam naquela vida. Há também a percepção de que os “invasores” iriam tomar as terras, o que de certa forma aconteceu através da compra. Um estudante até mesmo cita, explicitamente, a presença de

“gringos” donos de hotéis e pousadas que “invadiram” Jericoacoara, o que descaracterizou a “beleza e essência natural” de Jericoacoara”. Ora, esta é a reprodução do preservacionismo primitivista, ou saudosismo sobre um tempo em que as coisas eram “diferentes”? Perguntamos também aos estudantes sobre o trecho final da reportagem que diz: “Sem dúvida alguma, caso se concretizem esses projetos comunitários e os de preservação ambiental, as futuras gerações também poderão conhecer esse pontinho no mapa. Um ponto por demais belo e primitivo para ser destruído por sedes insaciáveis de lucros, ou de lazer (Manchete, 1984, 71)”. Questionamos também o que eles achavam do termo “primitivo” para se referir à vila, e algumas das respostas obtidas foram:

- Jericoacoara é vista por grande maioria das pessoas como apenas um lugar para férias, mas é um lugar além disso, é um lugar que tem significado sentimental, é um lar.
- A palavra pode passar uma impressão errada do lugar. O autor utiliza da palavra para destacar cumplicidade, humildade. No período da reportagem, a palavra pode ser válida, mas hoje, não.
- De certa forma concordo, porque hoje existe, por exemplo, o famoso “bar de gelo” que descaracteriza a vila e a quantidade de poluição causadas por turistas.
- A frase é bem real, porque Jeri é uma localidade linda, bela e com belezas naturais incríveis para ser destruído por construções, ambição. Em minha opinião, a palavra foi adequada por se referir à vila naquele momento, pois a cidade não era conhecida e começou a ser descoberta. Por esse motivo foi dado o termo primitivo, porque era o começo de tudo que temos hoje.
- Eu concordo, a ganância tá acabando muito com os moradores já que os preços são exorbitantes, tanto para os turistas quanto para os moradores. Sobre a palavra primitivo, eu concordo, naquele tempo as coisas não eram evoluídas que nem hoje em dia.

Fazendo uma observação sobre a situação da vila hoje em dia, aparentemente a ausência da estrada não foi suficiente para deter a invasão de turistas, nem a descaracterização da vila. É seguro afirmar que Jericoacoara, não é mais uma vila de pescadores, uma vez que conforme Lima (2002):

caracterizam-se por um processo de trabalho artesanal que se dá no mar (a exemplo da pesca de peixe, de arraia e lagosta) [...], e em terra, com a realização de trabalhos artesanais (bordados, labirintos, rendas, fabricação e reparos dos artefatos de pesca) e manuais (pequenos plantio de subsistência e o extrativismo vegetal) (Lima, 2002, p. 84).

Esta descrição se encaixa adequadamente à vila de Jericoacoara, de acordo com a descrição feita por Hermann Nass na reportagem para a Revista Manchete em 1984, mesmo já existindo a presença de turistas alterando a vida da comunidade, hoje, contudo, é bem diferente. Segundo Molina (2007):

Com o desenvolvimento do turismo, a comunidade passa a ter um outro tipo de relacionamento (de vida) com os outros e com o local, e suas práticas cotidianas são profundamente transformadas. Aos poucos, as atividades de pesca, agricultura e criação de pequenos animais foram substituídas pelas atividades decorrentes do turismo (Molina, 2007, p. 60).

O incômodo dos nativos com a presença dos turistas está revelada em algumas pistas, como por exemplo, na reportagem de 1989, da Revista Manchete, escrita por Tarlis Batista, sobre a prática de nudismo no litoral brasileiro. Os nudistas se organizavam em associações e faziam viagens pelo Brasil em grupo, e estiveram em Jericoacoara: “Em Jericoacoara, os pescadores locais não gostam muito de ver nudistas, que, assim são obrigados a ficar bem distantes de qualquer casa” (Revista Manchete, 1989, edição 1918, p. 92). A presença de estranhos pelados numa comunidade rurícola que até pouco tempo era somente frequentada por moradores e familiares é motivo para espanto, sem dúvidas. E o episódio reforça, mais uma vez, a mesma imagem mencionada anteriormente, de Jericoacoara como um lugar primitivo onde os turistas buscam uma experiência de refúgio da vida urbana, “e possam vivenciar uma “passagem pelo Paraíso”, ou pela utopia, como uma oportunidade de catarse ou relaxamento emocional, intelectual ou espiritual, uma espécie de morte e renascimento para a volta à urbanidade corriqueira.” (Galvão, 1995, p. 87).

Uma das reportagens jornalísticas que sempre são citadas como primordiais para a inserção de Jericoacoara no circuito internacional de turismo, foi publicada no jornal de grande circulação nos EUA, The Washington Post, em 1987.

Figura 5 - Crônica jornalística de viajante, The Washington Post (1987)



FREE Article Preview  
**The Washington Post**  
[Buy Complete Document](#)

**Beauty and the Beach**  
 [FINAL Edition]  
 The Washington Post (pre-1997 Fulltext) - Washington, D.C.

Author:	Fussman, Cal
Date:	Mar 15, 1987
Start Page:	v.20
Section:	MAGAZINE

In the instant that I reach the beach, every inconvenience seems insignificant. Huge beige sand dunes and coconut trees seem to stretch as far as the horizon while waves lick brown sand so smooth and clean the sun glints off it as brightly as if it were ice. A boy gallops bareback into the breeze on a powerful horse and I feel as if I've stepped into a fantasy. But as I walk closer toward the men with brown leather skin and straw hats who grunt as they push ashore their jangadas-crude sailing canoes-I see the reality of life in Jericoacoara: thick veins on the back of hands, straining muscles, deep crevices plowed into faces. Dreamers do not live here. To survive one must sweat and work the mathematics of the moon and the sun and the wind.

"You know the story of my father," says Dona Isabel, nodding in the old man's direction as she rests another plate of shrimp in the center of our table. "More than 50 years ago, when he was young and single, he went to a festival in a village called Parazim. It is inland, in a farm region, about 100 kilometers away. He rode the distance on a white horse, dressed in a suit, with a guitar strapped to his back. As soon as he arrived his eyes met those of a girl named Francisca and immediately they were in love. My father wanted to impress her, so instead of admitting that he was a poor fisherman from Jericoacoara, he told her that he was a traveling businessman from a large city. They barely knew each other when they decided to marry. And what a wedding it was! A procession wound its way through the streets of Parazim to the church, led by a town crier making toasts and drinking from a large glass of cachaca. After the wedding my father put Francisca on his horse and took her to Jericoacoara. When they got here, Francisca started to cry. 'You lied to me,' she said. 'You see, she hated the sea and wanted to live in either a city or on a farm.'"

Cal Fussman travels the world looking for adventure and the meaning of life. His last piece for the magazine was on a region of Peru that few Americans have ever seen. CAPTION: A beach like no other. From the air, Jericoacoara's majestic, shifting dunes bring to mind continental-drift theories, as if the sands of the Sahara had moved thousands of miles and come down to the sea. Villagers caught in a time warp. Tourists have brought T-shirts and a sense of what money can buy, but most Jericoacoarans still live simply, taking their daily bread from the sea. Like a Martian seascape. At Morro Branco, on Brazil's northeast coast, sun bathers find the smooth sands of the South Atlantic bordered by craggy hills made of 24 different colors of sand. Out of the sea in ships: The colorful little Brazilian jangadas, shallow-draft fishing boats with simple sails, are cast in and out of the surf each day by villagers who sell their catch on the beach. Snaring in serenity: A retired Jericoacoaran fisherman nets a night's dinner amidst the awesome natural splendor of this sparsely populated and isolated area of the Brazilian coastline.

Reproduced with permission of the copyright owner. Further reproduction or distribution is prohibited without permission.  
[Buy Complete Document](#)

Fonte: The Washington Post, 1987, p

Naquela crônica de viajante deslumbrado com o lugar paradisíaco, algumas coisas são muito interessantes para nossa análise, especialmente os trechos em que ele expressa suas opiniões sobre a vida na vila, e os moradores. Não foge ao jornalista, o mesmo padrão dos brasileiros em descrever a dificuldade para se chegar até o destino, o que chega a ser mencionado como uma loucura num diálogo narrado: “Meus amigos acham que sou louco por vir para Jericoacoara, mas – sua mão sacode exibindo a extensão do ônibus -, vejo que muitos compartilham da minha loucura” (Washington Post, 1987). Segundo o cronista, ouviu relatos de turistas pioneiros que para ficar na vila, em troca de hospedagem, precisavam oferecer roupas ou um saco de arroz, mas agora está bem diferente, por um dólar ou dois, um nativo prepara uma rede na sala para acomodar um hóspede.

Embora muitas pessoas tenham vindo de lugares estrangeiros, a aldeia resistiu às mudanças de caráter e aparência. Dizem que se um ladrão for pego em Jericoacoara, ele leva uma surra pública e é obrigado a deixar a cidade. Velhos pescadores que não sabem ler sentam-se nas varandas à tarde e se divertem virando as páginas de uma revista e inventando histórias malucas sobre as engenhocas retratadas nos anúncios. (Washington Post, 1987).

A tentativa de resistir à mudança de hábitos por alguns moradores é citada como uma virtude, mas um comentário depreciativo é feito sobre a vila, como se fosse um lugar bárbaro, pré-moderno, onde ainda houvesse práticas penais similares à Lei de Talião. Um

comentário condescendente sobre analfabetismo, colocando o pescador numa posição de ignorância ingênua.

No instante em que chego à praia, todos os inconvenientes parecem insignificantes. Enormes dunas de areia bege e coqueiros parecem se estender até o horizonte, enquanto as ondas lambem a areia marrom tão lisa e limpa que o sol brilha nela tão intensamente como se fosse gelo. Um menino galopa sem sela contra a brisa em um cavalo poderoso e sinto como se tivesse entrado em uma fantasia. Mas à medida que me aproximo dos homens de pele marrom e chapéus de palha que grunhem enquanto empurram para terra suas jangadas - toscas canoas à vela - vejo a realidade da vida em Jericoacoara: densa (Washington Post, 1987).

O estadunidense faz uma bela descrição de um lugar paradisíaco, que de fato, encanta o leitor que possui sensibilidade estética, e nutre um impulso natural de desejar conhecer este lugar tão bonito. Os elementos que compõem a imagem são somente natureza, animais, ou pessoas que na descrição parecem tratar-se de criaturas fantásticas de um lugar encantado, ou selvagem. “Veias nas costas das mãos, músculos tensos, fendas profundas escavadas nos rostos. Os sonhadores não vivem aqui. Para sobreviver é preciso suar e trabalhar a matemática da lua, do sol e do vento.” (Washington Post, 1987). O cronista fala sobre os pescadores a partir de suas feições físicas, e as marcas que o trabalho impõe a eles. Utilizar a matemática da lua, do sol e do vento, é reconhecer que há ali algum conhecimento natural, inato, em simbiose com a natureza.

Com o avanço do turismo na vila, ocorreu que muitos moradores nativos venderam seus terrenos, suas casas, para os adventícios, estrangeiros, e voltaram para trabalhar como empregados em suas antigas residências (Lima e Silva, 2004, p. 37). Ainda segundo Fonteles (2015):

Com relação à posse e uso do solo, a mudança foi mais significativa. Novos habitantes, bem como empresários turísticos passaram a adquirir terras dos nativos, instalando-se na Vila. Este fato gerou um crescimento desordenado, com edificações destoantes da arquitetura vernacular. Além disso, muitos moradores, ao venderem as suas propriedades, foram morar em outros lugares. Paralelamente vão se verificando tentativas de parcelas da população local de instalarem pousadas e demais equipamentos voltados à crescente demanda turística (Fonteles, 2015, p. 59).

Alguns moradores que venderam suas propriedades mas não quiseram abandonar Jericoacoara se mudaram para uma área na rota das dunas, que aos poucos foi ocupada por construções de casas precárias feitas de taipa e palha. Assim nascia a chamada “Nova Jeri”, que

também abrigou pessoas que chegavam à vila, mas eram muito pobres e não tinha lugar melhor para ir. (Molina, 2007, p.62) Com o fortalecimento da atividade turística, alguns moradores retornaram à vila com perspectiva de conseguir melhores condições de vida, procurando empregos em bares, pousadas ou desenvolvendo atividades relacionadas ao turismo (Fonteles, 2007, p. 131).

A descaracterização de Jericoacoara é um fato consumado, e para este processo se concretizar, muitos conflitos ocorreram, pois à medida que a população se apoderou da informação, também conseguiu se politizar e demarcar seus posicionamentos de forma mais contundente.

Em 1990, no contexto das políticas públicas estaduais para fomentar a economia cearense, ocorreram incentivos em prol do melhoramento da infraestrutura de municípios do estado. Por meio de investimentos provenientes do Banco Mundial (BIRD), 44 municípios receberam incrementos para desenvolver a agricultura irrigada, indústrias e o turismo, o nome da política era Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB). Em 1999, foi elaborado o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) de Jijoca de Jericoacoara, e em 2000, foi eleita através de assembleia popular, uma comissão participativa para intervir nas discussões e proposições que dizem respeito aos interesses dos moradores. Um documento contendo propostas elaboradas pelos moradores sobre os melhoramentos a serem feitos em Jericoacoara foi apresentado a SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará), que aparentemente foi ignorada, e o plano diretor foi aprovado na Câmara Municipal de Jijoca de Jericoacoara à revelia dos moradores da vila. (Molina, 2007, p. 98-99).

A partir disso, uma tensão crescente se formou na comunidade, que foi mobilizada pelo Conselho Comunitário. Uma construção na Rua Principal causou estardalhaço na população local. Conforme Molina (2007):

Este empreendimento foi muito criticado devido à sua localização ao centro da Rua Principal, a um quarteirão da praia. Como esta rua termina na praia, esta construção impossibilita a vista que se tinha para o mar (no final das tardes era comum os moradores sentarem-se em frente às suas casas para a contemplação do pôr do sol no mar). Mesmo apelando-se ao Ministério Público para evitar que o IBAMA (órgão gestor de Jericoacoara como Área de Proteção Ambiental) permitisse esta construção, a reivindicação de uma mudança de localização do Centro de Visitantes não foi atendida (Molina, 2007, p.99).

Outro ponto de tensão culminante em transtornos na comunidade foi a proposta de construção de novas pousadas e hotéis, com a permissão para dois pavimentos, o que abriria precedente para a verticalização da vila:

A liberação para construção de novos hotéis e pousadas e a permissão à construção de segundo piso talvez tenham sido as medidas mais preocupantes para as lideranças locais, que se encontram numa posição totalmente contrária à verticalização e à possibilidade de um aumento significativo do número de leitos nas pousadas, o que poderia acarretar na descaracterização do local (arquitetônica e social/cultural) e num uso turístico maior do que a vila pudesse comportar, além de possíveis desequilíbrios ambientais (Molina, 2007, p.100).

Constatamos, portanto, que estava em curso uma urbanização de Jericoacoara para atender aos interesses econômicos dos empresários, turistas e outros atores beneficiados pela expansão das construções que descaracterizam o local, sem levar em conta as opiniões dos moradores, que já estavam no território antes da chegada dos empreendedores, e nutrem um apreço mais orgânico ao lugar por terem em espaços delimitados dentro daquele perímetro, lembranças pessoais, familiares, que constituem uma memória afetiva intransferível.

Os estudantes ao analisarem a reportagem da Revista Manchete em sala de aula, também destacaram estas mudanças estruturais na vila, chamando atenção para aspectos físicos, como por exemplo nas palavras do estudantes a seguir:

- A principal mudança foi na planta da vila, que antes tinham poucas casas, hoje tem um monte, sem contar com hotéis, pousadas, restaurantes e pontos de encontro. (Aluno h)
- Muitas mudanças aconteceram na vila desde que ela foi “descoberta” pelos turistas. A chegada da eletricidade, da internet, dos hotéis e das agências transformou a pequena vila de pescadores em um lugar mundialmente conhecido. (Aluno j)

No ato de solicitar aos alunos que destaquem no texto os trechos que evidenciam essas mudanças, os alunos selecionaram excertos como: “Entre as edificações destaca-se uma grande igreja jamais concluída e o sobrado de Dona Maria, o único da vila”; “Na vila o dinheiro tem pouco valor”; “Na praia de Jericoacoara não vivem mais que 500 pessoas”, entre outras. Percebemos, portanto, que os alunos conseguem identificar adequadamente os trechos da reportagem que evidenciam as mudanças sofridas por Jericoacoara ao longo do tempo.

Estes alunos ao realizarem a análise da fonte histórica, visualizar fotos, responder questionários, também escreveram um texto relatando o que acharam da experiência de estudar sobre a história local. Vou compartilhar alguns trechos que revelam as percepções dos estudantes sobre as aulas:

As aulas de história local ajudam a entender o passado e o presente do lugar onde vivemos, quando, como e porque ele virou o que conhecemos hoje em dia. Tudo o que aconteceu a tempos atrás é relevante para história dos dias atuais, por isso a importância desse tipo de conteúdo nas escolas. Quando estudamos sobre algo que afeta diretamente a nossa vida (como o local em que

vivemos) a conexão com os estudos fica mais forte e mais interessante (Aluna s)

Estudamos sobre a história do nosso local, onde escutamos muitas curiosidades sobre nossa localidade, a turma também fazia uma boa participação, contando relatos de vivências de seus antepassados ou deles mesmo, ouvindo esses relatos, prendiam ainda mais a atenção e tornavam a aula bem divertida. (Aluno f)

Em relação às aulas referente a história local, foi muito bom, porque eu tive oportunidade de entender mais sobre a origem de Jijoca e de Jeri e também muito importante e interessante, saber como foi o passado e o processo pelo qual passou até se tornar como é hoje, como por exemplo: a renda de Jeri no início era totalmente voltada para a pesca, e a população era bem mais reduzida. Hoje em dia, a economia de Jeri está em torno do turismo e a população consequentemente também aumentou. (Aluno g).

A reportagem de algumas décadas atrás sobre a vila de Jericoacoara me fez perceber as diversas modificações ao longo dos anos, e também o grande crescimento da vila. Mas também me fez repensar o quanto as ações humanas trouxeram prejuízos para a vila, como por exemplo a duna do pôr-do-sol. (Aluna r)

Estes são alguns trechos selecionados de dezenas de textos produzidos pelos estudantes. Todos relataram coisas positivas sobre as aulas. Alguns foram mais específicos na descrição do que gostaram mais. O mais satisfatório é perceber que alguns conseguiram identificar estas mudanças e permanências sobre o seu lugar, e expressaram isso no texto, como no exemplo acima destacado. O estudante consegue entender como o presente se constituiu através de um processo histórico marcado por tensões, conflitos, e desenvolver consciência histórica. O ato de articular passado, presente e compreensão dos fatos históricos locais, demonstra que os alunos realizam operações cognitivas para compreensão da realidade social, e não a veem como um fato dado, algo naturalizado.

#### 4 OS AFETOS DO LUGAR, NO PAPEL OU NA TELA

A abordagem da História Local permite adentrar uma história fora do eixo, que saia do lugar-comum das narrativas centradas em abordagens generalistas, auto centradas no professor, e encaradas como história única, ou mais importante. É o caso por exemplo das sequências didáticas que privilegiam centros urbanos como únicos palcos da história, como normalmente trazem materiais didáticos focados em uma história “cariocacêntrica”. Precisamos entender, óbvio, que os materiais didáticos são elaborados para serem distribuídos e utilizados em diversas regiões, e por isso, não pode se aprofundar em temas específicos que diz respeito a determinadas regiões, estados, municípios. Exatamente por isso, os professores que decidem desbravar essa seara, devem elaborar seus próprios materiais, portanto, procederem à investigação histórica. É difícil, claro. Mas é uma oportunidade ímpar para fazer valer a prática do professor-pesquisador. Além de ser uma oportunidade ótima para fomentar nos alunos o protagonismo, ao integrá-los às atividades de pesquisa sob a supervisão do professor. Nos propomos a refletir sobre a escola como um ambiente que deve ser democrático, de valorização das ações de sujeitos plurais, onde prevaleça o diálogo, a diversidade, e a construção de noções elementares de cidadania (Silva; Fonseca, 2010).

Se partimos nessa empreitada motivados por uma inquietação solitária, não agimos por voluntarismo, a legislação educacional indica a necessidade de abordar estes temas no currículo escolar:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [...]

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (Brasil, 1996).

No nosso trabalho, realizamos algumas propostas de atividades que podem ser desenvolvidas pelos alunos, como a utilização de fontes históricas e produção de mapas afetivos. É a oportunidade de cooperar com os estudantes e promover a sua participação no centro da produção do conhecimento histórico, e possibilitar um entendimento prático sobre o que são fontes históricas, por meio da proposta de utilização de documentos como textos jornalísticos, fotografias de acervos familiares, e a produção de mapas afetivos a partir das

memórias dos estudantes. Assim, os estudantes participam da construção do conhecimento histórico sobre sua própria comunidade.

De acordo com Michael Pollak (1992), ancorado em reflexões a partir de Maurice Halbwachs, memórias individuais são, evidentemente, coletivas/sociais, e são vinculadas a três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Nas comunidades, ocorre a constituição de uma unidade, um pertencimento a partir das memórias individuais e coletivas. É nesta imbricação que pretendemos compreender como se expressam as memórias dos estudantes a partir da relação com o conhecimento histórico, na análise de fontes, na observação de resultados analisados pelos professores.

Trazer atenção às memórias plurais presentes na cidade, nos espaços dominados pelo poder hegemônico do capital, da exploração da natureza como produto comercial, da apropriação do patrimônio natural como bem privado, é ampliar nestas esferas, a diversidade social, notabilizar o que já estava ali, mas tentaram apagar, eliminar, travar uma disputa de memórias e narrativas sobre lugares que também pertencem à comunidade de pessoas que vivem ali há gerações. Pertencem, não no sentido literal, de propriedade privada, mas no sentido simbólico, de compreenderem que ali está um lugar compartilhado por uma comunidade de pessoas que organicamente construíram um vínculo afetivo especial com aquele espaço físico, que adquire um sentido especial, simbólico, afetivo e subjetivo. O que para alguns é um lugar de passagem, veranil, efêmero de férias escolares, folga, feriado prolongado, e algo do tipo, para nossos estudantes, é o “meu lugar”, da infância, das histórias contadas pelos meus pais. Vamos refletir sobre o que o historiador português Fernando Catroga, fala sobre isso:

O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia e vida, que os seus sentimentos de pertença e de adesão ao colectivo. Porém, se o modelo da reificação externa deste último nível é perigoso – pois volta-se contra os seus próprios criadores -, não o será menos supor-se que a memória colectiva só existe como uma espécie de resultado do contrato social. Ela é um adquirido que a subjectividade permanentemente renegocia, em particular nas sociedades mais complexas e heterogêneas dos dias de hoje. (Catroga, 2015, p.12).

A reflexão de Catroga exprime a compreensão do papel do tecido social na partilha de valores e comportamentos aos indivíduos por meio da socialização. Os sentidos que são atribuídos aos lugares existiam antes do nascimento dos estudantes, eles assimilaram, incorporaram ao seu convívio social, suas práticas recreativas, afetos, e até mesmo as expectativas mais (aparentemente) triviais. Acontece, contudo, que os estudantes podem ressignificar estes sentidos e modulam a seu próprio modo com elementos particulares,

individuais, em correlação com o que foi legado pelas gerações anteriores, resultando em memórias próprias, e ao mesmo tempo compartilhadas. Nenhuma experiência no campo da memória social, é única.

A cidade é um organismo vivo, uma criação humana, as edificações, ruas, moradias, são testemunhos da ação antrópica, fixos, mas o recheio da cidade são as histórias, contadas pelas pessoas a outras, lendas locais, causos, mitos de origem, e importância conferida a determinados lugares, pessoas. Isso só é possível acontecer numa comunidade, onde existe um elo que conecta os indivíduos numa coesão social que consiga conjugar narrativas em elementos compartilhados, sem contudo, ignorar que há tensões. Catroga, sobre isso afirma:

Por sua vez, como a consciência do *eu* se matura em correlação com amadas memoriais não só diretamente vividas, mas também adquiridas, tem de se ter presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas com outros: o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjectivo (Namer, 1997), mas no seio de um horizonte comum que permite o reconhecimento e a partilha (Catroga, 2015, p.13).

É nesta intersubjetividade, onde se estabelece uma relação constante de recepção, interpretação, construção de memórias em narrativas, que se molda o indivíduo, a sociedade, ambos de forma simultânea, não necessariamente ordenada, livre de conflitos, mas repleta de tensões, negações, ressignificações. São procedimentos complexos, e que desafiam educadores que se propõem a debatê-los em sala de aula, mas ricos de possibilidades.

O historiador inglês E.P. Thompson no pós-guerra, dedicou-se a ministrar cursos para jovens e adultos no Departamento extramuros da Universidade de Leeds, experiência que lhe permitiu estabelecer contato com pessoas dos estratos populares, trabalhadores, que segundo ele, foram responsáveis por lhe ensinarem bastante (Cândido, 2021). Ali, o professor Thompson precisou elaborar estratégias complexas para efetivar o resultado desejado nas aulas:

E.P. Thompson buscou ser coerente com uma prática em que a disciplina para o ensino e a excelência do conhecimento não se sobrepujassem à experiência de classe. Desde o início, procurou se valer de diferentes metodologias de ensino, visando envolver os alunos num processo de formação cuja base fosse o diálogo, em contraposição à aquisição passiva do saber. Alguns registros flagraram um jovem professor preocupado com a inércia e a ausência de interesse por parte de estudantes, resistentes ao esforço da leitura e da escrita. (Cândido, 2021, p. 24).



Um historiador da envergadura de E.P. Thompson enfrentou dificuldades para lidar com o ensino na sala de aula, e teve que usar a criatividade para conseguir atrair a atenção dos estudantes e engajá-los ativamente na proposta do curso ministrado.

Thompson analisava com cuidado aqueles elementos que convergiam para o desempenho dos alunos e procurava, a cada temporada de estudos, propor atividades de avaliação que se aproximassem das condições e experiências dos estudantes. São evidências de uma construção pedagógica alternativa (Cândido, 2021, p.25).

Uma experiência pedagógica heterodoxa, que fuja aos padrões normativos do sistema educacional possui fertilidade, possibilidades inovadoras na educação histórica. Mesmo assim, está sujeita a percalços, como enfrentou nosso notável historiador inglês. Porém, a ousadia de propor pedagogias alternativas, com propósito social de incluir sujeitos marginalizados pela história oficial, pela cultura dominante, é uma ação educativa transformadora. Os estudantes enquanto sujeitos sociais precisam se enxergar na história, serem enxergados pela História, esse é um propósito social em prol da cidadania, não somente formal, mas uma cidadania real.

Entendemos que a educação é um fazer no gerúndio, algo constantemente em curso, tal como nos diz Paulo Freire:

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não fazem. De saber melhor que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação (Freire, 2000, p.20).

O que nos propomos a realizar, portanto, é procurar conferir um outro olhar aos estudantes sobre lugares que eles já conhecem e mobilizam afetos, dessa vez, um olhar analítico, e registrar isto, materializar, escrever, desenhar, trazer para o mundo sensível, da tangibilidade, aquilo que está nos seus afetos. Ora, isto é estar no mundo sem neutralidade.

Na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valor, de, finalmente, *eticizar* o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente *sonhos* por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. (Freire, 2000, p. 17).

Objetivamos também, pensar estratégias que valorizem os saberes discentes, e os tornem parte importante na construção da aprendizagem. Como nos diz a historiadora Flavia Caimi hoje em dia lidamos com:

as exigências de trabalhar com metodologias ativas do campo pedagógico, que assegurem maior protagonismo dos estudantes em seus percursos de aprendizagem, de modo a superar a perspectiva enciclopedista, verbalista e assentada apenas na memorização do passado que tem marcado esta disciplina (Caimi, 2015, p.6).

É sempre desafiador buscar desenvolver projetos com metodologias inovadoras, principalmente, se requerem a participação dos estudantes como partes ativas no processo educacional. Se eles não acharem interessante, é quase impossível realizar algo com efetividade, assim como o professor, também caso não esteja verdadeiramente interessado. Interessado não somente no conteúdo ensinado, mas no desenvolvimento dos estudantes, no conhecimento de seu mundo, para decodificá-lo, encaixá-lo na proposta, conferir sentido ao que está sendo proposto ao educando.

A educadora Isabel Barca nos fala sobre isso

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação (Barca, 2004, p. 131).

Desenvolver metodologias educacionais relacionadas ao local, a comunidade em que vivem os estudantes, impõe a necessidade de construir as etapas da aprendizagem com o protagonismo dos estudantes, pois como diz Fonseca:

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver; logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens. Assim, o ensinar e o aprender História não são algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade, de forma ativa e crítica. A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas, está viva entre nós (Fonseca, 2006, p. 132).

#### **4.1 O lugar**

O município de onde falamos, Jijoca de Jericoacoara, conquistou sua emancipação em 1991, pela lei nº 11.796, de 06 de março de 1991, após plebiscito realizado no dia 17 de setembro de 1990, no qual a população local expressou sua vontade de obter autonomia frente ao município de Cruz, do qual era distrito.

O primeiro prefeito do município foi um espanhol chamado Sérgio Herrero Gimenez, investidor da região que decidiu explorar seu potencial turístico ao detectar na região, grandes possibilidades de lucro. Criou ali uma agência de turismo e uma boate chamada Hippopotamus. Desde então, o município somente intensificou o turismo como principal atividade econômica, eixo no qual a maior parte da população ocupa, e de certa forma, é dependente, sem a qual não existiriam boa parte dos empregos da cidade e desampararia muitas famílias. Jijoca de Jericoacoara se tornou uma cidade para turistas, os investimentos estrangeiros reforçam esta impressão, ao notarmos que desde a entrada, há a presença de elementos exógenos à cultura local, como um pórtico construído pelo empreendimento internacional Hard Rock Café, sem nenhuma identificação com os moradores.

Como os estudantes, familiares, comunidade como um todo, enxergam esta construção narrativa pautada no patrimônio natural local? Os habitantes possuem suas próprias percepções, e nem sempre estão contempladas no espaço público. Queremos através deste trabalho contribuir para a visibilidade das narrativas deles sobre seu próprio lugar, entender como se relacionam com esta visão mercadológica sobre a própria comunidade, e potencializar o olhar desse povo sobre si mesmo. Pretendemos, assim, promover a diversidade de olhares sobre os lugares, estimulando a alteridade e o respeito às diferentes narrativas históricas presentes na comunidade local. Dessa forma, a história local proporciona significado e relevância aos conteúdos trabalhados em sala de aula, aproximando os estudantes da importância da disciplina histórica para suas vidas práticas.

O trabalho com a história local no ensino da História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico, ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e trabalhado, contribui para a construção de consciência histórica (Schmidt, Cainelli, 2004, p. 114).

Fundamentalmente, este trabalho busca compreender como podemos contribuir através da história local, à uma formação de consciência histórica, que é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu

mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rusen, 2001, p. 57). O trabalho com a história local contribui para a construção da consciência histórica dos alunos, permitindo a análise de diferentes perspectivas e a compreensão da temporalidade e do espaço. Além disso, promove a contextualização e permite aos alunos relacionarem eventos históricos com o ambiente em que vivem, facilitando a compreensão e a contextualização dos fatos. Ademais, ao conhecer a história de sua região, os estudantes podem desenvolver um senso de identidade e pertencimento, valorizando sua cultura e suas raízes.

Fazer história local é, antes de qualquer coisa, falar de gente.

#### **4.2 O que são mapas afetivos?**

Mapas são instrumentos de representação que buscam expressar um conhecimento objetivo, técnico e pragmático sobre o espaço físico, utilizado tradicionalmente com o objetivo de identificar padrões sociais sob a visão conotativa de verdade científica, realidade objetiva e representação do real. De acordo com Kosel (2013):

Embora os mapas tenham sido concebidos como uma representação plana e matematicamente precisa da superfície terrestre, eles contêm uma forma ideológica de apresentar o espaço geográfico, que reflete, sobretudo, uma abordagem sociocultural, proveniente de um discurso, que muitas vezes é reproduzido e serve de manipulação ideológica (Kosel, 2013, p. 129).

Os mapas podem, contudo, ser vistos como construções socioculturais devido à sua natureza complexa e multifacetada, que reflete não apenas a geografia física, mas também as percepções, valores, crenças e práticas culturais de uma sociedade. Os mapas enquanto representação cultural podem incluir visões de mundo, relações de poder, identidades e memórias coletivas. Eles podem incorporar símbolos, cores e estilos que são culturalmente significativos para aqueles que os criam e os utilizam.

Compreendemos, portanto, que a utilização de mapas no contexto escolar, permite a expressão de diferentes formas de percepção sobre a realidade social pelos estudantes, que através de representações cartográficas livres, podem imprimir experiências pessoais e culturais de cada indivíduo. Assim, os estudantes podem refletir as relações emocionais que têm com os lugares, as associações cognitivas que fazem com determinadas áreas e os significados simbólicos que atribuem a diferentes lugares. Podemos revelar, desta forma, a interação complexa entre a percepção individual, a cultura e o espaço, destacando a importância das

experiências subjetivas na construção de representações espaciais. O que para o turismo é o paraíso, para estes estudantes é o lugar de passeio com a família aos domingos, a fonte de renda e sobrevivência por meio da pesca, lugar onde se aprendeu sobre a vida em coisas simples, corriqueiras, mas transformadas em memórias, adquirem uma dimensão afetiva especial. A geógrafa Ana Fani Carlos (1996), tecendo considerações sobre a definição de lugar, diz: “lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (Carlos, 1996, p. 14). Partindo deste pressuposto, atrelamos esta reflexão às considerações de Pierre Nora:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (Nora, 1993, p. 9)

As memórias dispostas em papel por meio de desenhos, fotografias, relatos, se constitui como um exercício de cognição na medida em que os estudantes se voltam a si mesmos para relembrar acontecimentos marcantes em suas vidas e vinculá-los a lugares que sejam relevantes para sua trajetória de vida. Esse procedimento permite uma autorreflexão e é uma expressão artística livre. A memória, contudo, sabemos que não é uma fiel reprodutora do passado, ela está sujeita a variações de acordo com as influências a que as pessoas estão submetidas. De acordo com Nora (1993):

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada (Nora, 1993, p. 204).

Neste trabalho, nos propomos a utilizar a proposta de produção de mapas afetivos confeccionados pelos estudantes sobre sua comunidade, seu lugar, especialmente sobre os espaços que são transformados em produtos comerciais turísticos. Teremos assim, a produção de mapas que possibilitem a expressão de sentimentos a partir de experiências e vivências sócio-espaciais que estejam relacionadas às memórias dos jovens estudantes, obtendo relevância no processo de ensino-aprendizagem atrelando conhecimentos científicos e afetos mobilizados a partir de aprendizados adquiridos nas aulas introdutórias sobre o conhecimento histórico nas turmas de 1ª série do ensino médio da Escola de Educação Profissionalizante Sandra Carvalho

Costa, em Jijoca de Jericoacoara. O ensino de história local está previsto pelo currículo formal nos anos finais do ensino fundamental, mas em nossa proposta, introduzimos este tema como estratégia para aprofundar conhecimentos abordados no início da 1ª série do ensino médio

Minha posição enquanto pesquisador-professor de História também precisa ser esclarecida em relação ao lugar. Moro em Jijoca de Jericoacoara há um ano e cinco meses, e estou presentemente como professor de História nesta escola, EEEP Sandra Carvalho Costa. A vida me trouxe aqui após muitas idas e vindas, alguns reveses, mas principalmente, o desejo de estar aqui. A primeira vez que estive em Jijoca de Jericoacoara era 2015, numa viagem com amigos e minha companheira, que atualmente mora comigo e também trabalha na mesma escola. Este corpo que está aqui, neste lugar, não planejava este caminho inicialmente. Fui professor contratado por tempo determinado (temporário) em escolas da Secretaria de Educação do Estado do Ceará por nove anos, e quando fui empossado como efetivo da rede, em 2021, assumi o cargo numa escola em Guaraciaba do Norte, na Serra da Ibiapaba, e depois em Miraíma, cidade fincada entre Sobral e Itapipoca. Em 2023, após decisão conjunta com minha esposa, a mesma mulher que era minha namorada em 2015 quando visitei Jijoca de Jericoacoara pela primeira vez, solicitamos remoção funcional e começamos a trabalhar juntos aqui, reiniciando a vida.

De acordo com Carlos (2007), quando falamos de lugar, precisamos salientar entre vários aspectos – físico, técnico, funcional -, também devemos enfatizar sua dimensão histórica:

a que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (Carlos, 2007, p.17).

A relação que estabeleço com o lugar Jijoca de Jericoacoara, está ressaltada no trecho acima quando reflito sobre meu percurso para chegar até aqui, pois venho de “fora”, não de outra parte do mundo que torne minha percepção muito diferente dos moradores nativos, ao ponto de haver uma diferenciação de hábitos culturais, mas sou adventício assim como muitos moradores do município, e da mesma forma, como muitos estudantes, e isto foi expressado por eles em seus mapas afetivos como veremos adiante. Ainda de acordo com Carlos (2007):

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento

específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (Carlos, 2007, p.20).

O espaço que é produzido pelas vivências dos estudantes não é de autonomia total deles, afinal, muitos precisam se mudar por decisão dos pais, e na nova cidade, precisam reorganizar suas vidas sociais em ambientes novos, com estranhos, novos colegas de classe. Isto por muitas vezes é desdobramento de mudanças de emprego, novos arranjos familiares, sejam uniões e separações conjugais, ou se tratando de Jijoca de Jericoacoara, pode ser até mesmo uma viagem de férias que afeioou os visitantes ao lugar, e decidiram ficar. São conflitos do mundo moderno.

### **4.3 Mapas afetivos produzidos pelos alunos**

Os alunos receberam instruções sobre como produzir o mapa afetivo em uma aula na qual esclarecemos os conceitos sobre o que é lugar/local. Entende-se local como um espaço geograficamente determinado por limites territoriais que podem corresponder a um município, bairro, região, e etc. Este local se constitui como um lugar, a partir das vivências construídas neste espaço em interação com outras pessoas: familiares, colegas, amigos, que numa interação diversa, constituem laços afetivos e memórias individuais e coletivas.

Há na historiografia o conceito de “lugares de memória” para se referir a monumentos, prédios, celebrações de datas comemorativas para oficializar o que deve ser lembrado, e veladamente, silenciar o que deve ser esquecido. Para nosso trabalho, utilizaremos os lugares afetivos como espaços recheados de memórias dos estudantes para contar suas histórias, e observar se há ocorrência de identificação entre os outros estudantes, o que acontece a partir da identificação, e necessariamente está atrelada ao Outro. Isto é uma forma eficaz de promover o respeito à diversidade, à medida que é possível constatar que existem experiências que embora aparentemente sejam particulares, podem ter bastante em comum com os demais. Assim, acreditamos que os estudantes podem perceber-se enquanto sujeitos históricos, e de forma tangível, perceber suas memórias nos lugares determinados pelos mapas afetivos. De acordo com Barros (2012), o trabalho com história local a partir das memórias dos estudantes:

pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica (Barros, 2012, p. 72).

A utilização dos mapas afetivos também se configura como uma forma de engajar os alunos ativamente na “construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer (Neves, 1997, p. 7)”. Construindo, portanto, uma proposta pedagógica que “fundamenta-se na história do cotidiano e apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns na constituição histórica e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais” (Barros, 2013, p. 317).

Para ilustrar, apresentamos alguns mapas afetivos obtidos na internet. Diante das solicitações, também oferecemos a possibilidade de produzirem mapas digitalmente utilizando programas de computador e celular. Também sugerimos que os alunos incluíssem fotografias de acervos pessoal e familiar. Apresentaremos alguns mapas afetivos a seguir para análise.

Figura 5- Mapa afetivo produzido por aluno I



Fonte: acervo do autor



O aluno que produziu o mapa acima é apaixonado por desenho e especialmente, desenhar mapas. Nas aulas de História, quando eu desajeitado desenhava no quadro mapas do Brasil, América, ou do continente africano, ele pedia para desenhar, ao passo que eu entregava o pincel e ele impressionava a todos com sua habilidade. É uma das produções mais bonitas que recebi nas apresentações. Dentre as fotos, ele incluiu fotografias da família, amigos, momentos na escola com colegas e também na igreja, pois é religioso e coroinha da Igreja Católica. Estes lugares estão destacados no mapa afetivo, as escolas em que o jovem estudou no infantil, fundamental e agora, no ensino médio. As fotografias selecionadas pelo estudante para ilustrar seu mapa afetivo são intencionalmente escolhidas para narrar suas afinidades, o gosto pelos estudos, ostentando medalhas olímpicas. A igreja matriz municipal, de Santa Luzia, também está destacada como lugar afetivo. Entre os lugares de lazer, onde construiu memórias especiais, mencionou a Lagoa do Paraíso, de Jijoca de Jericoacoara, que é o maior destaque na sua ilustração, de forma fidedigna à realidade, uma vez que a grande lagoa cobre vasto território que abrange além de Jijoca, também o município de Cruz. Trata-se de um dos principais atrativos turísticos da cidade. Assim como muitos alunos moradores locais, para ele, a lagoa é um espaço de lazer e diversão desde a infância, quando ia acompanhado com seus familiares. Algo mencionado pelo aluno também que foi bastante frequente nas demais apresentações, foram os passeios escolares na lagoa ao final do ano letivo, supervisionado pelos professores. A lagoa é um lugar que os moradores locais possuem uma afetividade especial, mas nos últimos anos tem sido apropriada por empreendimentos privados que tentam obstaculizar a presença de visitantes não pagantes. Assim como aconteceu em Jericoacoara, como discutimos no capítulo anterior, na área da Lagoa de Jijoca também houve uma pressão externa sobre os nativos pela apropriação das terras para construção de empreendimentos turísticos.

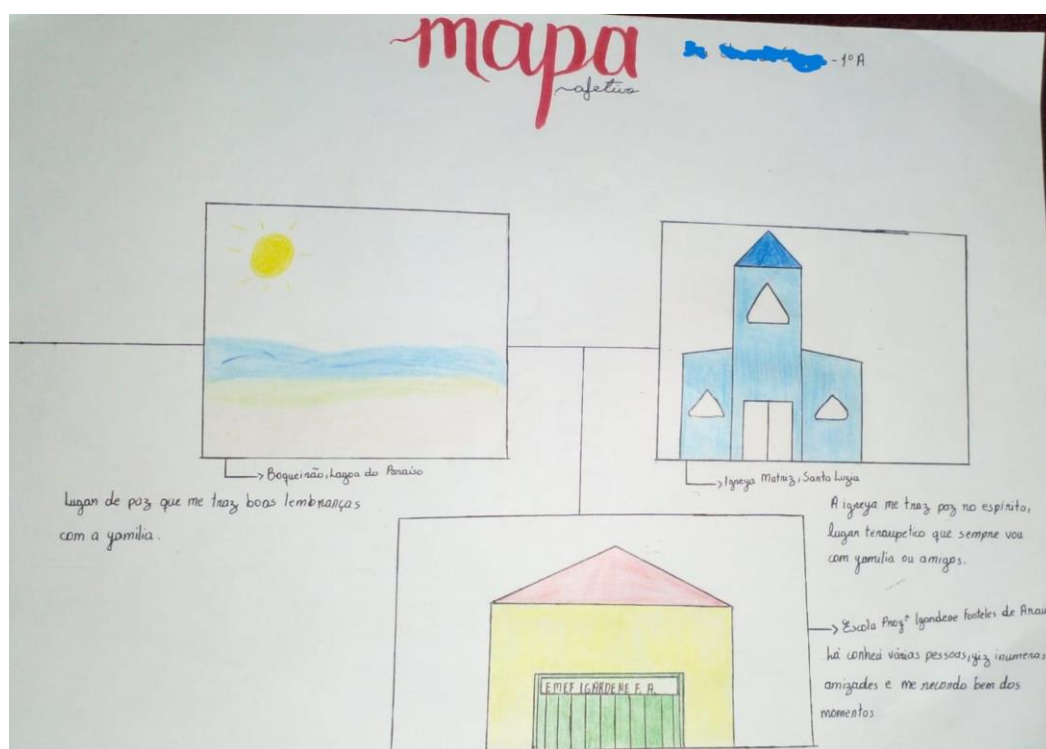
Outro problema a ser considerado é o mercado de terras, já que as populações locais não possuem registro legal de propriedade da terra ocupada e são, geralmente, deslocadas para dar lugar à expansão das atividades turísticas e de lazer. Com o turismo, as terras passam a ser supervalorizadas aumentando a pressão de empresários sobre os nativos, os quais se tornam proprietários do lugar (Ceará, 2019, p.71).

Ir à lagoa aos domingos é um programa bastante comum entre os jijoquenses, e os alunos mencionaram nas apresentações de mapas afetivos que essa atividade perdura em suas lembranças de maneiras especiais, como um aluno que citou um episódio quando passeou de barco com seu pai para uma pescaria naquelas águas.

De acordo com Montenegro (2011, p.19) “A memória tem como característica fundante o processo relativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando um imaginário que se constituiu em uma referência permanente de futuro”.

Há uma Unidade de Conservação (UC) para proteger a Lagoa de Jijoca, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Jijoca, criada por meio do Decreto Estadual nº 25. 975, de 10 de agosto de 2000, que abrange uma área de 3.995,61 ha nos municípios de Cruz e Jijoca de Jericoacoara, no Estado do Ceará. Entre os objetivos da criação da APA está “desenvolver, na população regional, uma consciência ecológica e conservacionista (Ceará, 2019, p.17)”. Acreditamos que atividades como esta, que fortalecem nos estudantes o sentimento de pertencimento, e realça os afetos que possuem pelos lugares afetivos, contribuem para a formação de uma consciência ambiental.

Figura 6 - Mapa afetivo produzido por aluno II



Fonte: Acervo do autor

Neste mapa, temos novamente a lagoa, com a descrição indicando especificamente a área conhecida como Boqueirão, trecho próximo aos quiosques privados, frequentado por moradores banhistas que buscam uma alternativa de lazer na lagoa sem precisar pagar para usufruir do lugar. Novamente temos a presença da igreja matriz Santa Luzia, o que indica a forte religiosidade presente entre os nossos estudantes, um traço comum de cidades do interior,

o que demonstra a permanência de alguns traços culturais de cidade pacata num lugar fortemente impactado pelo turismo de massa, com visitação internacional. A escola novamente   retratada no mapa, o que pode ser compreendido pelo fato de ser um dos principais lugares de socializa o para crianças e adolescentes, e onde são construídas muitas memórias, positivas e negativas.

Figura 7 - Mapa afetivo produzido por aluno III



Fonte: Acervo do autor

Neste mapa, observamos a presença de lugares como o NAEC (Núcleo de Arte, Educação e Cultura), espaço do governo municipal com atividades culturais como danças, artes visuais, teatro e música para a população local, com enfoque especial entre os jovens da educação básica, desenvolvendo vários projetos junto às escolas em arte-educação. A estudante relatou que o local é importante pois foi onde ela aprendeu a expressar sua criatividade e apresentar-se ao público, e tocar instrumentos musicais. Novamente, observamos a presença de fotografia na lagoa de Jijoca, com amigos. Jericoacoara também aparece no mapa afetivo com destaque para a praia principal, faixa próxima   área dos hotéis, onde há maior fluxo de turistas, e com destaque para o famoso pôr-do-sol de Jeri. Na apresenta o, a aluna mencionou a tristeza pelo progressivo desaparecimento da “duna do pôr-do-sol”, uma grande duna que era utilizada para observar a estrela rei desaparecer no horizonte sobre o mar, atraindo muitos turistas, mas

também moradores. O motivo para o desaparecimento da duna foram as grandes construções na vila de Jericoacoara, que modificaram o curso do vento que transportava a areia que formava a duna. Esse dano permanente à Jericoacoara, que fez desaparecer um lugar muito bonito que era desfrutado pelos moradores e turistas, é mais uma das evidências do impacto ambiental causado pelo turismo predatório em Jericoacoara que afeta especialmente os nativos, pois por permanecerem no lugar, ficarão órfãos perpetuamente desta beleza natural. No mapa da aluna acima ainda é possível identificar o Serrote, o grande promontório que fica ao lado da vila, sobre o qual existe uma vegetação da caatinga na beira-mar, uma ocorrência peculiar de Jericoacoara. A aluna relatou a partir das fotografias, memórias da infância, quando ia ao Serrote “explorar” com suas amigas e primas.

Figura 8 - Mapa afetivo produzido por aluno IV



Fonte: Acervo do autor

O mapa acima foi produzido digitalmente por uma aluna nativa de Jericoacoara, a mesma que reconheceu seu avô na reportagem da Revista Manchete analisada em sala de aula, mencionada no capítulo 2. A aluna selecionou fotografias de acervo próprio de lugares especiais de sua infância. Alguns alunos presentes na sala de aula na apresentação da aluna se identificaram com as lembranças e reiteraram que também vivenciaram algumas das práticas relatadas pela jovem, sendo alguns até mesmo seus amigos. Constitui-se, portanto, um momento de convergência de experiências que se revelam coincidentes, gerando uma familiaridade, o que resulta numa coesão e formação de identidades comuns., a partir do outro, uma vez que:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1992, p.5).

Os relatos dos estudantes terem elementos em comum podem, portanto, que veladamente entre eles possa ocorrer de forma parcial, mesmo que inconscientemente, adesões e apropriações de memórias de outrem por afinidade pessoal, ou imputados pelo sentimento de desejar fazer parte daquele grupo que está se integrando pelas memórias compartilhadas. Ainda, de acordo com Pollak:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p.5).

Estes lugares são visitados por turistas do mundo inteiro, mas para estes jovens, esses espaços fazem parte do seu dia a dia, são o quintal de casa. Questionei os alunos se hoje em dia, alguma vez eles tiveram sua rotina de passeios modificada pela atividade turística intensa nos períodos de alta temporada, e as respostas foram mistas, alguns disseram que os pais não permitem que os filhos saiam sozinhos à noite quando a vila está muito movimentada, enquanto alguns disseram que continuam indo normalmente, às vezes até mesmo acompanhados de familiares. Todos foram unânimes ao dizer que os ambientes ficam mais sujos com a alta presença de visitantes.

Abaixo temos alguns registros da experiência das apresentações dos mapas afetivos. É um momento sublime para todos, os alunos ficam ansiosos por estarem falando diante de todos os colegas de classe, o professor fica igualmente ansioso por ver o resultado do trabalho desenvolvido. Quando os primeiros alunos se apresentam, a tensão vai aos poucos se esvaindo e os colegas interagem, riem, às vezes o professor precisa intervir para as brincadeiras não saírem do prumo e atrapalhar o processo, mas tudo flui de forma muito espontânea e agradável. Alguns alunos naturalmente se saem melhor do que outros por possuírem melhor desenvoltura e habilidades retóricas, mas a média geral é de ótimas apresentações e mapas. Alguns estudantes se emocionaram nas apresentações ao falar sobre familiares, alguns expressaram dor pela perda de entes queridos, um aluno em especial não segurou as lágrimas ao falar do irmão com quem não mantém mais contato. São momentos de comoção respeitados por todos da turma, que em silêncio, se solidarizam. A sala de aula é um espaço vibrante, pulsa de variadas formas, ao

mesmo tempo que deve ser lugar de aprendizado de conhecimentos acadêmico-científicos, também é um lugar de amadurecimento e desenvolvimento de competências socioemocionais como amabilidade, resiliência, tolerância ao estresse e à frustração, assim como autogestão. Uma atividade como esta contribui para explorar essas diferentes facetas da aprendizagem e do desenvolvimento da consciência histórica.

Figura 9 - Apresentação de mapa afetivo



Fonte: Acervo do autor

Figura 10 - Apresentação de mapa afetivo



Fonte: Acervo do autor

Como aponta Schmidt e Garcia (2008), o ensino de história local pode ser atrelado a temas e experiências dos estudantes para tornar o ensino mais significativo, uma vez que relacionando a história às vivências particulares e coletivas, é possível contribuir para a formação de identidades individuais e de grupos. Trata-se de uma metodologia que combina a construção, aprendizagem e compreensão do conhecimento histórico a partir de “suas aproximações cognitivas e afetivas, sua vivência cultural, com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana entendida como expressão concreta de problemas mais amplos, que envolvem, desde a realidade mais próxima como a mais ampla. (Schmidt e Garcia, 2008, p. 73).”

No contexto da educação histórica, compreender a cultura histórica dos alunos e da comunidade em que estão inseridos é essencial para promover um ensino mais significativo e contextualizado. Ao considerar as diferentes perspectivas e interpretações presentes na cultura histórica, buscamos estimular a reflexão crítica dos alunos sobre o passado e sua relevância

para o presente a partir da confecção e apresentação destes mapas afetivos em sala de aula, onde foi possível os estudantes compreenderem melhor sobre si mesmos, seus grupos sociais, acessar memórias familiares e principalmente, compreender como se situam enquanto sujeitos históricos, numa percepção de si mesmo enquanto artesãos de um artefato que funciona como um condensador que reúne em si representações do passado, memórias e histórias.

Selecionamos alguns trechos de textos produzidos pelos alunos sobre a experiência de realizar os mapas afetivos, é uma boa forma de entender como eles avaliaram a proposta, e o mais importante, como acolheram.

A tarefa passada pelo professor foi a produção de um mapa afetivo, enquanto realizava o meu mapa recordei diversas memórias boas que aquecem o coração e durante as apresentações dos trabalhos gostei de saber os locais que fizeram parte da vida de meus colegas. No geral, essa atividade, além de oferecer mais aprendizagem sobre meu município, entendi alguns lugares para a nossa construção como pessoas. (Aluno z)

A aula que tivemos para apresentar o mapa afetivo me marcou muito, confeccionar o mapa, me fez lembrar de momentos muito bons, de lugares que eu frequentava bastante com minha família e amigas, me proporcionou também uma longa conversa com a minha mãe, onde ela me relatou memórias do passado dela em um clube que até hoje ainda é usado para fazer alguns encontros e festas. (aluna x)

A atividade que mais me chamou a atenção com certeza foi o mapa afetivo, foi muito nostálgico relembrar lugares com memórias importantes para mim, e poder compartilhar e ver as memórias afetivas dos meus colegas foi muito emocionante e com certeza fortaleceu a nossa relação com a turma, criando mais intimidade e mais afeto com o outro. Só posso dizer que para mim foi muito especial trabalhar com a história da minha cidade e ainda mostrar para os outros o quanto nossa cidade é importante e traz consigo memórias especiais. (aluna ç)

A partir dos trechos selecionados acima, podemos notar que os alunos compreenderam que a proposta da atividade era sim, discutir a história do município, mas a partir de suas vivências também, colocando-as como lente de análise através das memórias afetivas sobre lugares especiais para si, família e amigos. A aluna que mencionou o fortalecimento dos laços entre os estudantes da classe a partir da apresentação, quando puderam conhecer mais um pouco sobre cada um, é uma comprovação da contundência dessa metodologia na busca da construção de uma cultura de paz que preserve a diversidade, o pluralismo e o respeito ao outro. Chamou minha atenção especialmente o relato da aluna que disse ter conversado com a mãe durante a produção do mapa, em busca de memórias, o que levou a mãe a também relembrar coisas importantes de sua vida relacionadas a um lugar, um clube. A cidade é viva, e é povoada também por lembranças vivas que dão cor aos lugares, que aparentemente até podem estar opacos pela passagem do tempo, com paredes desgastadas e

reboco descascando, mas em cada lugar, travessa, beco, ruela, trecho à beira mar, ou na lagoa, existem memórias.

Falar de história local, é sobretudo, falar da gente.



## **5 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.**

Apresentaremos nesta seção, uma proposta maturada a partir desta pesquisa para o ensino de História Local nas escolas de educação básica. Compreendemos que cada nível de ensino possui suas especificidades, dados os diferentes graus de abstração e cognição dos estudantes, contudo, cremos que a partir da autonomia do professor em sala de aula, é possível fazer modulações para adequar as abordagens de maneira que se adequem ao público alvo selecionado. No nosso caso, desenvolvemos esta proposta com alunos da 1ª série do Ensino Médio.

### **5.1 Introdução de conceitos**

Aproveitamos a conveniência do currículo escolar concebido logo no início do ano letivo prevendo a realização destas atividades, portanto, inserimos intencionalmente logo no primeiro bimestre (período, como chamamos na rede estadual do Ceará), os primeiros passos para preparar os estudantes para desenvolverem a atividade forma proveitosa. Os livros didáticos de História da 1ª série já trazem no primeiro capítulo páginas destinadas à introdução de conceitos elementares da ciência histórica, e aí iniciamos a sementeira para desenvolver nosso projeto de pesquisa. Iniciamos definindo o que é História, qual o ofício do historiador, o que são fontes históricas (escritas, não escritas), procurando sempre vincular ao cotidiano dos estudantes, por exemplo, mencionando seus objetos pessoais, itens domésticos, e até mesmo os materiais escolares, construindo a compreensão ampla do repertório conceitual sobre a nossa disciplina, ou no vernáculo da rede de ensino, o componente curricular, História. Para consolidar esta parte de forma satisfatória, consideramos necessário duas aulas, o que estipula-se na rede estadual de ensino em cem minutos. Sugerimos a realização de atividades para aferir o aprendizado do estudante, podendo ser aplicados questionários.

### **5.2 Análise de fontes históricas**

A próxima etapa de nossa empreitada pedagógica consiste agora, em submeter fontes históricas à análise dos estudantes, de forma orientada e iniciando com fontes de grau de dificuldade de análise mais baixos, sendo preferível no caso de fontes escritas, documentos recentes que tenham uma grafia moderna. Sugerimos letras de músicas, trechos de obras

literárias e textos jornalísticos. Para aguçar os sentidos, e instigar os jovens que são muito sensíveis à apelos visuais, as fontes iconográficas também são ótimas alternativas, desde gravuras como pinturas do período colonial (Debret, Rugendas, Frans Post), até fotografias que possam ser projetadas num multimídia para que a turma faça uma análise conjunta através da metodologia “tempestade de ideias”, organizando na lousa os apontamentos dos estudantes que o professor considerar pertinentes. O professor, enquanto especialista, e mediador do conhecimento neste processo, atua como peça fundamental na estruturação da atividade, podendo observar criteriosamente os alunos mais engajados nas atividades para realizar uma avaliação processual, evitando que a avaliação seja resumida a critérios quantitativos que são importantes, mas não dão conta da complexidade do processo de ensino-aprendizagem.

Feito isto, sugerimos introduzir fontes históricas que dizem respeito à história local da comunidade, bairro, cidade ou região. No nosso caso, utilizamos fontes históricas jornalísticas, como a reportagem do jornalista Herman Nass, publicada na Revista Manchete em 1984 sobre Jericoacoara, quando a vila de pescadores começou a atrair atenção de turistas do Brasil inteiro e mundo afora. A reportagem que selecionamos é muito rica em descrições literárias, poéticas, mas também possuem um tom narrativo jornalístico instigante de denúncia, além de ser bastante ilustrada com muitas fotografias que estão relacionadas ao texto.

Os estudantes neste processo podem participar ativamente a partir de provocações do professor, que atua como um orientador na aprendizagem histórica, influenciando o desenvolvimento da consciência história e do senso crítico, realizando desde análises semióticas das páginas projetadas na lousa com multimídia, até esmiuçar os meandros das entrelinhas presentes no texto analisado.

A seguir, o professor pode elaborar questões sobre a fonte analisada para balizar o processo de forma mais controlada, porém, as respostas precisam ser livres, a fim de permitir que os estudantes expressem suas opiniões acerca das questões levantadas a partir de suas percepções pessoais e vivências, porque afinal de contas, não estamos falando de qualquer lugar, mas sim, sobre a própria comunidade na qual os alunos estão inseridos, portanto, eles não podem (jamais poderiam) ser tutelados de forma castrar suas considerações. Todas são pertinentes para a análise.

Sugerimos que a fonte seja analisada de forma conjunta em duas aulas, o que corresponde a cem minutos na rede estadual de ensino. Na aula seguinte, propomos que o questionário seja aplicado e na aula seguinte ocorra a socialização de respostas para todos da sala de aula, a fim de aprofundar a análise da fonte cruzando diferentes interpretações e fornecendo ao professor novos elementos para sua aferição do aprendizado.

### 5.3 Mapas afetivos

Nesta etapa da sequência didática, consideramos necessário utilizar uma aula (cinquenta minutos) para apresentar aos alunos os conceitos básicos sobre o que são mapas, representações cartográficas, com a demonstração de mapas através de projeção multimídia. Em seguida, apresentamos aos estudantes a proposta de atividade, que será o mapa afetivo, para isso, é necessário fortalecer junto aos alunos novamente os conceitos apresentados nas primeiras aulas sobre o repertório que abrange: história, memória, fontes históricas escritas e não escritas. É importante frisar que esta atividade seja pessoal, não necessariamente deve ser feita sozinha, encorajamos os estudantes a pedirem ajuda aos familiares para conversarem sobre suas memórias, e principalmente, na busca por vestígios destas memórias, como fotografias, por exemplo, que podem ser inseridas no mapa afetivo para torná-lo mais completo. Recomendamos que seja estipulado um prazo razoável para os alunos conseguirem desenvolver a proposta, nós concedemos uma semana.

Na aula seguinte, realizamos as apresentações dos mapas afetivos. Em nossa proposta observamos que são necessárias no mínimo duas aulas (cem minutos), para que os alunos possam ter tempo suficiente para apresentarem seus mapas afetivos de forma satisfatória. Alguns estudantes depositam grandes emoções nos seus mapas, e quando apresentam deixam aflorar sentimentos que são explicitamente compartilhados com todos da turma, um momento solene que requer sensibilidade de todos para não haja constrangimento. Recomendamos que o professor antes das apresentações faça um alinhamento com a turma, para que respeitem o momento de fala de todos os estudantes para que se sintam ouvidos e à vontade, assim como o estudante em questão gostaria de sentir quando fosse sua apresentação. Observamos que na maioria das vezes conseguimos o objetivo, e embora alguns alunos mais tímidos não consigam apresentar o mapa afetivo a todos da turma, solicitamos que fizesse pelo menos o envio do mapa afetivo em formato virtual.

## 6. Considerações finais

Primeiramente, gostaria de expressar a alegria enquanto escrevo este texto da conclusão, ou considerações finais - como queira chamar -, pois agora vislumbro de verdade um fim para esta jornada que foi o mestrado. Peço licença aos estimados examinadores da banca e aos demais leitores para ser um pouco mais direto e informal.

A escolha deste tema estava há muito tempo feita, antes mesmo de conseguir a aprovação. Sempre me despertou interesse enquanto professor engajar os alunos em aulas para que eles realizem coisas, “coloquem a mão na massa”. Na graduação, quando morava em Cariré, trabalhei sobre história local no meu trabalho de conclusão de curso utilizando a estratégia das aulas de campo, o que era bastante divertido e atraía muitos alunos, inclusive de outras turmas. Quando comecei a sonhar com um mestrado, especulava sobre qual tema iria me debruçar na pós-graduação. Por um tempo, enquanto desejava fazer o mestrado acadêmico, cogitei pesquisar sobre um dos meus maiores interesses pessoais, que é a música. Entretanto, quando de fato tentei fazer algum mestrado, e foram várias tentativas, sempre foi para o ProfHistória, porque para mim era o que fazia mais sentido. O ProfHistória se adequa até certo ponto às condições de vida e trabalho de um professor da educação básica, com horários estrategicamente definidos. Cabe aos professores tentar fazer os ajustes do lado de cá. Porém, primeiro precisa da aprovação. Quando a minha aprovação chegou, finalmente em 2022, logo mudei de cidade, e passei a morar em um lugar chamado Miraíma, uma pequena cidade na região norte. Lá, fui professor ministrante de disciplinas optativas, dentre elas, História do Ceará e depois, História Local. Foi então quando comecei a desenvolver um projeto de analisar fontes históricas com os alunos sobre o próprio lugar. Ficava horas nos sites vasculhando fontes, vestígios da atividade humana na vida local, tal como o ogro vasculha em busca de alimento. Contudo, meus planos não vingaram. Precisei mudar de cidade.

Morando em Jijoca de Jericoacoara desde 2023, precisei modificar minhas ideias para ajustá-las à nova realidade, estava em outra cidade, com outros alunos e numa escola com perfil bastante diferente da anterior, em Miraíma. Agora, estava trabalhando como único professor de História de uma escola de educação profissionalizante, no interior, na cidade que possui um dos melhores índices educacionais do estado do Ceará na educação básica. Para estudar na escola que trabalho, é preciso passar por uma rigorosa seleção através das notas do boletim escolar do ensino fundamental. Supostamente, ingressam os “melhores”.

Me deparei com uma variedade de fontes, referenciais bibliográficos e muitas possibilidades para desenvolver uma pesquisa de grande potência. No entanto, o que me faltava

era tempo. Ser professor de História numa escola de educação profissional é sinônimo de ter uma carga horária muito extensa de regência efetiva em sala de aula, e nestas escolas, professores recebem alta cobrança de desempenho excelente, cobrança essa proveniente dos pais, alunos e é claro, da gestão escolar.

Fiquei muito tempo paralisado pelo cansaço extremo e a dificuldade de encontrar energias para conseguir fazer um bom trabalho acadêmico, já estava demasiadamente dedicado em fazer um bom trabalho na escola, era um professor efetivo, porém em estágio probatório, e já havia vivenciado episódios suficientes de assédio moral e perseguição para me prevenir e buscar fazer um trabalho irreparável para não haver riscos de retaliação.

Nesse ínterim, me dei conta de uma coisa: estava morando no paraíso. Ou pelo menos é o que as placas dizem. Então tentei aproveitar o que há de melhor nesta cidade, e desfrutar daquilo que os turistas vêm de longe para desfrutar. Enquanto eu moro aqui. Foi aí então que passei a enxergar o lado de cá da situação, já havia sido turista, e agora como morador (adventício), experimentei novas sensibilidades e me relacionei com o lugar com novos afetos, e principalmente, me tornei um rigoroso examinador dos impactos que o turismo de massas e os empreendimentos do ramo hoteleiro causam na vida das pessoas e no meio ambiente. Sendo professor, tenho contato com pessoas de diferentes tipos, classes sociais e de localidades diversas. Tenho ao meu alcance uma amostragem muito acurada do que é a realidade social brasileira, afinal, aqui não existem escolas particulares, então há raríssimas exceções de moradores mais abastados que enviam seus filhos para estudarem em outros municípios. Alguns iam para a escola em Acaraú da mesma modalidade que a nossa, mas agora, com uma escola profissionalizante em Jijoca, isso não faz mais sentido. Tenho alunos muito ricos, outros muito pobres, e bastante alunos nesta zona cinzenta que é a abissal desigualdade social que é tão comum no nosso país.

Comecei então a pensar: como posso contribuir de forma significativa para a vida desses jovens, e também para a comunidade? Então decidi colocar em prática este trabalho que está em vossas mãos, e agora vamos avaliar até que ponto fui ou não bem sucedido.

Bem, a realidade de um professor que lida com várias demandas rotineiramente excessivas de uma escola que se espera ter resultados extraordinários não é fácil. Muitas vezes não consegui dar início às atividades da pesquisa em sala de aula, porque antes necessitava de um planejamento adequado para conseguir fazer um bom trabalho que fosse sistemático, e conseguisse colher os dados que precisava para a pesquisa. Daí, aos trancos e barrancos e com muita dificuldade, conseguimos alcançar a qualificação, e depois a preparação para a realização das oficinas didáticas. Para minha surpresa, foi relativamente fácil encontrar fontes sobre

Jericoacoara, afinal, trata-se de uma das praias mais famosas do mundo. Entretanto, reunir tudo isso e organizar de maneira que fosse aplicável em sala de aula foi um grande desafio. Como temos uma cobrança excessiva por resultados, eu mesmo internalizar isso e sempre que pensava em realizar as oficinas, esbarrava no cronograma de execução do plano de curso de História que é muito extenso no ensino médio, e eu coloquei como meta pessoal conseguir explicar tudo para os alunos, por isso minhas aulas exigiram um planejamento rigoroso com muito estudo, o ritmo é intenso. Por muitas vezes, então, me deparei com a situação de não aplicar as oficinas porque não daria tempo, atrasaria o conteúdo, entre outras coisas que comprovam como reproduzimos a lógica fabril da produtividade na educação. Isso é um problema grave a que muitos professores estão submetidos, e às vezes não se dão conta, ou então se dão conta, tentam se desvencilhar, e sofrem com retaliações de superiores. E há aqueles que conseguem manobrar esta vigilância, e engajar os alunos, até mesmo os coordenadores escolares, em projetos de educação baseados em metodologias ativas, uma palavra da moda que utilizamos para conseguir o aval para realizar coisas bacanas.

Só consegui o espaço ideal para realizar as minhas atividades e oficinas didáticas quando houve uma mudança na gestão, e com uma nova direção geral escolar, me senti à vontade para colocar em prática o que havia planejado para meu mestrado. Convenientemente, também recebi a oportunidade de integrar a gestão no cargo de coordenador pedagógico, e assim, eu pude garantir a mim mesmo que eu teria plenas condições para fazer o que fosse necessário para promover a educação histórica e influenciar no desenvolvimento da consciência histórica entre os estudantes da minha escola. Eu era jogador e também dono da bola.

Felizmente, a experiência foi bastante positiva, os alunos se envolveram, colaboraram e até mesmo na avaliação bimestral que é feita sobre a escola, funcionários e professores, para mim, foram somente elogios. Que felicidade.

Gosto de falar sobre história local porque os alunos se interessam bastante, é um tema relevante e uma estratégia interessante para desenvolvimento da consciência histórica, e se houver fontes à disposição com facilidade, melhor ainda.

Estou em Jijoca de Jericoacoara, um lugar que me acolheu bem, e eu percebi que é um lugar muito diferente do que é vendido pela publicidade turística, e percebi que os alunos não coadunam com tais narrativas. O paraíso é aqui, até o momento que ele é contaminado pelo pecado original, a introdução do dinheiro. Mas isso é inevitável, e um dos objetivos de nossa pesquisa foi justamente desconstruir essa ideia de primitivismo sobre uma comunidade que está inserida na relação global de turismo de praias paradisíacas. Mas mesmo assim, este lugar permanece sendo o lar de muita gente, e essas pessoas precisam ser respeitadas em seu lugar,

não podem ser vítimas de assédios para se desfazerem de seus bens a baixo preço para satisfazer a sede do lucro dos poderosos, que ao contrário dos nativos (a maioria), não se importam com os danos causados pelo impacto ambiental causado por construções que desmatam, perturbam a fauna local, acumulam riquezas e não reverterem isso em melhorias para o povo. É preciso ressaltar que a responsabilidade disso também é compartilhada, pois o poder público foi, e é até hoje inerte, age por conveniência, e não raramente também se beneficia da exploração do patrimônio natural local, e por isso precisamos conscientizar nossos jovens. A análise de fontes históricas serve como um bom modo para esclarecer como aconteceu no passado os eventos que resultaram na vida como ela é hoje, e instigar os alunos a perceberem que o que foi, ainda poderá ser novamente.

Os mapas afetivos são importantes instrumentos didáticos, poderosos em mobilizar afetos e memórias, para assim reforçar entre os estudantes os sentimentos de pertencimento e identidades, que sejam plurais, compartilhadas e cada uma a seu próprio como com suas peculiaridades, mas sobretudo, que nossos alunos consigam compreender os riscos de falsas promessas, e que se não foram esclarecidos, organizados e politicamente engajados, há o grande risco de tudo o que torna este lugar paradisíaco, ser um privilégio para poucos endinheirados, e no futuro, tudo se tornar um cenário pós-apocalíptico. Já há danos visíveis, o fim da duna do pôr do sol em Jericoacoara é uma prova disso. As mudanças climáticas não estão longe daqui. Não podemos aguardar para o pior acontecer, precisamos agir já!

## REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades.** In: RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos e VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Ensino de história e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: formação de professores e prática de ensino.* Jundiaí: Paco editorial, 2017.

AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. **A BNCC e a formação de professores: os atores e os atos de resistência. Retratos da Escola,** [S. l.], v. 13, n. 25, p. 13–30, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.989. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/989>. Acesso em: 8 set. 2023.

**ALCE (Ceará). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Nomes e histórico: João Jaime Perfil. In: NOMES e histórico: João Jaime Perfil.** [S. l.], 1 maio 2024. Disponível em: <https://www3.al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/78-pp/257-joao-jaime#:~:text=Pertence%20a%20tradicional%20fam%C3%ADlia%20pol%C3%ADtica,tendo%20sido%20presidente%20da%20C%C3%A2mara>. Acesso em: 1 maio 2024.

ARAÚJO, Nicodemos. **Jericoacoara.** Acaraú (CE): Prefeitura Municipal, 1987.

ARAÚJO. Município de Acaraú. Imprensa Oficial do Ceará, 1971

ARAÚJO, Vicente Freitas – **O Carpinteiro das Letras: perfil biobibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo,** Tanoa Editora, 2004.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação.** In. *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica.* Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144. Disponível em Acesso em 07 de novembro de 2023.

BATALHA, C. H. M. **Qual futuro para a história social?.** Trashumante. *Revista Americana de Historia Social,* [S. l.], n. 20, p. 1–6, 2023. DOI: 10.17533/udea.trahs.n20a14. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/trashumante/article/view/350645>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios,** São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 11/07/2023.

BARROS, C. H. F. . **Ensino de História, memória e história local. Revista de História da UEG,** [S. l.], v. 2, n. 1, p. 301–321, 2013. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451](http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451).. Acesso em: 13 maio. 2024.

BITTENCOURT. Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BOGDAN, Robert Charles; BIKLEN, Sara Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** 12. ed. Porto: Porto Editora, 2013



BORGES, J. **Os senhores das dunas e os adventícios d'além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na costa leste-oeste (séculos XVI e XVII)**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em 04/11/2023

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: História**. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base / Ensino Médio**. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984. (Revogado pela Lei nº 11.486, de 2007). Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental no Município de Acaraú, no Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF 29 out. 1984; 163º da Independência e 96º da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/D90379impresao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D90379impresao.htm) . Acesso em: 2 abril. 2024.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CAIMI, F.E. O que precisa saber um professor de história?. **Revista História & Ensino**, v.21, n.2, p. 105-124, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo, FFLCH, 2007.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2.ed, 1998.

CÂNDIDO, T. A. P. . **E.P. Thompson: História e Luta de Classe**. 1. ed. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2021. 160p.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 100p.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará – Ensino Médio**. Versão lançamento virtual provisória. Fortaleza – CE, setembro de 2021.

CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CHIZZOTI, A. (2003). **A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. Braga, 16(2), 221-236.

EVREUX, Yves d'. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002 [1613].

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História** / Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 4ª. Ed., 2ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados** / Selva Guimarães Fonseca. - Campinas, SP : Papyrus, 2003. — (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. História Oral, v. 9, n. 1, pp. 125-141, 2006

FONTELES, J. O. . **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: ALEPH, 2004

FONTELES. **Inserção dos atores locais na gestão do turismo em Jericoacoara**. REVISTA IBEROAMERICANA DE TURISMO , v. 5, p. 54-69, 2015.

FUSMAN, Carl. **Beauty and the beach**. Crônica, Washington D.C., p. virtual, 14 mar. 1987. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/magazine/1987/03/15/beauty-and-the-beach/bdff84da-f4e9-48c9-baaf-8aba64a96905/>. Acesso em: 8 abr. 2024.

FREIRE, Paulo, 1921-1997 **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos** / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Gleiciane Maria Silveira E. **NARRATIVAS DO HISTORIADOR DA RIBEIRA DO ACARAÚ – NICODEMOS ARAÚJO: QUE HISTÓRIA É ESSA?** (1940 – 1990). 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará, , 2018. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84887> Acesso em: 12 de maio de 2024

GALVÃO, Alessandro G. **Jericoacoara sonhada**. São Paulo: Annablume, 1995.

GINZBURG, Carlo. **A microhistoria e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Universidade federal do Ceará, 1984.

GOUBERT, P. **História Local**. Revista Arrabalde, n. 1, p. 69-82, Mai./Ago. 1988.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HYPÓLITO, Álvaro M. **BNCC, agenda global e formação docente. Retratos Da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 187–201, 2019. DOI: 10.22420/rde.v13i25.995. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 4 nov. 2023.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Cruz; SILVA, Ângela Maria Falcão da. **O local globalizado pelo turismo: Jeri e Canoa no final do século XX**. Fortaleza: EDUECE, 2004.

KOZEL, Salette. **Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais**. In.: SEEMANN, Jörn (Org.). *A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005

MICELI, Paulo. **Uma pedagogia da História In: PINSKY, Jaime (org). O ensino de história e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 37-52.

MÉSZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial.

MOLINA, Fabio Silveira. **Turismo e produção do espaço - o caso de Jericoacoara, CE**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-12022008-103629. Acesso em: 2024-05-13.

MONTENEGRO, Ana Maria da Costa. **Ensino de História: Das Dificuldades e Possibilidades de um Fazer**. In. DAIVES, N. (org.) *Para Além dos Conteúdos no Ensino de História*. Niterói: Eduff, 2000

NUNES, Neila Ferraz Moreira. **História Local: Conceito, trajetória, razões e desafio**.

**Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs3.0.2/index.php/multidisciplinar/article/view/303>. Acesso em 03 set 2023

NEVES, Joana. **História Local e Construção da Identidade Social**. Saeculum – **Revista de História**. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez., 1993

NUNES, Neila Ferraz Moreira. HISTÓRIA LOCAL CONCEITO, **TRAJETÓRIA, RAZÕES E DESAFIOS**. *Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU*, [s. l.], 27 dez. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/multidisciplinar/article/view/303/181>. Acesso em: 10 out. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 10, 1992, pp. 200-215

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. **Cad. Cedes**. vol.30,nº 82,p. 337-411, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KsXhwqjytCThmNKshJFSrzv/?lang=pt#>. Acesso em 19 de jul, 2023.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. A insustentável leveza do tempo: os objetos da sociedade de consumo em aulas de história. **Educ. Rev., Belo Horizonte** , n. 47, p. 179 196, jun. 2008 . Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982008000100011&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982008000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2023.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SARMENTO, Gabriela. **Brisa Flow: quem é a primeira artista indígena a se apresentar no Lollapalooza**. **Brisa Flow: quem é a primeira artista indígena a se apresentar no Lollapalooza**, [S. l.], p. 00, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/lollapalooza/2023/noticia/2023/03/24/brisa-flow-quem-e-a-primeira-artista-indigena-a-se-apresentar-no-lollapalooza.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHMIDT, M. A. Formação da consciência histórica ou desenvolvimento de competências? Considerações sobre o ensino de história para jovens brasileiros. **Diálogos**, v. 19, n. 1, p. 87-116, 11 out. 2016.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010

SCHMIDT, M. A. M. dos S.; GARCIA, T. M. F. B. Aprendendo a ler, aprendendo a escrever história: o olhar das crianças na produção do conhecimento histórico. **História & Ensino**, [S. l.], v. 14, p. 71-84, 2008. DOI: 10.5433/2238-3018.2008v14n0p71. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11523>. Acesso em: 13 maio. 2024.

SILVA, Marcos Antônio da e FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas**. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010 Tradução . . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro 2024

TURIN, R. **Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades**. **TEMPO (NITERÓI. ONLINE)**, v. 24, p. 168-205, 2018.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

URBAN, Ana Claudia. **Manuais de didática de estudos sociais como fontes para o código disciplinar da história.** ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2011.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O conceito de História Local.** Sobral: INTA, 2016. Disponível em <https://md.uninta.edu.br/geral/historialocal/pdf/HIST%c3%93RIA%20LOCAL.pdf>. Acesso em: 17/07/2020.

VIANA, Verônica Pontes. **Dinâmicas culturais e ambientais na praia de Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara, Ceará – Brasil.** 2018. 365 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

**FONTES HEMEROGRÁFICAS**

A Tribuna (SP), 1987, edição 00256

Correio Braziliense, 1987, edição 08952

Correio Braziliense, 1987, edição 088896

Revista Manchete, 1988, edição 1898

Revista Manchete, edição 1697, 1984

The Washington Post, 1987, 14 de março de 1987

## APÊNDICE - A: FONTE HISTÓRICA ANALISADA COM ALUNOS EM SALA DE AULA E QUESTIONÁRIO

Reportagem de Herman Nass publicada na Revista Manchete em 1984 – edição 1697

*“Em Jericoacoara, jumentos e jangadas acompanham o homem do nascer ao pôr-do-sol. Distante, primitivo e de difícil acesso, o povoado escapou à saga do progresso. Lá, automóvel não tem vez, e o transporte se faz a pé ou em montaria”.*

O vento começa a soprar cedo e parece acompanhar o clarão de um sol ainda escondido na linha do horizonte. Vem do mar, expulsando os finos grãos de areia, que formarão dunas grandes e alvas. Dunas migratórias, que novamente alcançam a água salgada e são engolidas pelas ondas. A terra firme forma uma ponta, um grande braço que se lança para o norte. Perto da areia ergue-se uma montanha de pedra, coberta por uma paisagem diferente. Ali não existem coqueiros nem qualquer vegetação que lembre a faixa litorânea. Só mandacarus e juazeiros, que resistem à aridez do solo, num exemplo único de avanço, até a beira-mar da vegetação de caatinga. E ali, espremida entre areia e pedra, quase imperceptível, camufla-se uma vila de pescadores de características também únicas: Jericoacoara.

Na praia de Jericoacoara não vivem mais que 500 pessoas, todas ligadas, de alguma forma, à grande riqueza da região: a pesca. E é o peixe – ou sua ausência – que dita as regras. Como a hora da vila acordar. Os primeiros pescadores movimentam-se ainda no escuro. Preparam o material para a pesca, pegam redes, samburás, água, um pouco de cachaça, cigarros – e vão para as canoas. O peixe costuma ser farto. As quinze canoas de Jericoacoara partem através das ondas. Seis delas vão para longe, para a *risca*, a linha do horizonte. As outras, menores, não se atrevem a deixar a calma baía. Há alguns meses a baía foi invadida por doze barcos pesqueiros grandes, com suas redes de malha fina, para captura de camarão. Essas redes, de arrastão, levaram tudo: camarões, peixes grandes e pequenos, lagostas, caranguejos e, principalmente, o alimento do fundo do mar. Alguns pescadores contam que, para tirar 200 quilos de camarão, os barcos arrastavam dois mil quilos de pequenos peixes, que eram devolvidos mortos ou mutilados. Eles preveem que a fauna marítima levará no mínimo seis meses para se recuperar. Tanto reclamaram os pescadores e alguns políticos de Acaraú, sede do município a que pertence Jericoacoara, que pouco a pouco esses barcos foram afastados da área.

A volta das canoas é uma verdadeira festa. Quase toda a vila desce para a praia. Mulheres portam sacolas e trazem doces, tapioca, peixe frito e farinha, rapadura e água.

Alimentarão seus parentes ou trocarão os alimentos pelo peixe fresco. Um bom peixe pode valer refeição com sobremesa e café. Alguns comercializam com dinheiro, mas estes são, quase sempre, de localidades vizinhas ou até de cidades maiores. Na vila o dinheiro tem pouco valor. Em pequenas biroschas podem-se comprar alguns gêneros de primeira necessidade e até os supérfluos etílicos. No mais, reina a troca de mercadorias ou de serviços. As crianças também são atraídas pelo movimento e vêm tentar conseguir alguns peixes menores, rejeitados. Aos poucos a praia volta à calma habitual.

A vila de Jericoacoara – duas ruas que começam na praia – está prensada entre duas elevações. À esquerda uma montanha de calcário e pedra; à direita as dunas migrantes. O solo pedregoso da montanha de 98 metros de altura é coberto pela vegetação do sertão nordestino. Para os sulistas, uma surpresa: rebanhos de carneiros, que se confundem com o tom opaco da vegetação rasteira. Um farol no topo do morro chama a atenção dos navios. De repente um desfiladeiro fere o calcário. Vai dar numa praia deserta. Lá embaixo há também uma grande rocha solta, apoiada sobre outra maior. É a Pedra Solteira.

Voltando pela praia, em direção à vila, erguem-se rochedos de formas bizarras, incomuns. Parecem castelos, monstros, cidadelas. Muitos apontam para a terra, esculpidos pelas ondas.

A Pedra Furada transformou-se no símbolo oficial de Jericoacoara. É uma formação em plena areia, onde o mar cavou um túnel. A certa distância assemelha-se a um animal pré-histórico em repouso, aquecendo-se com o forte sol da região.

Vistas da risca do horizonte, as elevações rochosas – conhecidas por serrote – formam o contorno de um grande jacaré dormindo ao sol. E Jericoacoara, em dialeto indígena, quer dizer exatamente isso: onde os jacarés dormem ao sol. A vila também é chamada de Serrote pelos pescadores.

Apesar de construído sobre as dunas, o povoado não tem a aparência frágil de um castelo de areia.

Entre as edificações destaca-se uma grande igreja jamais concluída e o sobrado de Dona Maria, o único da vila. O segundo andar transformou-se em pequena pensão para os primeiros forasteiros que chegaram a Jericoacoara há cerca de quatro anos. Dorme-se em rede e dona Maria aluga os armadores (ganchos). O cardápio é do mar, ou seja, peixe, camarão, arraia, polvo, caranguejo, delícias. Sal não falta, já que ele pode ser colhido facilmente nas praias. De outras regiões chegam as farinhas e o arroz.

A praia de Jericoacoara fica a 50 quilômetros de Acaraú, sede do município, a quase quatro horas de Fortaleza por rodovia. A partir de certo ponto, somente carros especiais e



jumentos conseguem ultrapassar as dunas. A estrada é incerta e desaparece de um dia para o outro. No fim da enseada desemboca o córrego da Forquilha.

À esquerda da vila surgem as grandes dunas, que migram do leste, até alcançar novamente o mar. A primeira tem forma de meia-lua e é cercada de coqueiros. Quando a maré está cheia, as ovelhas são forçadas a subir para alcançar os pastos. A areia branca cobre uma extensa região, semelhante a um grande deserto.

Mas não é só de beleza e tranquilidade que vive o lugar. Em junho de 1983 os moradores tiveram uma surpresa surpresa: cercas de arame farpado esartejaram as dunas próximas à vila, indo até o mar. Houve ameaças aos nativos. Uma cerca chegava a partir o cemitério ao meio.

Eram pessoas que, de um dia para o outro, resolveram-se donas das terras e queriam abrir o paraíso à exploração imobiliária. Afinal, além das belezas naturais, em Jericoacoara existe um grande nicho ecológico, um verdadeiro santuário, onde grande número de aves – algumas em extinção – procriam ou descansam em suas migrações rumo ao sul. Muitos carcarás e caburés voltaram com o inverno, após uma seca de cinco longos anos. Como não falta água doce em toda região, os animais são atraídos para lá.

O Vereador João Jaime de Andrade de Acaraú interessou-se pelos problemas de Jericoacoara e criou um projeto de preservação ecológica para a região. Levou o caso à Câmara Municipal e, com o apoio do prefeito, conseguiu aprovação do decreto-lei que considera a praia de utilidade pública. Assim, afastou, de imediato, o perigo da exploração imobiliária que já ameaçava os pescadores e seu paraíso. Quando o projeto for assinado pelo Presidente Figueiredo, Jericoacoara será a segunda área de proteção ambiental do Nordeste. Os aspectos principais para essa preservação, segundo o vereador, referem-se aos ecossistemas de praias, mangues, restingas, dunas, formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico, espécies animais e vegetais em extinção, principalmente os quelônios marinhos e as aves de rapina e praieiras. E pela primeira vez um projeto de proteção ambiental determina também a preservação do homem integrado ao meio ambiente. Assim, ficarão proibidos os loteamentos, só serão permitidas novas construções na vila desde que não descaracterizem os componentes arquitetônicos já existentes e não serão permitidas instalações comerciais ou turísticas nos terrenos de marinha. O biógrafo-ecólogo alemão Josef Gorgen e mais um grupo de técnicos realizarão um inventário paisagístico das potencialidades da praia de Jericoacoara, em todos os seus aspectos, desde a geologia física ao clima, atingindo os aspectos socioeconômicos da área humana. “Nós queremos proteger uma área de 60 quilômetros quadrados de características

únicas”, diz João Jaime. E garante: “Qualquer mudança geológica aqui pode desestruturar totalmente seu equilíbrio ecológico.”

O vereador não se considera um antiprogressista. Além de lutar pela aprovação do decreto-lei, encaminha, com os pescadores, a construção de uma maternidade no povoado, onde também funcionará um hospital. Três parteiras locais receberão cursos de aprimoração em Fortaleza e um médico estará periodicamente em Jericoacoara. As obras já começaram. Por outro lado, os pescadores discutem a construção ou não de uma estrada permanente até Acaraú. Muitos acham que, caso se facilite o acesso, a praia será invadida por turistas. Se por um lado trazem dinheiro fácil, por outro podem descaracterizar totalmente Jericoacoara. Placas proibitivas à caça e a outras agressões à reserva ecológica também já foram colocadas. Os moradores discutem com os políticos locais a possibilidade de instalação de alguma forma de energia. A distância e dificuldade de acesso à praia, além da baixa população, praticamente afastam a possibilidade de uma rede de transmissão. A solução parece vir do exterior. O governo francês está disposto a doar um sistema de energia solar. Os pescadores já pensam num frigorífico comunitário, onde poderiam congelar o excedente da pesca, para depois revendê-lo ou aproveitá-lo nas épocas mais escassas.

Sem dúvida alguma, caso se concretizem esses projetos comunitários e os de preservação ambiental, as futuras gerações também poderão conhecer esse pontinho no mapa. Um ponto por demais belo e primitivo para ser destruído por sedes insaciáveis de lucros, ou de lazer.

- 1) Segundo o texto, qual era a maior riqueza da vila de Jericoacoara? Hoje em dia, ainda é a mesma?
- 2) Analisando o texto no trecho que cita a casa de Dona Maria como hospedagem para “forasteiros”. Quem são os forasteiros? Como são as acomodações para eles hoje em dia na vila?
- 3) Quais trechos do texto evidenciam as diferenças entre a Jericoacoara de hoje em dia, e a descrita na reportagem? Quais são as principais mudanças?
- 4) A falta de uma estrada que ligue a vila à cidade, impediu a invasão de turistas? Por que os moradores temiam esta invasão?
- 5) O vereador João Jaime disse que “Qualquer mudança geológica aqui pode desestruturar totalmente o seu equilíbrio ecológico.” Houve algum impacto ecológico na área que pode ser verificado hoje em dia?

6) Qual sua opinião sobre a frase que fecha a reportagem? “Um ponto por demais belo e primitivo para ser destruído por sedes insaciáveis de lucros, ou de lazer.” Explique.

7) Você acha que a palavra “primitivo” era adequada para adjetivar Jericoacoara no período que a reportagem foi escrita?

## APÊNDICE B - INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO MAPA AFETIVO

Atividade avaliativa de História

Professor Rodrigo Ferreira[1]

### Mapas afetivos

A atividade consiste na produção de um mapa afetivo sobre o seu lugar/local. Entende-se local como um espaço geograficamente determinado por limites territoriais que podem corresponder a um município, bairro, região, e etc. Este local se constitui como um lugar, a partir das vivências construídas neste espaço em interação com outras pessoas: familiares, colegas, amigos, que numa interação diversa, constituem laços afetivos e memórias individuais e coletivas. Você já parou para refletir sobre o que é o “seu lugar?” O que torna lhe adquirir um sentimento de pertencimento a ele?

Lugares de memória são os patrimônios arquitetônicos, os monumentos e seus estilos, que nos acompanham por toda a vida. Os lugares da memória são também as tradições e costumes, as regras de interação, o folclore e a música e até mesmo as tradições culinárias. Ou seja, são os diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que se inserem na memória da coletividade a que pertencemos. No seu lugar há espaços que você nutre um afeto especial? São lugares que aconteceram coisas importantes na sua vida, com pessoas especiais, onde residem lembranças importantes para a sua trajetória de vida? Às vezes, um lugar afetivo pode ser um lugar que ocorreu eventos traumáticos, negativos.

Para a construção do seu mapa afetivo, pense:

1. Quais são os lugares mais importantes no meu local?
2. Estes lugares são importantes por que são especiais para mim, ou porque a sociedade os valoriza por algum motivo político, econômico ou turístico?
3. As memórias que vinculo a este lugar são compartilhados por mais alguém?

O mais importante é que seu mapa afetivo seja pessoal, significativo e especial para você. Use sua criatividade, elabore algo bonito e caprichado, a atividade vale nota, e mais importante, valorize o que é importante para você!

Pode utilizar cartolinas, papel madeira, pincéis, canetinhas, ou fazer digitalmente.

Entrega: semana do dia 01/04 ao dia 05/04

---

[1] Professor de História da EEEP Sandra Carvalho Costa

## APÊNDICE C – PLANO DE AULA

# PLANO DE AULA

Rodrigo Sousa Ferreira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestrando do ProfHistória na Universidade Federal do Ceará (UFC)

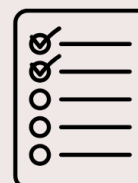
## CONTEÚDO

História Local: uso de fontes históricas e mapas afetivos.



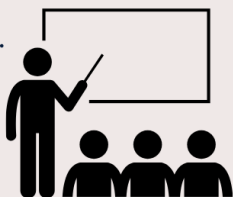
## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir as transformações provocadas pelo turismo.
- Compreender lembranças pessoais e familiares como vestígios da memória social



## TURMA

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO.



## METODOLOGIA

Necessárias aulas introdutórias para apresentação de conceitos elementares históricos. Aula para análise de fonte histórica jornalística (Revista Manchete, 1984) em sala de aula valorizando as contribuições dos estudantes. Introdução de conceitos sobre mapas para apresentação dos mapas afetivos e orientações aos estudantes para realizarem a produção dos seus.



## TEMPO PREVISTO

4 aulas - (50 minutos cada).



## AVALIAÇÃO

Avaliação formativa na observação do engajamento dos alunos ao longo das aulas. Análise dos mapas afetivos produzidos pelos alunos, que devem apresentá-los. Observar a desenvoltura e propriedade.



## OBJETIVO PRINCIPAL

Refletir criticamente sobre os processos históricos na comunidade a fim de influenciar no desenvolvimento da consciência histórica.



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

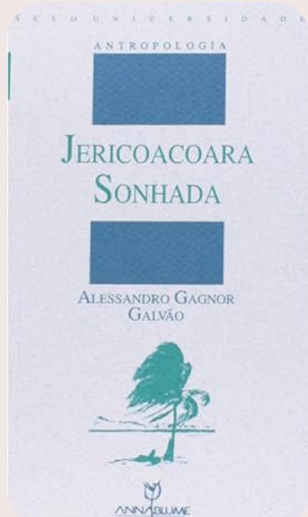
# RECOMENDAÇÃO DE MATERIAIS

## LIVROS



### Turismo e Impactos Ambientais

José Osmar Fonteles neste envolvente livro explora os efeitos do turismo, centrando sua análise no caso de Jericoacoara.. Combinando pesquisa científica detalhada com uma narrativa instigante, a obra oferece uma investigação minuciosa sobre o tema.



### Jericoacoara Sonhada

Alessandro Galvão explora a mudança de um paraíso isolado para um centro turístico institucional, utilizando depoimentos de moradores e visitantes, antigos e novos. Sua metodologia etnográfica alternativa é fundamentada em trabalho de campo, além de ser teoricamente sustentada pela ontologia e pela análise dos discursos.

# RECOMENDAÇÃO DE MATERIAIS

## Documentário



## Mãe Lagoa

**Sinopse:** Porta de entrada e área de amortização do Parque Nacional de Jericoacoara (noroeste do Ceará), a Área de Preservação Ambiental Lagoa da Jijoca é o território de cinco comunidades tradicionais nativas que vivem com sustentabilidade dos recursos oferecidos pela bela região. Neste documentário, busca-se uma escuta poética de personagens destas comunidades, que tratam das tradições e transformações em seu território, sobretudo com os impactos do turismo.

**Link de acesso:** <https://www.youtube.com/watch?v=eDWdenPydq8>